



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
DAV/CAPES



Relatório de Avaliação

ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA

Coordenador da Área: JÚLIO ASSIS SIMÕES (USP)
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: FLÁVIO RIZZI CALIPPO
(UFPI/FURG)
Coordenadora de Programas Profissionais: LOREDANA MARISE RICARDO
RIBEIRO (UFPEL)



Sumário

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	3
<u>I. AVALIAÇÃO 2025- CONSIDERAÇÕES GERAIS</u>	3
a) <u>COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE ÁREA</u>	3
b) <u>ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO</u>	3
c) <u>OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA</u>	6
<u>II. CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUALIS E AS CLASSIFICAÇÕES</u>	11
<u>II.1 CLASSIFICAÇÃO DE PERIÓDICOS</u>	11
<u>II.1.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO</u>	12
<u>RESULTADOS</u>	18
<u>II.1.2 COMITÊ AVALIADOR – QUALIS PERIÓDICOS</u>	23
<u>II.2 CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS</u>	23
<u>II.2.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO</u>	24
<u>RESULTADOS</u>	28
<u>II.2.2 COMITÊ AVALIADOR</u>	33
<u>II.3 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS</u>	33
<u>II.3.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO</u>	35
<u>RESULTADOS</u>	41
<u>II.3.2 COMITÊ AVALIADOR</u>	45
<u>II.4 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS</u>	46
<u>II.4.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO</u>	47
<u>RESULTADOS</u>	51
<u>II.4.2 COMITÊ AVALIADOR</u>	54
<u>II.5 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE DESTAQUE</u>	54
<u>II.5.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO</u>	55
<u>II.5.2 COMITÊ AVALIADOR</u>	62
<u>II.6 ANÁLISE DE INDICADORES</u>	63
<u>II.6.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO /QUALIFICAÇÃO</u>	63
<u>II.6.2 COMITÊ AVALIADOR</u>	70
<u>III. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”</u>	70
<u>a) CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ATRIBUIÇÃO DE NOTAS</u>	70
<u>b) CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DOS QUESITOS DA ÁREA</u>	72



c) CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS PROFISSIONAIS	79
d) CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DAS FORMAS ASSOCIATIVAS.....	79
<u>IV. FICHA DE AVALIAÇÃO.....</u>	<u>80</u>
<u>V. CONSIDERAÇÕES PARA A ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7.....</u>	<u>96</u>
a) QUALIFICADORES PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7.....	96
B) LISTA DOS PROGRAMAS AOS QUAIS FOI SUGERIDA A ATRIBUIÇÃO DE NOTA 6 OU 7	99
<u>VI. COMPARAÇÃO COM AS AVALIAÇÕES ANTERIORES: 2017 (ciclo 2013-2016) e 2021 (ciclo 2017-2020).....</u>	<u>99</u>
a) <u>COMPARAÇÃO DE PROCEDIMENTOS.....</u>	<u>99</u>
b) <u>COMPARAÇÃO DE RESULTADOS.....</u>	<u>100</u>
<u>VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO</u>	<u>102</u>
a) <u>SÍNTESE DA AVALIAÇÃO</u>	<u>102</u>
b) <u>CONSIDERAÇÕES DA ÁREA SOBRE A COVID-19</u>	<u>107</u>
c) <u>IMPACTOS DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL.....</u>	<u>110</u>
<u>VIII. PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO CICLO AVALIATIVO.....</u>	<u>111</u>
<u>IX. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ÁREA</u>	<u>113</u>
<u>X. RECONSIDERAÇÃO.....</u>	<u>113</u>
<u>ANEXO I - Programas acadêmicos com as respectivas notas - 2025.....</u>	<u>117</u>
<u>ANEXO II - Comissão de Avaliação Quadrienal.....</u>	<u>118</u>



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2021-2024 QUADRIENAL 2025

IDENTIFICAÇÃO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA

COORDENADOR DE ÁREA: JÚLIO ASSIS SIMÕES (USP)

COORDENADOR ADJUNTO DE PROGRAMAS ACADÊMICOS: FLÁVIO RIZZI CALIPPO (UFPI)

COORDENADORA DE PROGRAMAS PROFISSIONAIS: LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO (UFPEL)

I. AVALIAÇÃO 2025 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

a) COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE ÁREA.

A clientela da Avaliação Quadrienal 2025 da Área 35 – Antropologia / Arqueologia – foi constituída exclusivamente por programas na modalidade acadêmica. Formou-se uma única comissão de avaliação e de análise qualitativa, integrada por nove docentes convidadas/os e as três pessoas componentes da Coordenação da Área, totalizando 12 consultoras/es, em conformidade com a dimensão estabelecida pela DAV/CAPES para a área.

A Comissão da Avaliação Quadrienal 2025 da Área 35 foi composta tendo em vista critérios de representatividade regional, representatividade das subáreas, nota dos programas e equidade de gênero. Procurou-se mesclar consultoras/es com experiência em participação em processos de avaliação quadrienal e em atividades anteriores de coordenação de programas de pós-graduação.

A lista com a relação de consultoras/es que participaram da Avaliação Quadrienal encontra-se no item IX deste relatório.

b) ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO

A comissão reuniu-se presencialmente na sede da CAPES, em Brasília, entre 18 e 22 de agosto de 2025, para a realização dos trabalhos da Avaliação Quadrienal 2025, após uma



série de encontros preparatórios realizados previamente por meio da plataforma Google Meet.

Como metodologia de trabalho, cada consultor/a recebeu de três a quatro programas — sempre excluídos os de sua própria instituição e aqueles dos quais participe ou tenha participado como docente colaborador/a ou visitante no ciclo avaliativo — para atuar como primeira/o parecerista, além de outros tantos para atuar como segunda/o. Os três ou quatro primeiros corresponderam aos mesmos programas em que cada consultor/a havia atuado analisando a produção destacada e emitindo pareceres preliminares (descritos na seção II.5 deste relatório). Esses pareceres foram compartilhados entre as/os integrantes da comissão, disponibilizados a todas/os em pasta específica no canal *Documentos_Versões_Finais* da Plataforma Teams. Ressalte-se que nenhum/a integrante da comissão esteve presente durante as discussões dos programas de sua instituição ou outros PPGs com os quais tenha colaborado no quadriênio.

Na primeira etapa, a comissão procedeu à leitura das propostas dos programas e de todo o material disponível sobre os PPGs na Plataforma Sucupira, previamente baixado, salvo em PDF e disponibilizado pela coordenação da área. Esse conjunto de informações serviu como ponto de partida para a análise da produção indicada como de destaque. A apreciação desses produtos foi fundamental para calibrar a avaliação, oferecendo uma visão aprofundada do funcionamento dos programas e constituindo amostra valiosa para compreender sua relevância e sucesso.

Seguindo os procedimentos da Avaliação Quadrienal 2021, buscou-se avaliar não apenas a quantidade de produtos, mas também o impacto, considerando formas de registro, comprovação e resultados em curto, médio e longo prazos, a serem mais bem apreciados em ciclos futuros. Nesse sentido, ressalta-se a importância do registro adequado, da indicação de produção de destaque e da anexação de documentos comprobatórios, especialmente para produções técnicas e tecnológicas.

A Comissão orientou sua atuação com base no regulamento estabelecido pela Portaria Capes nº 39, de 27 de fevereiro de 2025, que consolidou os parâmetros e procedimentos da Avaliação Quadrienal 2025, e em sua atualização da Portaria Capes nº 122/2021 (em especial os artigos 27 e 28), bem como nas *Orientações Gerais para a Avaliação Quadrienal 2025*, aprovadas pelo CTC-ES em sua 236ª Reunião (10 a 14 de março de 2025).

Seguindo essas diretrizes, a Comissão buscou qualificar a análise dos programas referentes ao quadriênio 2021-2024, combinando indicadores qualitativos e quantitativos para construir perfis que não se limitam a métricas rígidas, mas buscam

refletir a dinâmica real dos cursos e suas qualidades fundamentais (ver seção III.a, adiante). Foram definidos os seguintes perfis de programas¹:

- em consolidação (equivalente à nota 3);
- aqueles que atingiram estabilidade suficiente em termos de proposta, formação e impacto capacitando-os a iniciarem a formação em nível de doutorado (equivalente à nota 4);
- plenamente consolidados, com desempenho de qualidade e contando com os dois níveis desenvolvidos, de expressão nacional e com ações coerentes e consistentes de internacionalização (equivalentes à nota 5);
- de excelência, com a delimitação dos qualificadores da área para essa indicação (notas 6 e 7).

A análise foi conduzida com base em indicadores qualitativos, em diálogo com padrões quantitativos, sempre buscando apreender a ação global dos PPGs. A partir dessa percepção geral, baseada na leitura dos materiais disponibilizados, a comissão passou a avaliar os PPGs também a partir dos dados fornecidos pela DAV/Capes a partir das informações recolhidas pelos relatórios Coleta Capes na Plataforma Sucupira, sistematizados na “Planilha de Indicadores Consolidados – Área 35” (cujos dados foram tratados pela metodologia descrita adiante do presente relatório), bem como da consulta aos painéis da Visualização dos Dados da Quadrienal e ao Sistema de Indicadores da Avaliação da Pós-Graduação (SIAPG).

Os pareceres foram elaborados por duplas de consultoras/es, incluindo a coordenação da área, que desempenhou papel duplo: produzir pareceres em igual número e coordenar o processo como um todo. Com base nisso, a comissão avaliou os cursos segundo a seguinte ordem:

1. os cursos que contavam com a nota “A”, com nível de mestrado, tendo iniciado seu funcionamento no quadriênio avaliativo em análise (PPGAA/UFOPA; POCAM/UNIVASF);
2. os cursos de nota 3 em seu primeiro ciclo avaliativo completo (PPGDS/MPEG; PPGArq/UNIVASF; PPGJS/UFF);
3. os cursos de nota 3 com maior tempo de existência. Foram debatidos aqueles Programas que, dentro dos parâmetros sedimentados a partir da primeira análise geral, contavam com indicativos, ou não, para indicação de subida de nota;
4. os cursos de nota 4, com doutorados recém-aprovados no quadriênio 2021-2024 (PPGAnt/UFGD; PPGCSPA/UEMA; PPGAPC/UFRB; PPGAS/UFMT);
5. os cursos de nota 4 de maior tempo de existência. Foram debatidos aqueles Programas que, dentro dos parâmetros sedimentados a partir da primeira

¹ Mais informações sobre os perfis de notas definidos pela Área encontram-se na seção III.a deste relatório.



- análise geral, contavam com indicativos, ou não, para indicação de subida de nota;
- os cursos de nota 5, avaliados igualmente com especial atenção ao fato de se adequarem ou não aos parâmetros da área para a categoria de curso de melhor desempenho e à identificação daqueles que poderiam ser indicados à categoria de cursos de excelência;
 - os cursos de excelência, sendo avaliados primeiramente os que já detinham a nota 6, com averiguação se seria o caso da manutenção da indicação ou de indicação de nota 7; e, em seguida, a avaliação dos cursos que já detinham nota 7, com correspondente averiguação da manutenção da indicação de nota.

Ficou convencionado que, conforme o artigo 28 da Portaria GAB/Capes nº 122, cursos com apenas dois anos de funcionamento não teriam todos os quesitos avaliados, ainda que tenham apresentado dados relevantes. Esses cursos receberam a nota mínima correspondente à sua entrada no sistema (no caso, nota 3 para mestrado).

c) OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

A Área 35 é formada por dois campos disciplinares justapostos – Antropologia e Arqueologia – que guardam relações interdisciplinares de acordo com as subáreas de conhecimento que abarcam. No Brasil, os dois campos seguiram historicamente caminhos diferenciados em seu processo de institucionalização: a Antropologia desentranhou-se fundamentalmente das Ciências Sociais, ao passo que a Arqueologia se desentranhou principalmente da História. Ambos os campos mantêm conexões específicas com disciplinas de outras áreas de conhecimento além das Humanidades.

Desde a virada do milênio, a Área 35 passou por rápidas e significativas transformações, com crescimento expressivo no número de programas e estudantes. De um conjunto restrito de 10 programas que a compunham até o final da década de 1990, concentrados principalmente no Sudeste e no Sul, além de Brasília, a área expandiu-se significativamente para a região Nordeste, assim como para o Norte e Centro-Oeste. Programas como o REUNI, a criação de Institutos Federais (IFETs) e o Programa Acelera Amazônia, foram fundamentais na abertura de PPGs com relevância local e regional na área.

A clientela da Avaliação Quadrienal de 2025 totalizou 38 Programas e 62 cursos em funcionamento – quase quatro vezes mais do que havia nos anos 2000 – distribuídos em todas as regiões do Brasil. A maior concentração de PPGs da área atualmente está na região Nordeste (15 PPGs), seguida pelo Sudeste (9 PPGs), Norte (5 PPGs), Centro-Oeste (5 PPGs) e Sul (4 PPGs). Durante o quadriênio 2021-2024, cinco cursos cumpriram um ciclo avaliativo completo: o PPG em Diversidade Sociocultural, do Museu Paraense



Emílio Göeldi (MPEG); o PPG em Arqueologia, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); o PPG em Arqueologia e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); e o PPG em Justiça e Segurança, da Universidade Federal Fluminense (UFF), os quatro ao nível de mestrado; e o curso de doutorado do PPG em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa (UFPB-JP). Em 2024, foram iniciados dois novos cursos de mestrado: o PPG em Antropologia e Arqueologia da UFOPA e o PPG em Política, Cultura e Ambiente da UNIVASF, que também participaram da Quadrienal de 2025. Além disso, foi aprovada no CTC-ES a abertura de quatro novos cursos de doutorado, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na Universidade do Estado do Maranhão (UEMA), na Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB) e na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Essa expansão, embora positiva, revelou fragilidades institucionais, como a falta de suporte administrativo em muitas universidades, o que dificultou a gestão acadêmica. A criação de comissões internas para lidar com relatórios e processos de gestão tem se mostrado uma solução eficaz, resultando em informações mais consistentes na Plataforma Sucupira e em relatórios de melhor qualidade. Ainda assim, o reduzido engajamento coletivo nas questões de gestão da pós-graduação, a rotatividade das coordenações de programa e as falhas na transmissão das informações permanecem como desafios a superar.

Análises produzidas pela própria Área² indicam que, apesar da expansão, persistem padrões relativamente homogêneos na organização formal dos cursos e em suas propostas curriculares. Esse quadro tem assegurado um modelo de formação que, ainda que respeite diversidades e singularidades, se orienta pela reprodução dos elementos centrais da identidade de pesquisadores e pesquisadoras nos campos disciplinares da Área, especialmente em suas fases de formação ética e profissional. Tal característica é particularmente relevante diante do tipo de incidência na esfera pública que distingue esses campos em relação a outras áreas das Ciências Sociais. De fato, a análise da diversidade social e cultural presente no interior do Estado nacional brasileiro constitui um foco privilegiado da Área, articulando-se à defesa de direitos fundamentais de minorias, ao acompanhamento de movimentos sociais e ao enfrentamento das desigualdades no país.

Tendo em vista as características descritas brevemente acima, que definem sua própria peculiaridade, a Área 35 considera que a adoção do modelo de avaliação

² TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa/Associação Brasileira de Antropologia, 2004; SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; MIRANDA, Ana Paula; BEZERRA, Marcia (org.). *A avaliação em antropologia e arqueologia: análises de representantes e coordenadores junto à CAPES (1996-2017)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.



multidimensional com ênfase qualitativa constituiu um avanço significativo da política pública de fomento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Trata-se de uma demanda antiga de diversos programas e que, ao ser implementada de forma inicial no quadriênio 2017-2020 e replicada no presente quadriênio 2021-2024, deve ser consolidada e progressivamente aperfeiçoada, pois possibilitou uma visão mais justa e precisa do papel da pós-graduação brasileira, incluindo dados importantes sobre a inserção profissional de egressas/os.

A Área entende que o objetivo central da avaliação é retratar a situação da pós-graduação no país, identificando o grau de desenvolvimento dos programas, suas diferenças e especificidades, e contribuindo para o aprimoramento da qualidade. Esse processo permite destacar pontos fortes e fragilidades, estimular a autoavaliação e orientar metas para a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento nos ciclos seguintes. Ao mesmo tempo, contribui para fornecer subsídios fundamentais para o planejamento do SNPG e a definição de investimentos públicos.

Nesse sentido, a adoção do modelo de orientação qualitativa trouxe vantagens importantes ao articular indicadores qualitativos e quantitativos nas dimensões de ensino e aprendizagem; internacionalização; produção científica; inovação; transferência de conhecimento; e impacto social. Ao invés de um ranqueamento simplificado, o modelo propôs uma abordagem comparativa mais rica, inspirada no debate internacional, mas adaptada às especificidades do sistema brasileiro de pós-graduação, que guarda a particularidade de combinar avaliação de desempenho e distribuição de recursos. Mantendo como eixo central a formação profissional de antropólogas/os e arqueólogas/os, o modelo orientado para a avaliação qualitativa também tem evidenciado que os programas da Área 35 vêm cumprindo sua principal missão: formar profissionais altamente qualificadas/os, inseridas/os no mercado acadêmico e extra-acadêmico.

Para a Área 35, destacam-se em particular a valorização das ações de extensão e das iniciativas de inovação. A extensão foi reconhecida como forma privilegiada de interação da universidade com a sociedade, compartilhando saberes construídos no ensino e na pesquisa e potencializando transformações sociais. Já a inovação, entendida como a introdução de novidades ou aperfeiçoamentos no ambiente social e produtivo, foi incorporada como dimensão avaliada, reforçando o compromisso da área com a transferência de conhecimento. A combinação desses elementos mostrou-se particularmente relevante para Antropologia e Arqueologia, cujos programas, como já salientado, mantêm histórico de atuação relevante junto a coletividades diversas, em especial populações tradicionais e grupos sociais marginalizados.

Deve-se ressaltar, por outro lado, que o quadriênio 2021-2024, marcado em boa parte pelos efeitos da adversa conjuntura sanitária, política, social e econômica desenhada



desde a virada da década, afetou justamente a forma e a qualidade da inserção social característica dos programas da Área. No biênio 2021-2022, a pandemia da Covid-19 ainda impactou de forma profunda a pós-graduação de modo geral, e Área 35 não foi exceção. Como ressaltaremos mais adiante, na seção destinada a esse tópico, a interrupção dos trabalhos de campo, núcleo central da Antropologia e da Arqueologia, desde 2020, já havia levado à redefinição de temas e metodologias, à adoção de pesquisas remotas e ao surgimento de novas abordagens teórico-metodológicas.

Também se intensificaram as dificuldades para perseverar na vida acadêmica. Discentes enfrentaram exclusão digital, vulnerabilidade econômica e agravamento de questões de saúde mental, com aumento de trancamentos, desistências e prorrogações. Instituições, sobretudo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sofreram deterioração de infraestrutura, evasão e redução de ingressos. Embora medidas de flexibilização — como prorrogação de prazos, ensino remoto e extensão de bolsas — tenham assegurado a continuidade dos programas, elas também prolongaram o tempo médio de titulação e diminuíram a disponibilidade de bolsas para novas turmas, disponibilidade que, vale lembrar, já havia sido drasticamente reduzida na virada da década, sobretudo para PPGs de nota 3.

Para uma apreciação geral do quadro esboçado acima, consideremos a seguir os dados da Área 35 disponíveis no Observatório da Pós-Graduação da Plataforma Sucupira, referentes ao número total (comparativo entre os últimos dez anos) de titulações (mestrado e doutorado); o número de abandonos e desligamentos; e o número de produções, que cobrem o período de 2013 a 2023. Verificamos que o número de titulações sofreu uma queda mais brusca de 2019 para 2020, de 544 para 430, respectivamente (Figura 1), acompanhado de um aumento de abandonos e desligamentos desde 2020, os quais atingiram um pico (132) em 2022 (Figura 2). Os números de 2023, em contrapartida, mostram uma recuperação das titulações (525 em 2023) e uma tendência de redução das evasões (87), embora em número superior aos registrados até 2019. Cabe notar que o total de produções registradas pelos PPGs da Área 35, após o pico em 2019, entrou em queda até 2022, mas mostra também ligeira recuperação em 2023 (Figura 3).

Figura 1 – Evolução do número de titulações por ano, de 2013 a 2023 – Área 35

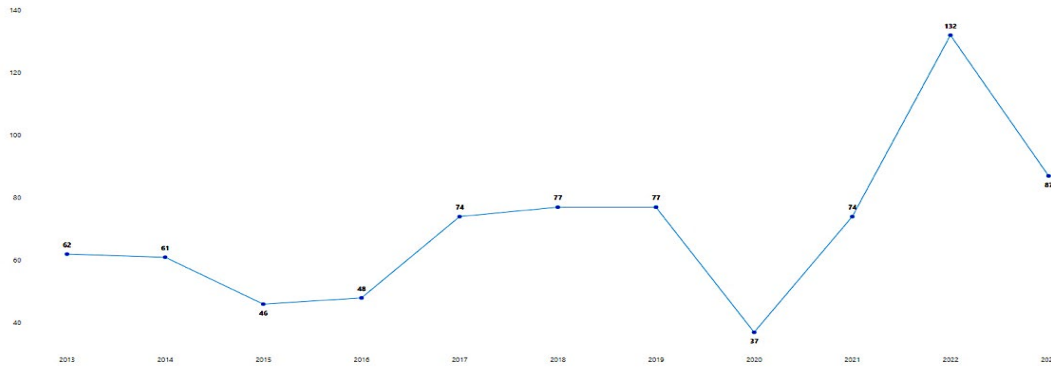


Figura 2 – Evolução do número de abandonos e desligamentos por ano de 2013 a 2023 – Área 35

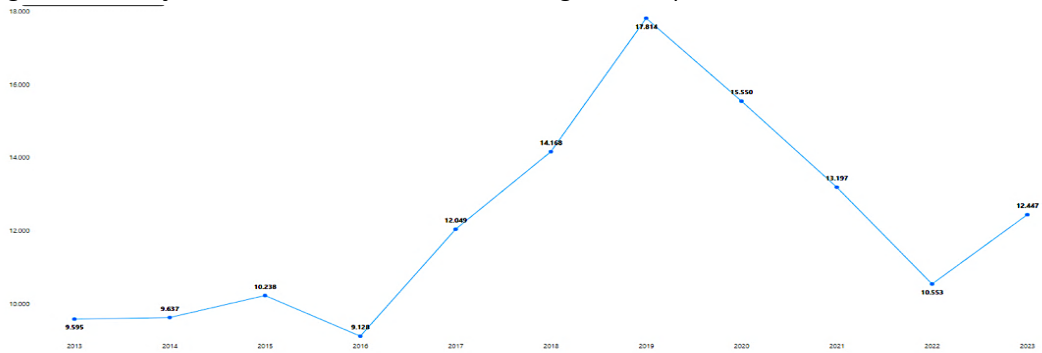
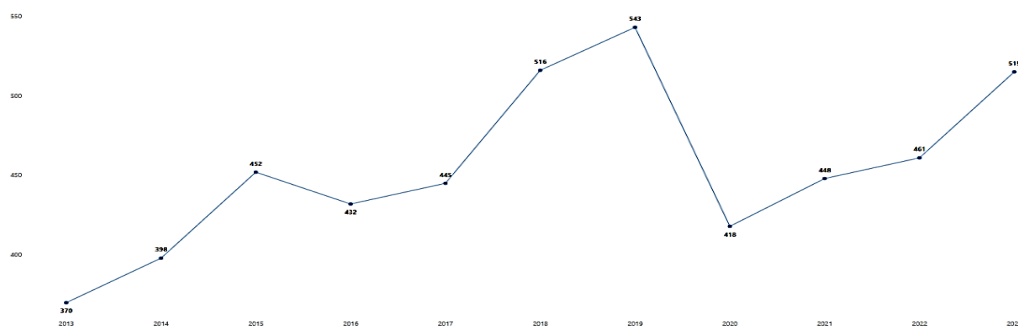


Figura 3 – Evolução do total de produções por ano, entre 2013 e 2023 – Área 35



Fonte: CAPES. Plataforma Sucupira. Observatório da Pós-Graduação. Painel de Dados

Uma conjunção de fatores pode ser invocada para ajudar a interpretar essas oscilações. Em primeiro lugar, como já ressaltado, deve-se considerar os efeitos da pandemia de Covid-19, que provavelmente se associam tanto à redução das titulações – tendo em vista as diversas medidas de prorrogação de prazos para conclusão de cursos, tomadas por grande parte das instituições – quanto ao aumento da evasão. Esta, por sua vez,



reflete o impacto da pandemia no agravamento dos problemas de ordem econômica que já se manifestavam desde meados da década de 2010, com a retração do financiamento da pós-graduação e a crescente deterioração do valor das bolsas. A isso se acrescentaram as incertezas políticas que afetaram as expectativas de discentes e egressas/os com relação ao seu investimento na pós-graduação e sua futura atuação profissional, diante de uma crescente (e por vezes virulenta) produção discursiva de desqualificação da ciência, de modo geral, e de deslegitimação das ciências sociais e das humanidades, em particular, veiculada tanto por parte de governos eleitos como de certos setores da sociedade civil.

Efeitos práticos dessa conjuntura adversa se manifestaram na redução das oportunidades de atuação da área junto à gestão pública. Em contrapartida, os números mais promissores a partir de 2023 indicam os primeiros efeitos das mudanças no cenário político e o início da recuperação do valor das bolsas, além da reorganização de programas da Área, cuja estrutura e funcionamento foram desigualmente impactados pela pandemia. O quadriênio 2021-2024 desenrolou-se, assim, em meio a um quadro de declínio e recuperação parcial do padrão de atividades da pós-graduação, que sinaliza impactos específicos para a área verificados durante o processo de avaliação de 2025, notadamente na queda da produção discente e na instabilidade formativa que afetou alguns programas.

II. CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUALIS E AS CLASSIFICAÇÕES

A seguir, são explicados os critérios de qualificação de cada tipo de produção intelectual considerada, com observações sobre os procedimentos de estratificação.

II.I CLASSIFICAÇÃO DE PERIÓDICOS

A avaliação de Periódicos da Área 35 baseou-se nos parâmetros orientadores contidos no relatório *Documento Técnico do Qualis Periódicos* (link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017/DocumentotecnicoQualisPeridicosfinal.pdf>). Esse referencial foi adaptado à área de Antropologia e Arqueologia por uma comissão de docentes, resultando no documento *Relatório do Qualis Periódicos – Área 35* (link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-antropologia-pdf>).



Por força do Termo de Autocomposição firmado entre a CAPES e o Ministério Público em 2022, estes dois documentos foram mantidos integralmente como base para a classificação de Periódicos no quadriênio 2021–2024. A atual coordenação e a comissão de consultoras/es puderam se apoiar ainda nos procedimentos desenvolvidos e sistematizados pela área no Relatório da Avaliação Quadrienal de 2021 https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaAntropologia_Arqueologia.pdf. Esse relatório se constituiu, na prática, como um quarto documento orientador de grande relevância para a realização deste ciclo de classificação de Periódicos.

A análise seguiu estritamente a metodologia apresentada nos documentos acima referenciados para o *Qualis Referência 2* (QR2), utilizado amplamente pelo Colégio de Humanidades desde a Avaliação Quadrienal de 2021, com uso do índice h (h5) como referência exclusiva para a definição de percentis e para o cálculo de estratos. Conforme as orientações previstas na documentação referida, a área realizou ajustes nos estratos a partir do índice de referência, relacionados a critérios subsidiários que incluíram aspectos formais dos periódicos e divisões por idioma e por subáreas temáticas, como será relatado adiante.

II.1.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO

Críticos subsidiários relativos à qualificação dos estratos

Seguindo os procedimentos adotados com base na documentação de referência mencionada, foram utilizados, como parâmetros complementares à inserção dos periódicos em percentis, critérios subsidiários referentes à qualificação dos estratos a partir de aspectos formais da definição de periódico científico, a saber: publicação de artigos originais e outros tipos de produção acadêmica, observando critérios editoriais e de avaliação por pares, apresentando periodicidade regular, ISSN válido, conselho editorial qualificado e inserção na comunidade acadêmica, com impacto reconhecido no campo a que se destinam. Tais critérios estão discriminados a seguir:

Não Periódicos Científicos (NPC) - Periódicos de divulgação científica, sites, blogs e outros formatos que não se enquadram como periódico científico pelas definições apresentadas.

Críticos para C - Atender às características que definem um periódico científico, mas estar desatualizado ou não cumprir integralmente os requisitos editoriais definidos.

Críticos para B4 - Atender às características que definem um periódico científico; apresentar periodicidade regular nos últimos 12 meses e conselho editorial com 30% de diversidade institucional; publicar no mínimo 10 (dez) artigos originais (exclusive



resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por ano de publicação.

Critérios para B3 – Além de atender às características que definem um periódico científico, deve apresentar periodicidade regular nos últimos 12 meses e conselho editorial com 40% de diversidade institucional; publicar no mínimo 12 (doze) artigos originais (exclusive resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por ano de publicação; estar presente em ao menos uma (1) base de dados bibliográficos ou indexador nacionais.

Critérios para B2 - Além de atender às características que definem um periódico científico, deve apresentar periodicidade regular nos últimos 24 meses e conselho editorial com 50% de diversidade institucional; publicar no mínimo 12 (doze) artigos originais (exclusive resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por ano de publicação; estar presente em ao menos uma (1) base de dados bibliográficos ou indexadores internacionais.

Critérios para B1 - Além de atender às características que definem um periódico científico, deve apresentar periodicidade regular nos últimos 24 meses e ter conselho editorial com 60% de diversidade institucional; publicar no mínimo 12 (doze) artigos originais (exclusive resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por ano de publicação; estar presente em pelo menos duas (2) bases de dados bibliográficos ou indexadores internacionais, dentre elas prioritariamente Latindex, DOAJ_Directory of Open Access Journals, Anthropological Index, Revues.org, HAPI-Hispanic American Periodicals Index, JSTOR, CLASE-Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, Sociological Abstracts, Revista Interamericana de Bibliografía, LatinRev., Heal Link.

Critérios para A4 - Além de atender às características que definem um periódico científico, deve apresentar periodicidade regular nos últimos 36 meses e ter conselho editorial com 70% de diversidade institucional; publicar no mínimo 17 (dezessete) artigos originais (exclusive resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por ano de publicação; estar presente em pelo três (3) bases de dados bibliográficos ou indexadores internacionais ou nacionais uma (1) delas sendo necessariamente Latindex ou DOAJ_Directory of Open Access Journals e outras duas que podem ser Redalyc, Anthropological Index, Revues.org, HAPIHispanic American Periodicals Index, JSTOR, CLASE-Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, Sociological Abstracts, Revista Interamericana de Bibliografía, LatinRev. Heal Link.

Critérios para A3 - Além de atender às características que definem um periódico científico, deve apresentar periodicidade regular nos últimos 36 meses e ter conselho editorial com 75% de diversidade institucional; publicar no mínimo 17 (dezessete) artigos originais (exclusive resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por



ano de publicação; estar presente em pelo menos três (3) bases de dados bibliográficos ou indexadores internacionais sendo necessariamente uma (1) Redalyc ou Latindex, e outras duas (2) estando prioritariamente dentre: Anthropological Index, Revues.org, HAPI-Hispanic American Periodicals Index, JSTOR, CLASE-Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, Sociological Abstracts, Revista Interamericana de Bibliografía, DOAJ_Directory of Open Access Journals, LatinRev., Heal Link.

CrITÉRIOS para A2 -Além de atender às características que definem um periódico científico, deve apresentar periodicidade regular nos últimos 48 meses e ter conselho editorial com 80% de diversidade institucional; publicar no mínimo 20 (vinte) artigos originais (exclusive resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por ano de publicação; estar presente em pelo menos três (3) bases de dados bibliográficos internacionais sendo uma (1) delas ao menos SciELO, Scopus, JCR, Redalyc ou Latindex, e outras duas (2) estando prioritariamente dentre Anthropological Index, Revues.org, HAPI-Hispanic American Periodicals Index, JSTOR, CLASE-Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, Sociological Abstracts, Revista Interamericana de Bibliografía, DOAJ_Directory of Open Access Journals, LatinRev, Heal Link.

CrITÉRIOS para A1 - Além de atender às características que definem um periódico científico, deve apresentar periodicidade regular nos últimos 48 meses e ter conselho editorial com 85% de diversidade institucional; publicar no mínimo 25 (vinte e cinco) artigos originais (exclusive resenhas, editoriais, apresentações de dossiê, obituários) por ano de publicação; estar presente em pelo menos quatro (4) bases de dados bibliográficos ou indexadores internacionais sendo uma (1) delas ao menos necessariamente SciELO, Scopus, ou JCR, uma (1) necessariamente Redalyc, Latindex ou DOAJ, e uma (1) ou duas (2) outras estando prioritariamente dentre: Anthropological Index, Revues.org, HAPIHispanic American Periodicals Index, JSTOR, CLASE-Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, Sociological Abstracts, Revista Interamericana de Bibliografía, LatinRev, Heal Link.

Divisão por subárea temática e idioma

Para fundamentar os critérios subsidiários adotados na classificação dos periódicos, é importante destacar dois aspectos centrais: a diversidade temática e interdisciplinar da área de Antropologia e Arqueologia, por um lado, e a multiplicidade de idiomas em que se dá a circulação internacional da produção científica, por outro.

No que se refere à **divisão por subárea temática**, ressalta-se que tanto a Antropologia quanto a Arqueologia apresentam forte caráter interdisciplinar. No caso da Antropologia, os vínculos mais consolidados se concentram nas Humanidades e nas Ciências Sociais. Já a Arqueologia, embora compartilhe esse núcleo, articula-se de forma ainda mais ampla com outros campos, estabelecendo interfaces relevantes com as Ciências da Terra (como a Geologia, em seus diversos subcampos), com as Ciências Biológicas e com as Ciências da Saúde. Essa amplitude temática justifica o



reconhecimento de subáreas distintas na classificação dos periódicos, de modo a melhor refletir os diferentes domínios do conhecimento com os quais a produção da área dialoga. É possível ainda antecipar que, diante da crescente inserção da Antropologia em debates sobre biodiversidade e mudanças climáticas, tende a se intensificar também seu diálogo com áreas tradicionalmente associadas às Ciências da Vida e Exatas.

A constituição das subáreas temáticas baseou-se em uma característica distintiva da Antropologia e da Arqueologia que incide de forma significativa sobre a produção científica em ambas as disciplinas, ainda que nem sempre se reflita nas bases bibliográficas dominantes. Trata-se da segmentação por “área cultural”, em termos de regiões geográficas em que populações humanas desenvolveram características recorrentes e relativamente convergentes, partilhando modos específicos de adaptação ecológica, modos de ocupação do território e sistemas socioculturais de relação com o ambiente, bem como trajetórias históricas comuns. No campo dos estudos sobre povos indígenas e populações pré-históricas, em especial, observa-se uma recorrência na abordagem etnográfica de populações contemporâneas e geograficamente próximas, o que imprime uma inflexão regional às subáreas e subcampos temáticos, permitindo falar mais propriamente em “áreas etnográficas”³. Mesmo nos estudos amplamente referidos como antropologia urbana, com suas temáticas diversificadas, a perspectiva etnográfica baseada em pesquisas intensivas e situadas contribui para reforçar essa dimensão local ou regional, ainda que articulada a processos mais amplos. Essa orientação regionalizante manifesta-se também no perfil de muitos periódicos, cujo conteúdo apresenta forte ancoragem territorial, refletindo-se, inclusive, em diferentes faixas de indexação.

Com base nesse entendimento, foram definidas três subáreas temáticas, designadas pelas seguintes siglas:

TAA – Teorias Antropológicas e Arqueológicas: reúne periódicos de escopo mais amplo e caráter generalizante, voltados à discussão de inovações teóricas que atravessam diferentes contextos regionais. Ainda que alguns tenham enfoques temáticos mais específicos, em geral mantêm uma abrangência regional significativa.

ASC – Antropologias Sociais e Culturais: abrange periódicos de perfil antropológico com escopo temático amplo, mas cuja base empírica apresenta forte marca regional. Essa especificidade resulta do acúmulo intelectual e das recorrências socioculturais associadas às regiões investigadas, bem como da produção teórica realizada por

³ “Em vez de falar em ‘áreas culturais’, melhor será dizer ‘áreas etnográficas’, de modo acentuar que elas não existem inteiramente por si mesmas, mas que o pesquisador é quem, em última análise, as delimita. (...) Em suma, uma área se convencionou — e até se consagra com pesquisas de reconhecido valor — mas também se revela à medida em que a trabalhamos através de pesquisa e reflexão. É fruto do arbítrio, mas não totalmente. Afinal de contas, os fatos etnográficos que se escolhem para pô-la em destaque, embora nem sempre os mais adequados e com o peso devido, são independentes do pesquisador.” Cf. MELATTI, Julio Cezar. “América do Sul – Por que áreas etnográficas?” p.6-7. Disponível em <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/a1amersul.pdf>. Acesso em 08/12/2025.



coletividades de autores oriundos dessas mesmas regiões.

ARQ – Arqueologia: contempla periódicos de perfil arqueológico com diversidade temática, mas igualmente marcados por uma base empírica fortemente referida a contextos regionais específicos. Assim como na subárea anterior, observa-se aqui a centralidade de tradições intelectuais e de coletividades de autores vinculados às regiões sobre as quais construíram conhecimento e propostas teóricas pioneiras.

No que diz respeito à **divisão por idioma**, observa-se que, embora a maior parte dos artigos produzidos por antropólogas/os e arqueólogas/os brasileiros esteja publicada em português, há uma presença significativa e crescente de publicações em outras línguas, em especial inglês, espanhol e francês. Esse dado evidencia um processo de internacionalização consistente, cujas direções merecem ser consideradas. A publicação em inglês constitui um eixo específico e amplamente reconhecido de circulação científica, cujos critérios editoriais e formatos de avaliação seguem lógicas próprias, por vezes pouco permeáveis à diversidade epistemológica de outras tradições acadêmicas. Por essa razão, os periódicos em língua inglesa foram agrupados em um bloco autônomo.

Já os periódicos em espanhol e francês representam um importante vetor de internacionalização regional, especialmente no âmbito latino-americano. A atuação crescente de docentes e discentes brasileiras/os em redes acadêmicas na América Latina e a presença significativa de estudantes hispano-americanas/os na pós-graduação brasileira reforçam essa dinâmica de cooperação internacional. Assim, a separação entre o bloco de publicações em inglês e aquele que reúne espanhol, francês e outros idiomas busca refletir as diferentes estratégias e contextos de internacionalização da produção científica da área.

Procedimentos metodológicos

Os trabalhos de análise e classificação de periódicos incluíram uma etapa prévia de ajustes. Nos termos do Ofício Circular nº 7/2025-DAV/CAPES, de 14 de fevereiro de 2025, a Área formou uma pequena comissão pré-Qualis, composta pelas três (3) pessoas integrantes da Coordenação de Área, para executar a atividade de conferência e ajuste das informações prévias do Qualis Periódicos com base nas planilhas enviadas pela DAV em fevereiro de 2025. A listagem de conferência foi distribuída entre as três pessoas participantes e posteriormente, em reunião remota, através da plataforma Google Meet, os resultados da conferência foram revisados e ajustados em conjunto. As correções e complementações de informações de índice h, e ISSN, bem como as atribuições de subárea temática e idioma foram inseridas conforme as instruções da DAV, com base em consulta ao portal de ISSN (<https://portal.issn.org>) e por meio de buscas no portal de métricas do Google Scholar (https://scholar.google.com/citations?view_op=metrics_intro&hl=pt-BR). Também foi



informada a transferência do periódico *Sexualidad, Salud y Sociedad* para a área-mãe Antropologia / Arqueologia, conforme acordado com as áreas irmãs envolvidas.

A Comissão de Qualis Periódicos, composta por seis (6) pessoas, sendo cinco (5) consultoras/es mais o coordenador adjunto acadêmico da área, foi instalada em 06/05/2025 e se reuniu posteriormente em mais quatro ocasiões, trabalhando a partir das planilhas retornadas pela DAV/CAPES em abril de 2025, já com as correções e complementações indicadas pela comissão pré-Qualis acima mencionada.

Em ambas as etapas, foram realizados procedimentos similares de conferência e verificação das informações, tais como discriminados a seguir:

- **Levantamento e verificação de dados bibliométricos:** Realizou-se a busca inicial dos periódicos no portal de métricas do *Google Scholar* (GS) utilizando o nome do periódico como palavra-chave. Quando não localizados no GS, realizou-se nova busca no aplicativo *Publish or Perish* (PorP), com uso do nome e dos dois ISSNs (impresso e online), restringindo-se ao intervalo de 2019–2023, tal como orientado pela DAV. Persistindo a ausência de resultados, novas tentativas foram feitas por meio do ISSN e, quando necessário, do nome do periódico em buscadores gerais. Confirmado o índice h5, os dados foram inseridos na aba "Universo" da planilha de controle. Quando necessário, realizou-se também a busca de informações nos sites oficiais dos periódicos e no portal ISSN (<https://portal.issn.org>). Foram sinalizados os casos de periódicos com registros duplicados.

- **Revisão e correção de dados:** Revisaram-se os índices h consolidados, com nova consulta no GS; quando os dados não estavam disponíveis, utilizou-se o PorP com os parâmetros indicados acima, busca pelos dois ISSNs e, em caso de dúvida, também pelo nome do periódico. Procedeu-se também à checagem das classificações atribuídas na primeira etapa (subárea temática e idioma). Efetuou-se a correção a atualização de títulos e ISSNs com base em informações do portal ISSN e dos sites dos periódicos.

- **Checagens adicionais:** Realizou-se a identificação e sinalização de periódicos com práticas editoriais questionáveis, a partir das listas e indicações fornecidas pela DAV. Foram verificados os registros classificados como Não Periódicos Científicos (NP). Para controle e transparência, foram capturadas imagens (*print screen*) de todas as etapas de consulta, com especial atenção às telas do GS e do PorP.

A comissão realizou os procedimentos acima descritos dividida em três duplas. Por fim, a comissão atuou de forma conjunta na elucidação de dúvidas e na tarefa de ajustes dos estratos. Os procedimentos adotados para essa etapa, com foco nos 349 periódicos classificados na "área mãe", foram os seguintes:

- **Verificação individual do atendimento aos critérios definidos para classificação de periódicos e já utilizados na Avaliação Quadrienal de 2021**, resumidos em: a) presença em bases indexadoras, com confirmação realizada diretamente nas plataformas e buscadores especializados; b) análise da composição do conselho editorial, com atenção à diversidade institucional e à identificação de possíveis padrões de endogenia; c) avaliação do número de artigos publicados por volume e do grau de endogenia das autorias; d) verificação da regularidade na publicação, desconsiderando atrasos ocorridos nos últimos seis meses.

- **Manutenção ou alteração de estrato:** quando os critérios acima foram plenamente atendidos, a classificação foi mantida. Nos casos em que se identificaram inconsistências, a comissão propôs adequações nos estratos atribuídos, seguindo a metodologia e os limites estabelecidos pela DAV/CAPES, a saber: alteração de 1 nível para até 20% dos periódicos e de 2 níveis para até e 10% dos períodos.

- **CrITÉRIOS adicionais considerados na avaliação final:** a) adoção de boas práticas editoriais; b) impacto dos conteúdos publicados ao longo de um intervalo ampliado de dez anos, valorizando projetos editoriais de longo prazo; c) reconhecimento acadêmico dos periódicos no campo da Antropologia e da Arqueologia no Brasil e na América Latina; d) tempo de existência contínua do periódico.

O intervalo de pontuação utilizado para a delimitação dos estratos está expresso no quadro a seguir:

Pontuação
A1 = 100
A2 = 90
A3 = 70
A4 = 60
B1 = 40
B2 = 30
B3 = 20
B4 = 10

RESULTADOS

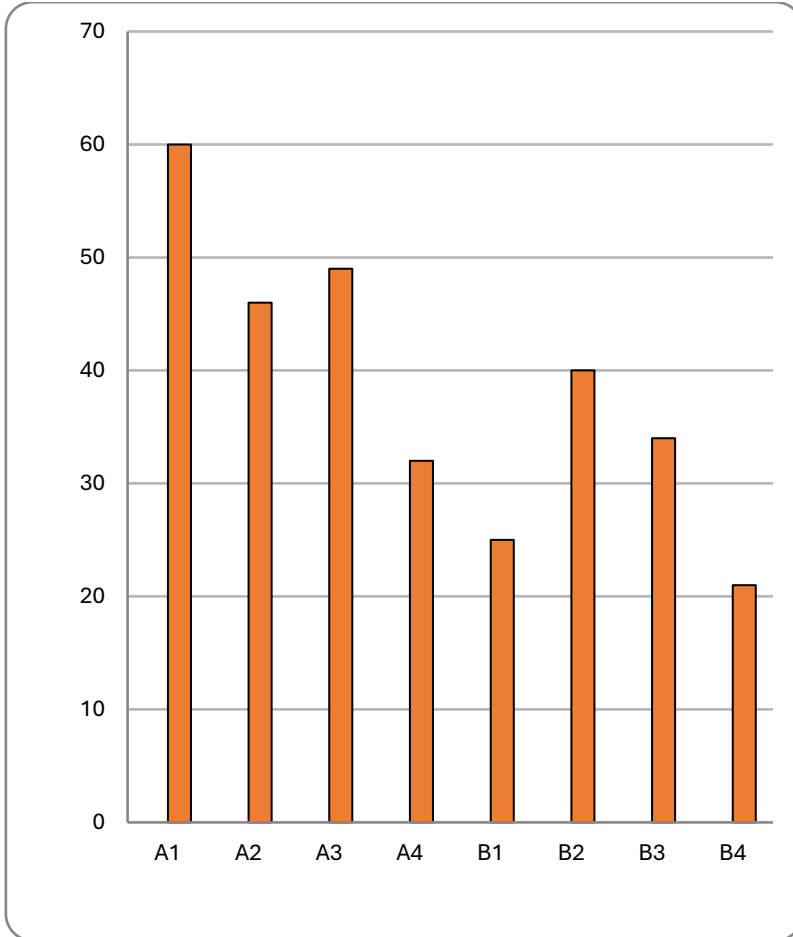
O Quadro a seguir apresenta a distribuição de periódicos da Área Mãe por estrato de classificação:

Quadro de Distribuição		
Estrato	Total	Total em %
A1	60	17,2%
A2	46	13,2%
A3	49	14,0%
A4	32	9,2%
B1	25	7,2%
B2	40	11,5%
B3	34	9,7%
B4	21	6,0%
Total (A1 a B4)	307	88,0%
C	25	7,2%
NP	17	4,9%
Total Geral	349	100,0%

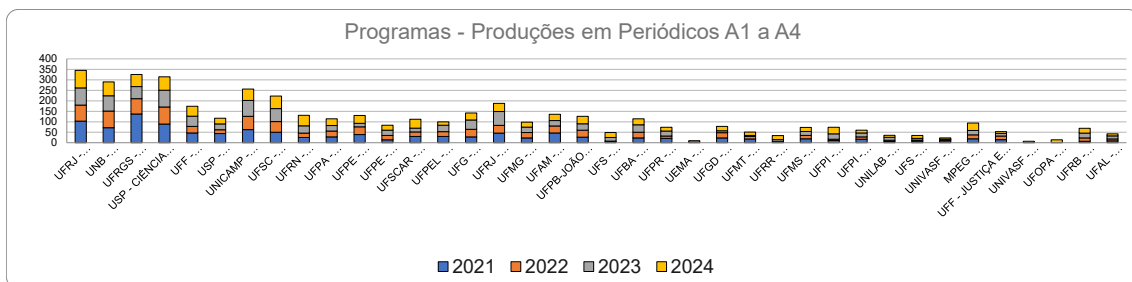
O Quadro a seguir resume as mudanças de estrato efetuadas nos periódicos da Área Mãe:

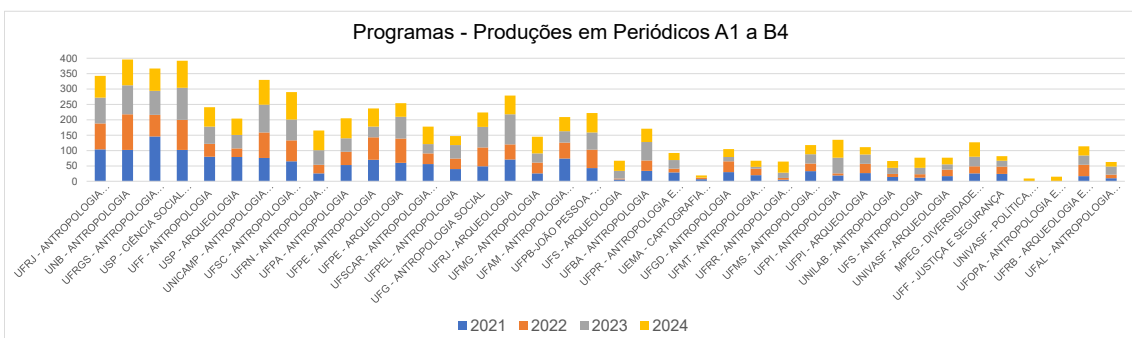
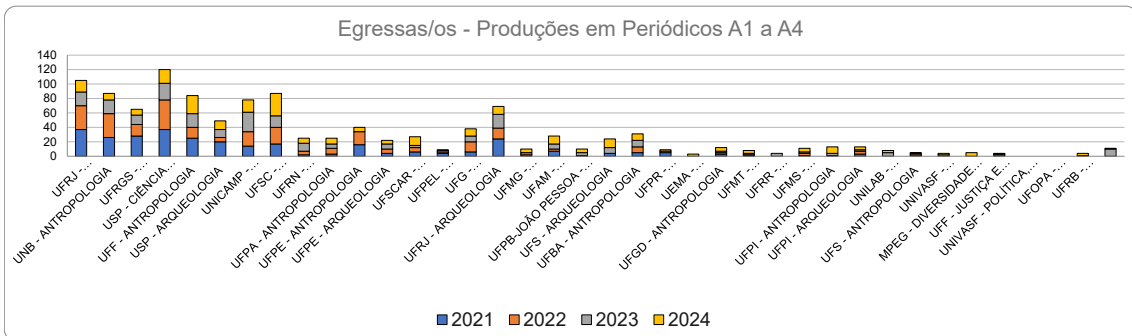
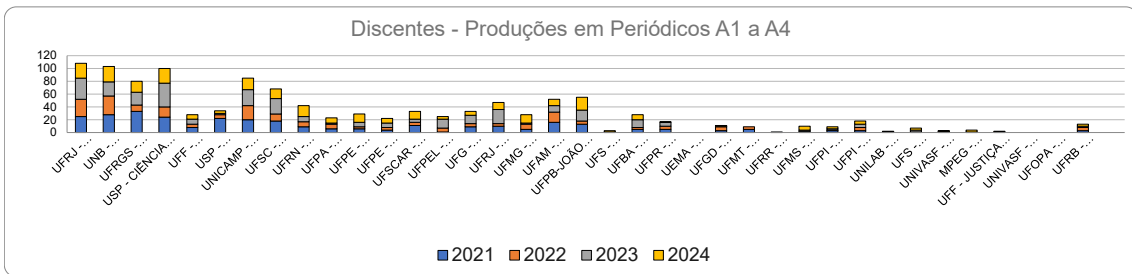
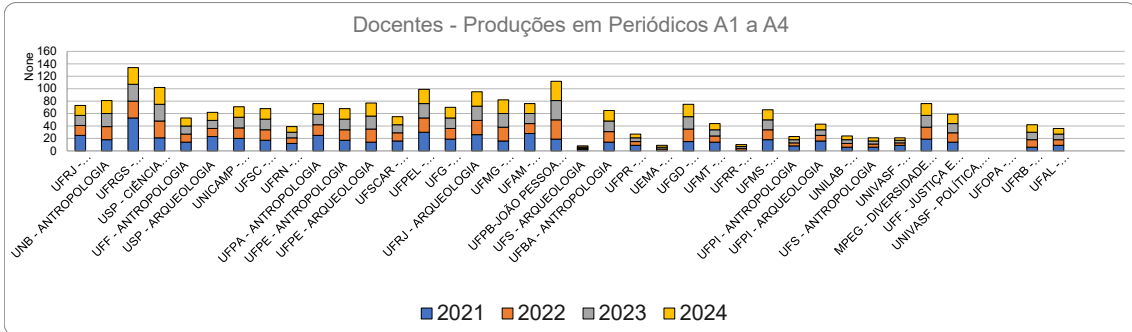
Mudanças de Estrato	Total	%
1 Estrato	28	8,4
2 Estratos	22	6,6

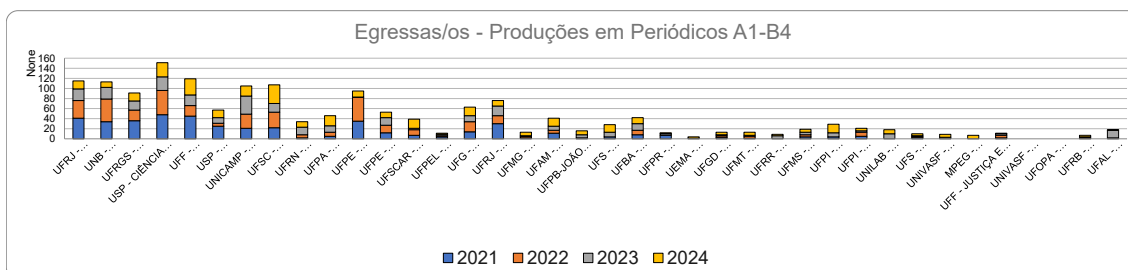
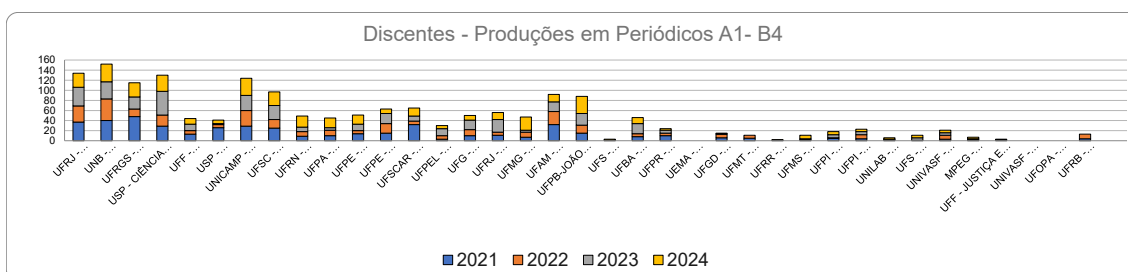
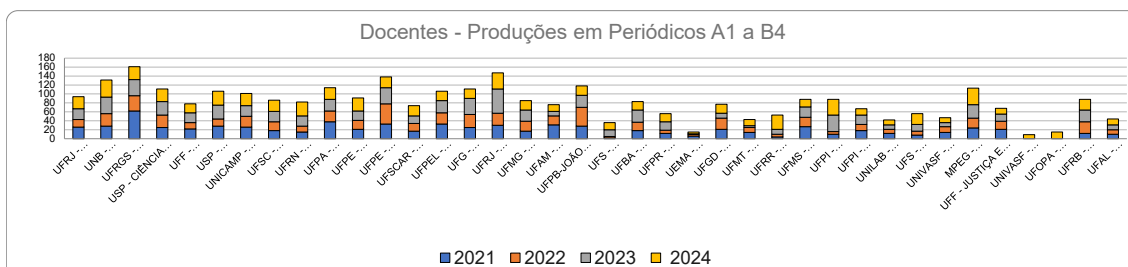
O gráfico a seguir representa o número de periódicos da Área Mãe distribuídos por estratos pontuados:



Os gráficos comparativos adiante apresentam a produção em Artigos por PPG e por categoria de autoria (docente, discente e egressa/o) de acordo com a estratificação dos periódicos em estratos superiores (A1 a A4) e no conjunto de estratos (A1 a B4).







Breve comentário comparativo dos resultados da classificação de periódicos (2021-2025)

Em relação aos resultados da Avaliação Quadrienal de 2021, a classificação de periódicos da área-mãe em 2025 apresentou algumas alterações quantitativas e qualitativas. O total de periódicos considerados sofreu redução de 11%, passando de 392 em 2021 para 349 em 2025. Essa diminuição refletiu-se na queda da proporção de periódicos classificados nos estratos pontuados (A1 a B4), que passou de 92% para 88% do total.

A proporção de periódicos nos estratos superiores A1 e A2 manteve-se estável, em torno de 30% em ambos os quadriênios. Entretanto, o conjunto de periódicos situados entre A1 e A4 apresentou crescimento, passando de 49,7% em 2021 para 53,6% em 2025. Destaca-se, nesse movimento, o aumento expressivo do estrato A3, que dobrou de 7,1% para 14%, concomitantemente à redução, em menor proporção, do estrato A4, de 12,8% para 9,7%. Por outro lado, verificou-se um aumento relevante da proporção de

periódicos classificados como C (Não Periódicos), que passou de 1,3% em 2021 para 6,6% em 2025.

Esses dados sugerem uma tendência de consolidação da qualidade da produção científica da área, refletida na manutenção da proporção de periódicos nos estratos superiores (A1 e A2) e no crescimento da participação do conjunto dos estratos A1 a A4. Tal movimento sugere um amadurecimento do perfil editorial de parte significativa da produção veiculada, com impacto positivo na visibilidade e na avaliação da área. Por outro lado, o aumento expressivo de periódicos classificados como C (Não Periódicos) chama atenção para possíveis fragilidades no preenchimento e na atualização dos dados bem como para a necessidade de ações mais sistemáticas de orientação quanto aos critérios de inclusão e classificação de periódicos.

II.1.2 COMITÊ AVALIADOR – QUALIS PERIÓDICOS

NOME COMPLETO	IES	Função
DANILO VICENSOTTO BERNARDO	UFPEL	Consultor
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	UFPI	Coordenador Adjunto Acadêmico
GISELE FONSECA CHAGAS	UFF	Consultora
JIMENA FELIPE BELTRÃO	MPEG	Consultora
LAURA MOUTINHO DA SILVA	USP	Consultora
ROZELI MARIA PORTO	UFRN	Consultora

II.2 CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A avaliação de Livros da Área 35 baseou-se nos parâmetros orientadores contidos no relatório *Proposta de Classificação de Livros - GT -Qualis Livro* (link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/12062019-proposta-de-classificacao-de-livros-gt-qualislivro-pdf>), de 2019. Esse referencial foi adaptado à área de Antropologia e Arqueologia por uma comissão de docentes, também em 2019, resultando no documento de *Diretrizes para Qualificação de Livros* (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/2.AntropologiaeArqueologia_DiretrizesparaqualificaodeLivros_2025.pdf). Balizas complementares constaram no documento *Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais* (link: [23](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-</p></div><div data-bbox=)



[humanas/copy of 7.AntropologiaeArqueologia Resultadoseproduesintelectuais 2025 .pdf](#)).

Por força do Termo de Autocomposição firmado entre a CAPES e o Ministério Público, em 2022, estes três documentos foram mantidos integralmente como base para a classificação de Livros no quadriênio 2021–2024, sendo atualizadas apenas as datas e os nomes da equipe de coordenação da área. A atual coordenação e a comissão de consultores/as puderam se apoiar ainda nos procedimentos desenvolvidos e sistematizados pela área no Relatório da Avaliação Quadrienal de 2021 https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaAntropologia_Arqueologia.pdf. Esse relatório se constituiu, na prática, como um quarto documento orientador de grande relevância para a realização deste ciclo de classificação de Livros.

Os trabalhos de avaliação de livros foram conduzidos de forma virtual, por meio de reuniões remotas pela plataforma Google Meet, com operacionalização e registro na Plataforma Sucupira, por meio da ficha específica de avaliação, seguindo a pontuação e os parâmetros definidos pela área. A Plataforma Sucupira foi utilizada como principal ferramenta para a avaliação, embora sem dispensar o uso adicional das planilhas disponibilizadas na plataforma *Teams*, o que evidenciou tanto a centralidade da Sucupira quanto suas limitações.

O trabalho da Comissão de Avaliação de Livros foi conduzido com elevado compromisso e plena consciência de sua importância estratégica para a área, considerando o papel estruturante que livros e coletâneas historicamente desempenham na produção e na difusão do conhecimento em Antropologia e Arqueologia. Embora se observe, nos últimos anos, um crescimento expressivo da produção em periódicos científicos, os livros permanecem como forma privilegiada de elaboração teórica, consolidação de redes de pesquisa e interlocução com públicos diversos. As atividades da Comissão foram desenvolvidas de forma colaborativa, com participação ativa da Coordenação de Área, que, em igualdade de condições com as/os demais consultoras e consultores, se engajou tanto na análise dos produtos quanto na interlocução com os setores técnicos da CAPES, contribuindo para a superação de desafios operacionais, metodológicos e procedimentais ao longo do processo.

II.2.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO

Considerou-se como livro toda obra impressa ou eletrônica com registro de ISBN, conforme definição da NBR 6029:2006 da ABNT, contendo acima de 49 páginas.

Produções sem ISBN, ainda que lançadas na Plataforma Sucupira, não foram consideradas.

A unidade de avaliação foi a obra completa, não sendo atribuída pontuação isolada a capítulos, verbetes ou textos específicos, inclusive no caso de coletâneas, dicionários e enciclopédias. Foram avaliadas exclusivamente obras resultantes de investigação e/ou reflexão teórica e metodológica, contemplando livros integrais, coletâneas, dicionários, enciclopédias, anais (com textos completos), catálogos, obras didáticas e de divulgação científica, desde que com caráter acadêmico e em conformidade com a definição de livro adotada.

Obras compostas por múltiplos itens — capítulos, verbetes, introduções, prefácios e posfácios — foram tratadas como uma única unidade, com pontuação atribuída à obra como um todo. As informações necessárias à avaliação e à auditoria foram obtidas a partir de dados constantes nas próprias obras, em sites das editoras e instituições (quando disponibilizados links ativos), em documentos ou declarações emitidas por editoras, em correspondências entre autoras/es e editoras ou em declarações dos Programas, especialmente para atestados de revisão por pares.

A ficha de avaliação foi validada na Plataforma Sucupira de acordo com o modelo adotado na Avaliação Quadrienal de 2021, observando a decisão da Capes de fixar o limite da pontuação em 100 e vedar a atribuição de pontos adicionais, conforme reproduzido a seguir:

o ADERÊNCIA			
Total de Pontos do Quesito: 2			
Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
1 - ADERÊNCIA DA OBRA À ÁREA DE AVALIAÇÃO E AO PERFIL INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO DO PROGRAMA	2	Sim	2
		Não	0
o QUESITO 1: CARACTERÍSTICAS FORMAIS DA OBRA			
Total de Pontos do Quesito: 33			
Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
Idioma	9	Idioma Nacional	8
		Idioma Estrangeiro	9
		Publicação Multilíngue	9
Tipo de Editora	11	Editora Brasileira Comercial	7
		Editora Estrangeira Comercial	8
		Editora Universitária	0
		Editora Universitária Brasileira	10
		Editora Universitária Estrangeira	11
		IES do Programa	5
		Instituição Científica	8
		Outra	0
Programa	7		



Financiamento	6	Agência de Fomento Internacional	6
		Agência de Fomento Nacional	6
		Associação Científica e/ou Profissional	5
		Editais de Fomento	6
		Outro	3
		Parceria com Organização	4
		Própria Editora	5
Conselho Editorial	3	Membros Internacionais	3
		Membros Nacionais	3
		Não se aplica	0
		Outra	0
Informações Sobre Autores	2	SIM	2
		NÃO	0
Índice Remissivo	0	SIM	0
		NÃO	0
Parecer e Revisão por Pares	2	SIM	2
		NÃO	0

◦ **QUESITO 2: AVALIAÇÃO INDIRETA DE QUALIDADE** ^

Total de Pontos do Quesito: 50

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
Natureza do texto	28	Obra autoral que envolve a sistematização de resultados de um programa de pesquisa conduzido pelo próprio autor, fruto de sua trajetória profissional	28
		Coletâneas organizadas resultantes de pesquisas afins e grupos de pesquisas em rede	26
		Relato e discussão de programas de pesquisas multicêntricas (envolvendo redes amplas de pesquisadores)	26
		Relatos e discussões de projetos específicos de pesquisa	27
		Apresentação e discussão de proposição teórica ou metodológica original	26
		Texto de revisão ou de discussão da literatura de um tema ou uma área	25
		Ensaio que expressam pontos de vista do autor sobre assuntos relevantes para a área	25
		Obras traduzidas de outros idiomas que mantenham aderência às linhas de pesquisas e projetos dos docentes	10
		Sistematização de conhecimentos disponíveis (livro texto para o ensino de graduação e pós-graduação), com claro embasamento em pesquisa científica e elevada qualidade didática	20



		Sistematização de conhecimentos disponíveis (livro texto para o ensino de graduação ou ensino médio), sem relação direta com pesquisa realizada mas com boa qualidade didática	18
		Sistematização de conhecimentos disponíveis (livro texto para o ensino de graduação ou ensino médio), sem relação direta com pesquisa realizada e menor qualidade didática	13
		Texto de difusão de conhecimentos da área	15
		Relato de experiência(s) profissional(is) sem característica de investigação	15
		Outra (especificar):	18
Leitor preferencial	10	Obras acadêmicas destinadas a alunos da graduação e pós-graduação	10
		Obras acadêmicas destinadas a pesquisadores, docentes e especialistas da área e áreas afins	10
		Obras destinadas ao público em geral	7
		Outros (especificar):	0
Origem da obra	12	Originada de grupos interinstitucionais de pesquisa	0
		Originada de grupos ou redes de pesquisa internacionais	12
		Originada de outros grupos ou redes de pesquisa nacionais	11
		Originada de grupos ou redes de pesquisa internas ao programa	8
		Não envolve grupos ou rede de pesquisa	10

◦ QUESITO 3: AVALIAÇÃO DIRETA DE QUALIDADE

Total de Pontos do Quesito: 15

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
Avaliação Substantiva	15	Parecer do(s) consultor(es) que examinaram a obra: inovação	5
		Parecer do(s) consultor(es) que examinaram a obra: relevância	7
		Parecer do(s) consultor(es) que examinaram a obra: impacto	3

A Comissão de avaliação de livros analisou as obras submetidas com base em um conjunto de indicadores distribuídos nos quesitos 1 e 2 aplicados à totalidade dos registros. O quesito 3, referente à avaliação formal de conteúdo, foi analisado qualitativamente sobre uma amostra composta por, no mínimo, duas e, no máximo, quinze obras por programa, sendo de uma a dez associadas a docentes permanentes (incluindo aquelas com contribuições) e de uma a cinco vinculadas a discentes ou egressas/os, conforme seleção destacada pelos próprios PPGs e de acordo com as balizas definidas no documento *Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais* da área (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_7.AntropologiaeArqueologia_Resultadoseproduesintelectuais_2025.pdf).



Para a avaliação de conteúdo, adotaram-se os critérios de inovação, relevância e impacto. A inovação foi aferida considerando a originalidade na formulação dos problemas de investigação, a novidade teórica, metodológica ou empírica e a contribuição para o avanço do campo ou para aplicações técnicas e sociais. A relevância considerou a consistência teórica, metodológica e analítica, a coerência na integração dos conceitos, a atualidade dos temas, o rigor científico e a qualidade dos dados, além da clareza e precisão na exposição. O impacto foi avaliado a partir do potencial da obra para gerar contribuições acadêmicas, científicas, sociais, culturais, tecnológicas e políticas, considerando também fatores como circulação, distribuição, idioma, traduções, reedições, resenhas e inserção em componentes curriculares ou editais.

RESULTADOS

Os registros de livros foram disponibilizados pela DAV/CAPES em dois eventos de classificação, correspondentes aos períodos 2021-2023 e 2024, respectivamente. Após as unificações, 3287 registros de produções foram distribuídos e analisados pela comissão de avaliação de PTT da área, composta por doze (12) pessoas, sendo nove (9) consultoras/es mais as três (3) integrantes da coordenação da área, divididas em seis duplas.

O intervalo de pontuação utilizado para a delimitação dos estratos está expresso no quadro a seguir:

Estrato	Pontuação
L1	De 88 até 100
L2	De 76 até 87
L3	De 64 até 75
L4	De 49 até 63
L5	Até 48
LNC	Não classificados, sem pontuação

A comissão manteve as travas aos estratos superiores:

$$L1 < L2$$

$$L1 + L2 \leq 40\%$$

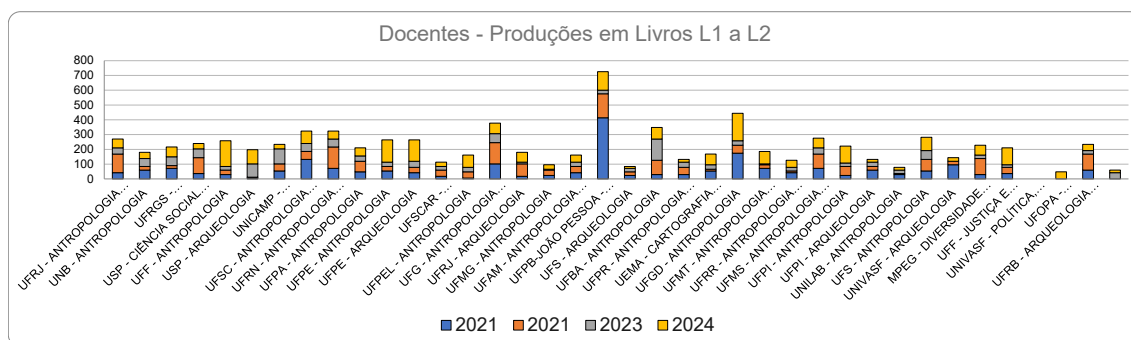
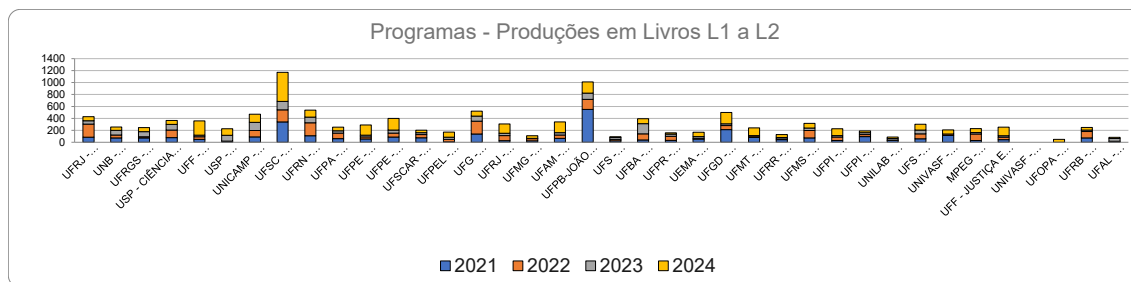
$$L3 + L4 + L5 \geq 60\%$$

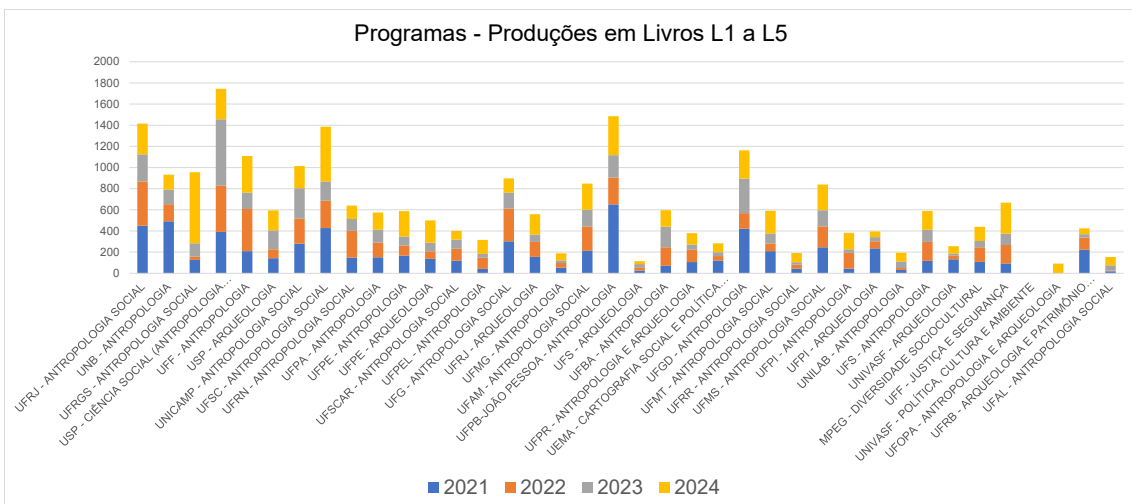
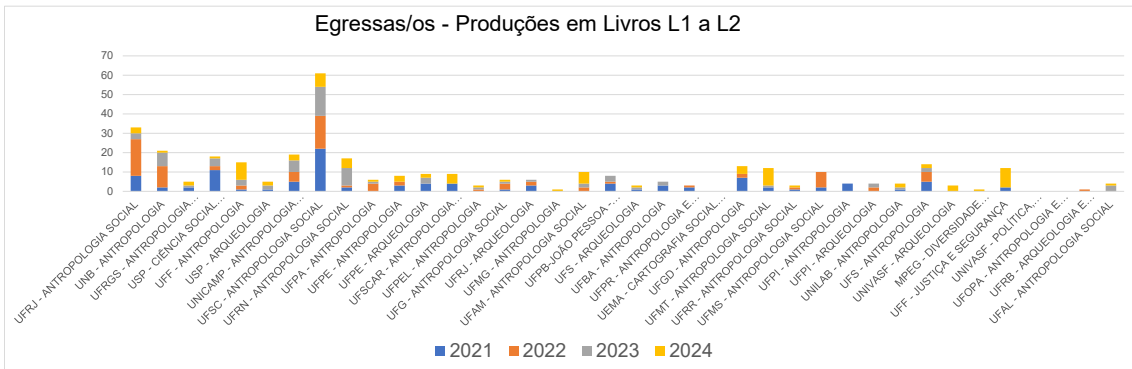
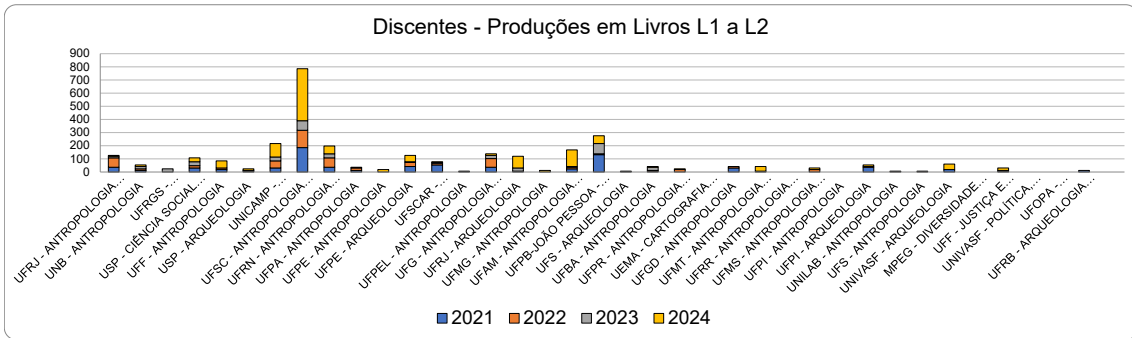
Foram classificadas com LNC as publicações: 1) que não demonstraram aderência às áreas de concentração, linhas de pesquisa, missão e perfil institucional dos programas. 2) que não apresentaram comprovação; 3) cuja comprovação apresentada não possibilitou a avaliação adequada da produção (links ou anexos não auditáveis).

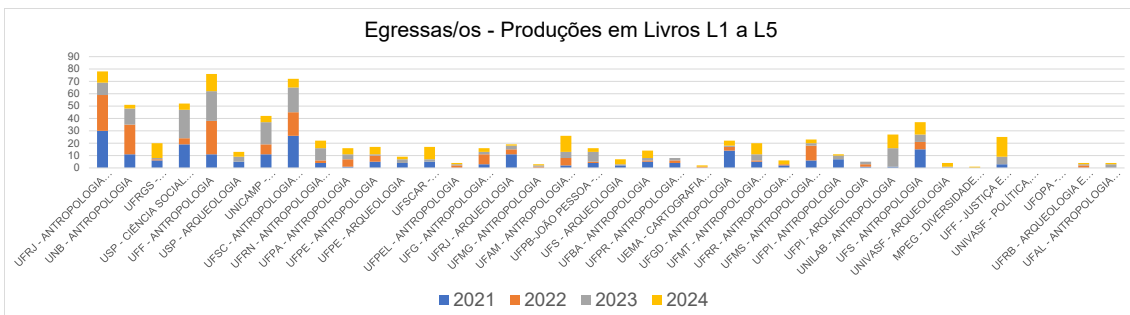
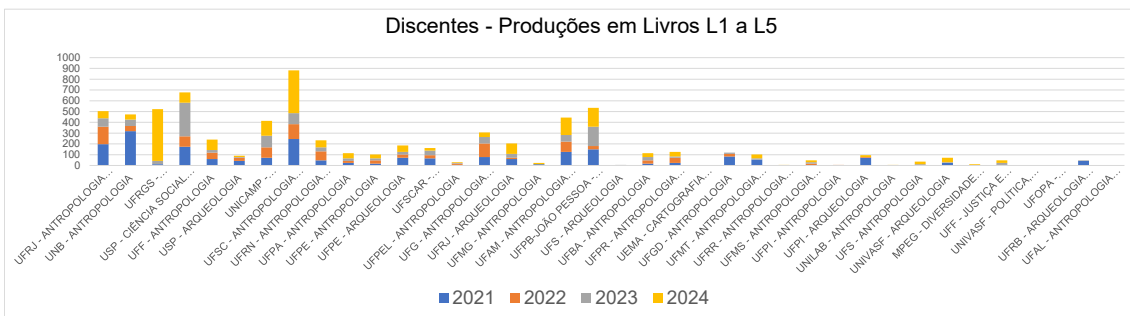
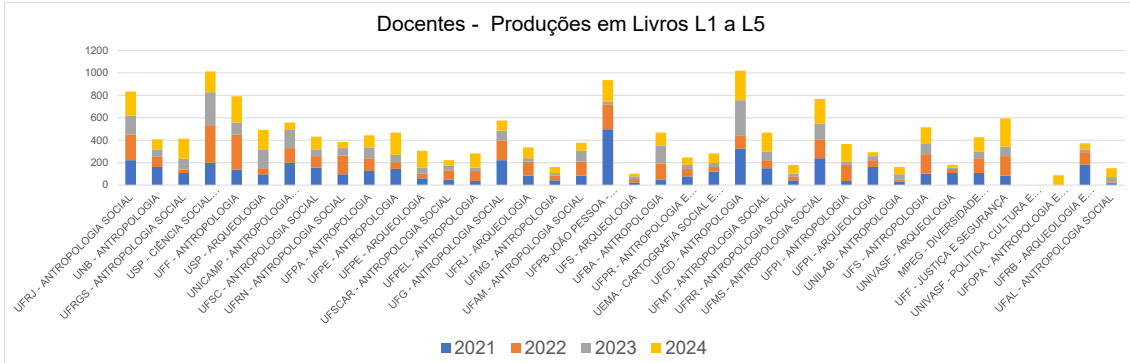
O Quadro a seguir apresenta a produção pontuada por estrato de classificação:

Estrato	Nº absolutos	%
L1	210	8,8%
L2	743	31,2%
L3	1051	44%
L4	344	14,4%
L5	38	1,6%
Total de Produções pontuadas	2386	100%

Os gráficos comparativos adiante apresentam a produção em Livros por PPG e por categoria de autoria (docente, discente e egressa/o) de acordo com a estratificação dos produtos em estratos superiores (L1 e L2) e no conjunto de estratos (L1 a L5).







Breve comentário comparativo dos resultados da classificação de Livros (2021-2025)

Observou-se um aumento da proporção de produtos classificados no estrato L1 e uma redução no L3, em comparação com os dados da Quadrienal de 2021. Vale notar que a maior parte da queda em L3 é compensada pelo aumento das produções em estratos superiores: são 4,8 pontos percentuais de diferença entre os totais percentuais de livros classificados no estrato L3 na última quadrienal e na atual, enquanto a soma de produtos



L1 e L2 deste quadriênio apresenta uma diferença de 3,3 pontos percentuais a mais, em relação ao mesmo total no ciclo avaliativo anterior.

Chama especial atenção, contudo, o crescimento expressivo da produção enquadrada como LNC — de 18% em 2021 para quase 30% em 2025 —, indicativo de um agravamento nos problemas de comprovação. Esse aumento compromete a avaliação de parte significativa da produção e aponta para a necessidade de maior atenção por parte dos Programas quanto à qualidade e à completude das informações inseridas na Plataforma Sucupira.

Produções não pontuadas (LNC)

Estrato	Nº absolutos	%
LNC	901	27,4%

O trabalho da comissão também enfrentou circunstâncias e dificuldades que impactaram o desenvolvimento pleno da avaliação. Cabe destacar a decisão da CAPES de limitar a pontuação da ficha a 100 pontos, suprimindo a possibilidade de atribuição de bônus por premiações ou traduções para outros idiomas, prática adotada na avaliação quadrienal de 2021. Somam-se a isso os problemas recorrentes da importação automática de dados da Plataforma Lattes, que resultam em duplicações e exigem retrabalho por parte da equipe de avaliação. De forma particularmente crítica, a etapa de auditoria revelou-se excessivamente onerosa em termos de tempo e esforço, não apenas por seu volume, mas por dificuldades operacionais da própria Plataforma Sucupira para o acesso a anexos de comprovação. Tais entraves comprometeram o equilíbrio necessário entre o rigor da verificação documental e a análise qualitativa de mérito, elemento central para a adequada avaliação da produção na área.

Entre os avanços notados já no período anterior e que se incrementaram na presente avaliação, cabe destacar: 1) a ampliação e qualificação do mercado editorial independente e de médio porte, que tem desenvolvido linhas editoriais alinhadas às especificidades da Antropologia e da Arqueologia e às demandas dos programas; 2) um aumento consistente das publicações em acesso aberto, com ampla distribuição online e tratamento editorial de boa qualidade; 3) a presença crescente de autoras/es indígenas e negras/os, cujas obras têm aportado contribuições inovadoras, autorreflexivas e de grande relevância social, em consonância com os princípios de ação afirmativa que norteiam as práticas acadêmicas nas duas subáreas; 4) uma expressiva colaboração interinstitucional, evidenciada pela produção conjunta de livros e capítulos entre docentes vinculados a diferentes programas de pós-graduação, tanto no Brasil quanto no exterior, dado que indica a ampla inserção nacional da Área, bem como em circuitos internacionais.

II.2.2 COMITÊ AVALIADOR

Nome completo	IES	Função
ANA CATARINA TORRES RAMOS	UFPE	Consultora
CLÁUDIA CRISTINA FERREIRA CARVALHO	UFGD	Consultora
EDILENE COFFACI DE LIMA	UFPR	Consultora
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	UFPI	Coordenador Adjunto Acadêmico
FRANCESCO ROMIZI	UFMS	Consultor
JÚLIO ASSIS SIMÕES	USP	Coordenador de Área
JUREMA MACHADO DE ANDRADE SOUZA	UFRB	Consultora
LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO	UFPEL	Coordenadora Adjunta de Profissionais
LUIZ DAVI VIEIRA GONÇALVES	UFAM	Consultor
MANUELINA DUARTE CANDIDO	UFG	Consultora
MARIANA PETRY CABRAL	UFMG	Consultora
PETER SCHRODER	UFPE	Consultor

II.3 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

A avaliação dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) foi parametrizada pela primeira vez pela Diretoria de Avaliação da CAPES no quadriênio 2017–2020, com base no relatório *Produção Técnica* <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Esse referencial foi adaptado à área de Antropologia e Arqueologia por uma comissão de docentes em 2019, resultando no documento de *Diretrizes para Qualificação de Produtos Técnicos e Tecnológicos* https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-humanas/4.AntropologiaeArqueologia_DiretrizesparaqualificacaodePTT2025.pdf.

Por força do Termo de Autocomposição firmado entre a CAPES e o Ministério Público, em 2022, ambos os documentos foram mantidos integralmente como base para a classificação de PTTs no quadriênio 2021–2024, sendo atualizadas apenas as datas e os nomes da equipe de coordenação da área.

A atual coordenação e a comissão de consultoras/es puderam se apoiar no acúmulo metodológico e nas orientações construídas pela equipe anterior, sistematizadas no Relatório da Avaliação Quadrienal de 2021 [33](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-</p></div><div data-bbox=)



de-

[conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_c_omnotaAntropologia_Arqueologia.pdf](#). Esse relatório se constituiu, na prática, como um terceiro documento orientador de grande relevância para a realização deste segundo ciclo de qualificação e classificação de PTTs, realizado na Quadrienal de 2025.

Ainda assim, o processo enfrentou entraves significativos relacionados à estrutura dos sistemas utilizados. A desarticulação entre as categorias das plataformas Lattes e Sucupira, somada à falta de customização nos campos do sistema Coleta CAPES, seguiu ocasionando a captura indevida de diversas produções não eleitas para avaliação, gerando retrabalho e exigindo reclassificação manual por parte da coordenação. Esses problemas evidenciam a necessidade urgente de ajustes sistêmicos que assegurem maior precisão e coerência entre as plataformas envolvidas.

A Plataforma Sucupira foi utilizada como principal ferramenta para a avaliação, embora sem dispensar o uso adicional das planilhas disponibilizadas na plataforma *Teams*, o que evidenciou tanto a centralidade da Sucupira quanto suas limitações. A ausência de recursos, tais como filtros por tipo de produção, agrupadores automáticos e visualização expandida, impôs uma rotina de operações manuais repetitivas e demoradas, afetando a eficiência do trabalho. Diante disso, a comissão reforça a necessidade e a relevância do processo, já em curso, de aprimorar a plataforma Sucupira para garantir melhores condições operacionais às pessoas envolvidas no processo avaliativo.

A comissão realizou os trabalhos de avaliação de forma remota, usando a plataforma Google Meet para reuniões e e-mail e aplicativo whatsapp para comunicações mais ágeis. Conduzido com elevado grau de responsabilidade e engajamento, o trabalho da comissão foi marcado pela consciência da importância estratégica dessa produção para o futuro da área. As pessoas envolvidas na coordenação da área participaram ativamente da análise, em igualdade de carga com as/os demais consultoras/es e atuaram também na interlocução com os setores técnicos da CAPES para resolução de dificuldades técnicas e metodológicas.

A colaboração entre profissionais das subáreas de Antropologia e Arqueologia mostrou-se novamente produtiva, promovendo trocas analíticas e metodológicas relevantes, com potencial de impacto sobre as próximas avaliações e sobre a orientação dos programas de pós-graduação. Essa dinâmica colaborativa favoreceu a padronização de critérios e a construção de parâmetros específicos à área, com base no conhecimento acumulado sobre os diferentes tipos e subtipos de PTTs.

II.3.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO

Conforme já mencionado, os critérios e a metodologia para estratificação de PTTs basearam-se nas diretrizes estabelecidas nos documentos orientadores da Quadrienal de 2021. O Grupo de Trabalho de Produção Técnica da CAPES definiu cinco critérios principais para a avaliação dos produtos técnicos e tecnológicos: aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade. O critério de aderência é essencial para a validação de qualquer produção, pois exige que os produtos estejam vinculados às áreas de concentração, ou linhas de pesquisa, ou projetos do programa de pós-graduação ao qual pertencem. O impacto refere-se às transformações concretas geradas pelo produto no contexto em que está inserido, evidenciando sua relevância prática. A aplicabilidade diz respeito à facilidade de uso do produto para atingir os objetivos para os quais foi desenvolvido. Já o conceito de inovação, embora amplo, é compreendido como a modificação de algo existente ou a criação de algo novo. Por fim, a complexidade é entendida como a articulação entre diferentes atores, relações e saberes necessários à concepção e desenvolvimento do produto.

As pontuações atribuídas aos produtos e seus subtipos foram determinadas por cada área de avaliação e expressas em estratos, convencionados como T1, T2, T3, T4, T5 e TNC (produto não pontuado).

Com base nas diretrizes do GT de Produção Técnica da CAPES e na orientação advinda da avaliação quadrienal anterior, que fixou em dez o número máximo de tipos permitidos, a área de Antropologia e Arqueologia selecionou os dez tipos de produtos a serem considerados prioritários para a avaliação dos programas da área, tal como expressa o Quadro a seguir:

1	Produto bibliográfico	Artigo publicado em revista técnica jornal, ou revista de divulgação, resenha ou crítica artística, texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo.
2	Tecnologia Social	Método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade.
3	Curso de formação profissional	Conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-Graduação.
4	Produto de editoração	Resultado de atividade editorial de processos de edição e publicação de obras de ficção e não-ficção. Compreende planejar e executar, intelectual e graficamente, livros, enciclopédias, preparando textos, ilustrações, diagramação etc. com vinculação ao Programa (projetos, linhas, discentes/egressos/as).
5	Material Didático	Produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais.

6	Evento organizado	Produto da atividade de divulgação e/ou propagação do conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-Graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividades formalmente concebidas.
7	Relatório técnico conclusivo	Texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido.
8	Tradução	Entendida aqui como uma obra traduzida (produto) de uma língua para outra, independentemente se foi resultado de uma tradução literal ou de tradução livre.
9	Acervo	Conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter científico, biológico, bibliográfico, artístico, fotográfico, histórico, documental, misto ou qualquer outro.
10	Carta, mapa ou similar	Produtos com origem em estudos cartográficos, representando objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos.

Conforme a listagem do GT CAPES, a estes dez tipos de produtos técnicos estão associados 19 subtipos. Assim como na Quadrienal anterior, foi necessário receber outras categorias do Coleta Capes nas quais foram registrados muitos produtos válidos de subtipos escolhidos pela área. Isso se deve à já mencionada divergência entre os sistemas, que decorrem de três fontes principais: 1) descompasso entre as categorias da Plataforma Lattes e da Plataforma Sucupira; 2) diferença entre os subtipos definidos pelo GT de Produção Técnica e os campos disponíveis no sistema Lattes; 3) subtipos efetivamente utilizados pela área para organizar sua produção técnica.

O Quadro a seguir apresenta os produtos técnicos e tecnológicos, seus subtipos segundo o GT/CAPES, o estrato máximo atribuível a cada subtipo e exemplos de atividades características da produção na área:

PRODUTO	SUBTIPO GT/CAPES	Estrato máximo	Compatibilização com a produção da área
Produto bibliográfico	Artigo publicado em revista técnica	T3	Artigo publicado em revista técnica
	Artigo em jornal ou revista de divulgação	T3	Artigo em jornal ou revista de divulgação
	Resenha ou crítica artística	T3	Resenha ou crítica artística
	Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo	T4	Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
Tecnologia Social	Sem subtipo especificado	T1	Consultoria a agências da administração pública e de cooperação técnica.
		T1	Consultoria a empresas e organizações do terceiro setor (ONGs).



		T1	Assessoria a agências públicas e associações do movimento social.
Curso de formação profissional	Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada	T4	Atividade docente de capacitação, de curta e média duração, em diferentes níveis realizada
	Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis	T2	Atividade de capacitação de curta e média duração formulada, em diferentes níveis
	Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis	T3	Atividade de capacitação de curta e média duração implementada, em diferentes níveis
		T2	Atividade docente de capacitação curta e média duração destinada à educação básica (docente e discentes).
Produto de editoração	Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada	T1	Organização de livro integral, coletânea, enciclopédia, dicionário, thesaurus organizados (em formato impresso e e-book) publicados
	Revista, anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada	T1	Edição de revista (editoria) publicada
		T3	Edição de revista (participação em corpo editorial) publicada
		T2	Edição de número temático ou dossiê de revista publicado
	Catálogo de produção artística organizado	T2	Organização de catálogo de exposição, coleção ou mostra publicado
		T3	Organização de anais de congressos e reuniões publicados
		T4	Emissão de parecer sobre artigo em sistema double blind peer review
		T5	Autoria de orelhas e quartas capas publicadas
Material Didático	Sem subtipo especificado	T1	Desenvolvimento de material instrucional (impresso e audiovisual)
		T4	Entrevista, mesa redonda, programa e comentário de mídia.
Evento organizado	Internacional e Nacional	T1	Organização de evento internacional e/ou nacional relevante para o SNPG
		T2	Organização de evento regional
		T4	Organização de evento local
Relatório técnico conclusivo	Relatório técnico conclusivo per se	T1	Relatório técnico de pesquisa arqueológica
		T1	Relatório de identificação de terras.
		T1	Relatório de impacto ambiental.
		T1	Relatório de perícia judicial (laudo).
		T3	Relatório técnico

		T1	Dossiê de patrimonialização
	Processos de gestão elaborado	T2	Relatório de processo de gestão elaborado.
	Pesquisa de mercado elaborado	T3	Pesquisa diagnóstica de curta duração.
	Simulações, cenarização e jogos aplicados	T3	
	Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados.	T3	Pareceres e/ou notas técnicas para agências (de fomento, de intervenção social, de cooperação técnica etc.)
Acervo	Curadoria de mostras e exposições realizadas	T2	Curadoria de mostras e exposições realizadas.
	Acervos produzidos	T3	Acervos produzidos.
	Curadoria de coleções biológicas realizada	T1	Curadoria de coleções etnológicas realizada.
		T1	Curadoria de coleções arqueológicas realizada.
Tradução	Sem subtipo especificado	T1	Tradução de livros, teses, dicionários e thesaurus
		T2	Tradução de Artigos
		T3	Tradução de entrevistas
Carta, mapa ou similar	Sem subtipo especificado	T1	Mapeamentos participativos
		T2	Mapas temáticos
		T1	Cartas arqueológicas
		T2	Desenvolvimento de bases informacionais: produção e/ou gestão em formatos textual ou numérico; multimídia; e de sistema de informação geográfica.

A ficha de avaliação de PTTs validada na Plataforma Sucupira manteve a pontuação deliberada de acordo com o constante nos documentos referidos:

[Ocultar todos os quesitos / Mostrar todos os quesitos]

o **ADERÊNCIA** ^

Total de Pontos do Quesito: 1

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
1 - ADERÊNCIA DA OBRA À ÁREA DE AVALIAÇÃO E AO PERFIL INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO DO PROGRAMA	1	Sim	1
		Não	0

o **DEMANDA E IMPACTO** ^

Total de Pontos do Quesito: 25

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
(PTT) Impacto - Demanda	15	Por concorrência	15
		Contratada	10
		Espontânea	5
(PTT) Impacto - Objetivo da Pesquisa	10	Solução de um problema previamente identificado	10
		Experimental	5
		Sem um foco de aplicação inicialmente definido	0
Área impactada	0	Lista das áreas	0
(PTT) Impacto - Área impactada pela produção	0	Econômico	0
		Saúde	0
		Ensino	0
		Social	0
		Cultural	0
		Ambiental	0
		Científico	0
		Aprendizagem	0

o **APLICABILIDADE (CLASSIFICADA COMO IMPACTO REAL OU POTENCIAL)** ^

Total de Pontos do Quesito: 25

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
(PTT) Abrangência Territorial	10	Internacional	10
		Nacional	10
		Regional	10
		Local	5
(PTT) Replicabilidade	5	Sim	5
		Não	0



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
DAV/CAPES



(PTT) Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnológicos	10	Acervo - Acervos produzidos	6
		Acervo - Curadoria de coleções biológicas realizada	10
		Acervo - Curadoria de mostras e exposições realizadas	8
		Base de dados técnico-científica	8
		Carta, mapa ou similar	10
		Curso de formação profissional - Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis	8
		Curso de formação profissional - Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis	6
		Curso de formação profissional - Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada	4
		Evento organizado - Internacional e Nacional	10
		Material didático	10
		Produto Técnico bibliográfico - Artigo em jornal ou revista de divulgação	6
		Produto Técnico bibliográfico - Artigo publicado em revista técnica	6
		Produto Técnico bibliográfico - Resenha ou crítica artística	4
		Produto Técnico bibliográfico - Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo	8
		Produto de comunicação - Programa de mídia realizado	4
		Produto de editoração - Catálogo de produção artística organizado	8
		Produto de editoração - Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada	10
		Produto de editoração - Revista, anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada	10
		Relatório técnico conclusivo - Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados	6
		Relatório técnico conclusivo - Pesquisa de mercado elaborado	6
		Relatório técnico conclusivo - Processos de gestão elaborado	8
		Relatório técnico conclusivo - Relatório técnico conclusivo per se	10
		Software/Aplicativo (Programa de computador)	8
		Tecnologia social	10
		Tradução	10

o INOVAÇÃO ^

Total de Pontos do Quesito: 24

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
(PTT) Inovação	24	Alto teor inovativo	24
		Médio teor inovativo	15
		Baixo teor inovativo	5
		Sem inovação aparente	0

o COMPLEXIDADE ^

Total de Pontos do Quesito: 25

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
(PTT) Complexidade	25	Alta	25
		Média	15
		Baixa	5

As planilhas de PTTs disponibilizadas pela DAV/CAPES na plataforma Teams em 6 e 7 maio de 2025 incluíam um total de 33.543 produções. A coordenação da área procedeu

a um severo trabalho manual de filtragem de produções por meio de tipos e subtipos, exclusão de repetições e eliminação de produtos sem comprovação, chegando a um total de 11.329 produções distribuídas e analisadas pela comissão de avaliação de PTT da área, composta por doze (12) doze pessoas, sendo nove (9) consultores/as mais as três (3) integrantes da coordenação da área, divididas em seis duplas.

Foram mantidas as escalas de pontuação como postulado no quadro a seguir:

Estratos e linhas de corte da pontuação da área

Estrato	Pontuação
T1	90-100
T2	75-89
T3	60-74
T4	45-59
T5	01-44
TNC (não pontuado)*	00-00

* Dentre estes estão automaticamente alocados os trabalhos sem aderência

A partir desta pontuação, a Comissão manteve as travas aos estratos superiores:

$$T1 < T2$$

$$T1 + T2$$

$$T1 + T2 \leq 40\%$$

$$T3 + T4 + T5 \geq 60\%$$

RESULTADOS

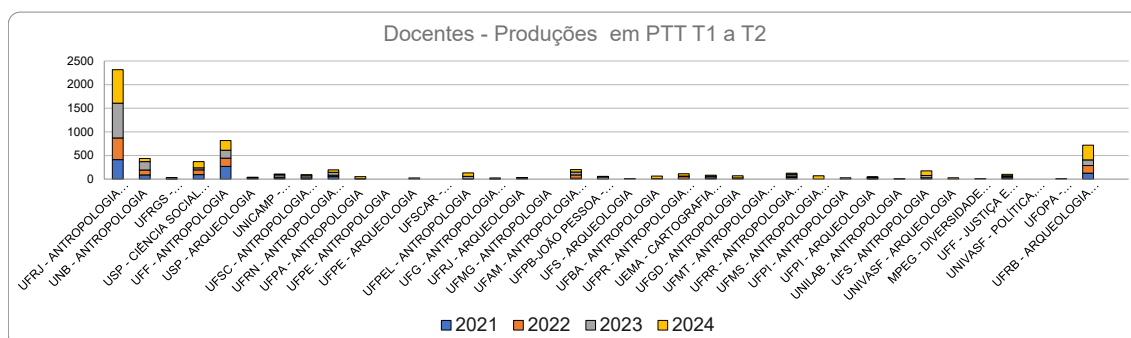
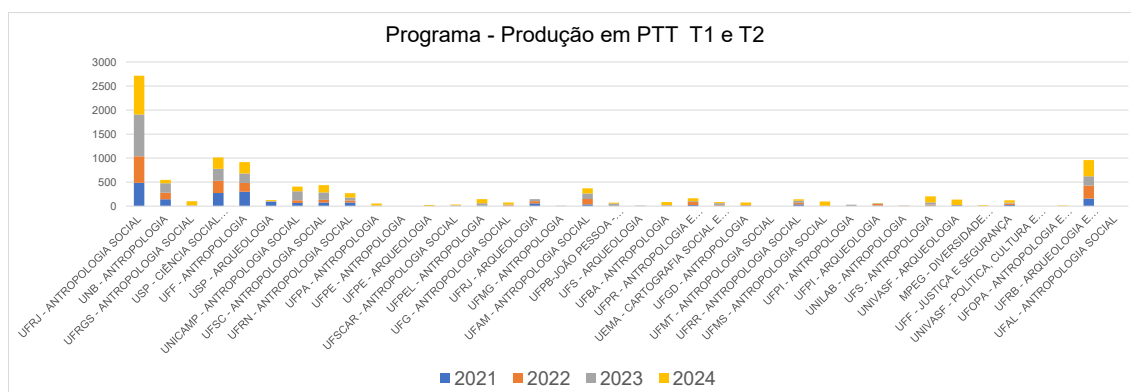
Do total de 11.329 produções analisadas, 8.050 (71,05%) foram pontuadas e 3.297 (29,1%) produções foram avaliadas como TNC. Mais do que refletir eventuais equívocos nos registros informados pelos PPGs, esse dado evidencia, mais uma vez, a complexidade das divergências entre as categorias da Plataforma Lattes, da Plataforma Sucupira, dos campos do Coleta CAPES e das limitações na customização das fichas.

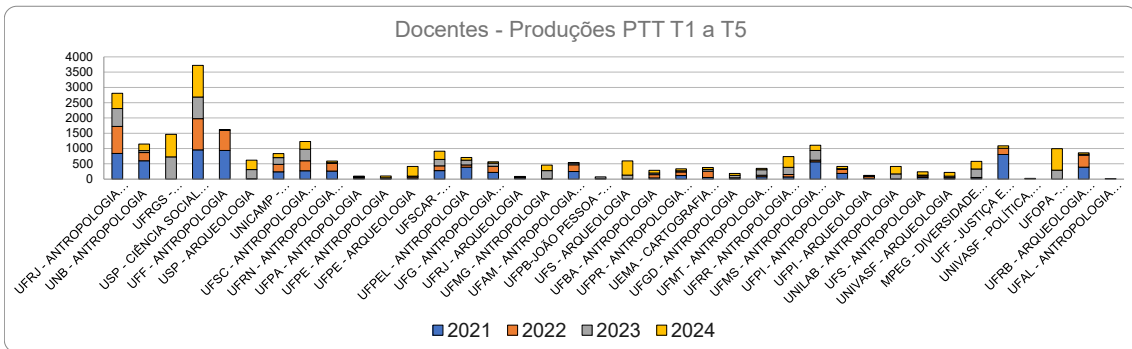
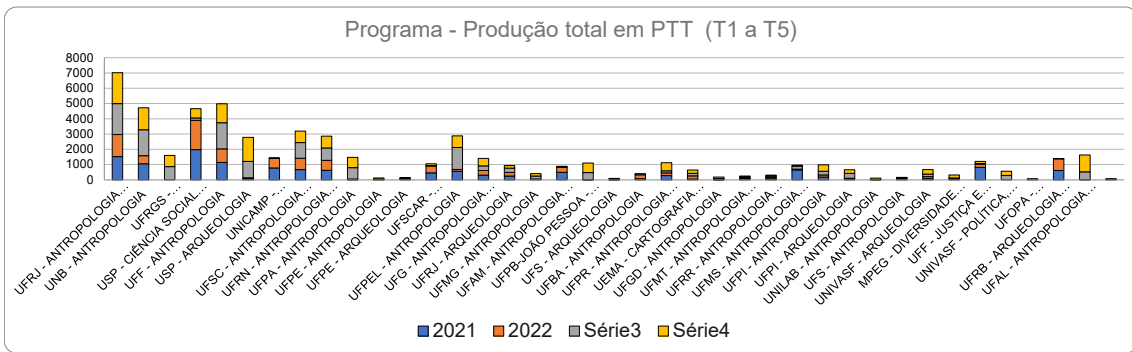
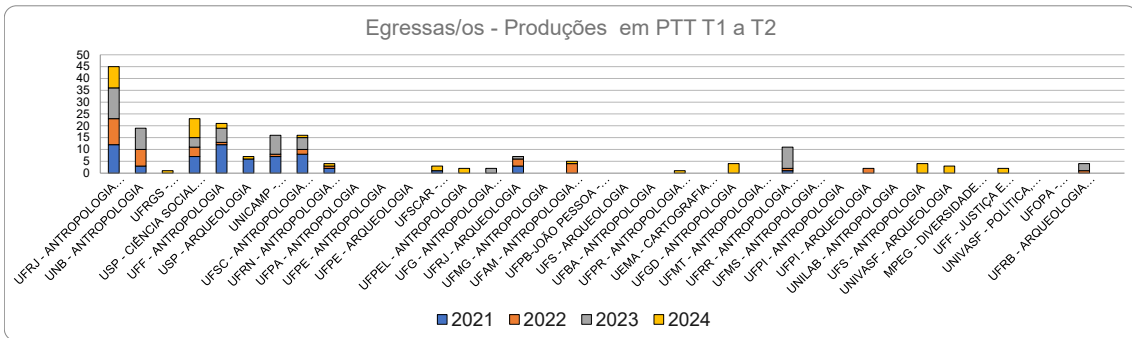
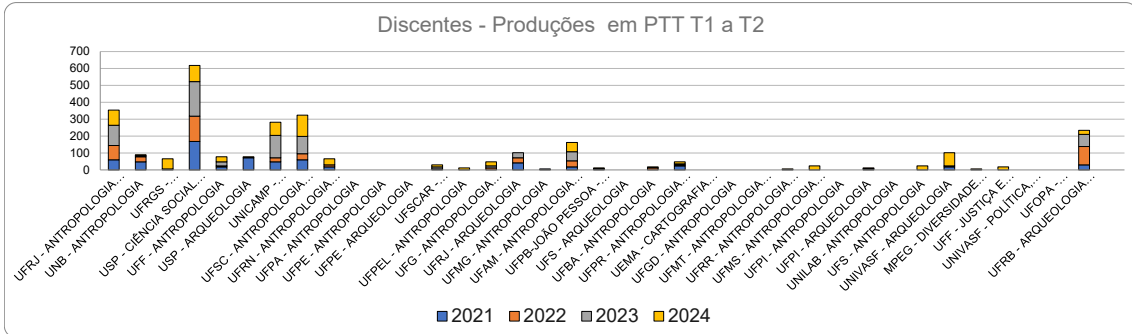
Desse modo, o uso da classificação TNC novamente extrapolou o critério original — que deveria abranger apenas as produções sem aderência à área de concentração ou às linhas de pesquisa do programa — e passou a ser utilizado como instrumento de descarte para diferentes situações. Entre elas, destacam-se: (a) produções que efetivamente não apresentavam aderência às linhas do PPG; (b) produções sem comprovação; (c) registros alocados em campos do Coleta CAPES que mesclavam tanto itens compatíveis com subtipos pontuados pela área quanto produções não elegíveis para pontuação.

O Quadro a seguir apresenta a produção pontuada por estrato de classificação:

Estrato	Nº absolutos	%
T1	602	7,5%
T2	738	9,2%
T3	2249	27,9%
T4	2659	33%
T5	1802	22,4%
Total de Produções pontuadas	8050	100%

Os gráficos comparativos adiante apresentam a produção em PTT por PPG e por categoria de autoria (docente, discente e egressa/o) de acordo com a estratificação dos produtos em estratos superiores (T1 e T2) e no conjunto de estratos (T1 a T5).





Tais condições podem explicar, em alguma medida, o significativo aumento de produtos avaliados como T5: com o isolamento social boa parte das atividades acadêmicas realizadas se deram de modo remoto, gerando uma grande quantidade de produtos dos tipos “material didático” (entrevistas, mesas redondas online e comentário de mídia) e “cursos de formação” online cujo estrato máximo de classificação é T4.

Ressalte-se, ainda, que apenas 33,8% do total de produções técnicas e tecnológicas registradas na Plataforma Sucupira foram efetivamente classificadas. A exclusão da maior parte dos produtos decorreu, predominantemente, da ausência de documentação comprobatória, comprometendo a representatividade da produção em todos os estratos, inclusive nos de maior qualificação.

As considerações aqui apresentadas, ainda que sumárias e preliminares, apontam para questões que merecem ser aprofundadas em uma reflexão posterior ao presente ciclo avaliativo. Desde já, contudo, a comissão reitera o valor estratégico da qualificação dos PTTs, na medida em que permitem tornar visível, de forma empírica, o impacto social da produção antropológica e arqueológica. A atuação constante de profissionais da área na esfera pública evidencia o envolvimento com temas de alta relevância e potencial transformador.

Esse potencial, no entanto, esbarra em limitações estruturais do sistema avaliativo da pós-graduação. A escassez de instrumentos adequados para registro e valorização da produção técnico-tecnológica compromete a visibilidade dessa dimensão da atuação acadêmica. A manutenção do limite de apenas dez subtipos de produtos por área restringe a representação da diversidade e especificidade que caracterizam a produção da Antropologia e da Arqueologia. Além disso, a subsunção dos subtipos próprios da área às categorias genéricas da CAPES dificulta a análise qualitativa e obscurece a singularidade de suas contribuições.

Ainda assim, os resultados obtidos evidenciam, mais uma vez, o impacto e a relevância social dessa produção. Mesmo diante dos obstáculos mencionados, os PTTs revelam-se como uma expressão significativa das ações empreendidas por docentes, discentes e egressas/os, reiterando seu papel fundamental na articulação entre conhecimento acadêmico e transformação social.

II.3.2 COMITÊ AVALIADOR

Nome completo	IES	Função
CINTIA BEATRIZ MULLER	UFBA	Consultora
CLÁUDIA ALVES DE OLIVEIRA	UFPE	Consultora
DELCIDES MARQUES	UNIVASF	Consultor
DIOGO MENEZES COSTA	UFPA	Consultor
EDMUNDO MARCELO MENDES PEREIRA	UFRJ	Consultor



EVA LENITA SCHELIGA	UFPR	Consultora
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	UFPI	Coordenador Adjunto Acadêmico
GUSTAVO PERETTI WAGNER	UFPEL	Consultor
JÚLIO ASSIS SIMÕES	USP	Coordenador de Área
LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO	UFPEL	Coordenadora Adjunta de Profissionais
MAÍRA SAMARA DE LIMA FREIRE	UFSC	Consultora
MIGUEL APARÍCIO SUÁREZ	UFOPA	Consultor

II.4 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ARTÍSTICO-CULTURAIIS

A avaliação de Produções Artístico-Culturais (PAC) da Área 35 baseou-se nos parâmetros orientadores contidos no relatório *Qualis Artístico - Classificação de Eventos* (link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-qualis-artistico-classificacao-de-eventos-pdf>), de 2019. Esse referencial foi adaptado à área de Antropologia e Arqueologia por uma comissão de docentes, também em 2019, resultando no documento de *Diretrizes para Qualificação de Produções Artístico-Culturais/Audiovisuais* (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/5.AntropologiaeArqueologia_DiretrizesQualificacaodePACsEtnografiasAudiovisuais2025.pdf). Balizas complementares constaram no documento *Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais* (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_7.AntropologiaeArqueologia_Resultadoseproduesintelectuais_2025.pdf).

Por força do Termo de Autocomposição firmado entre a CAPES e o Ministério Público, em 2022, estes três documentos foram mantidos integralmente como base para a classificação de Produtos Artístico-Culturais no quadriênio 2021–2024, sendo atualizadas apenas as datas e os nomes da equipe de coordenação da área. A atual coordenação e a comissão de consultoras/es puderam se apoiar ainda nos procedimentos desenvolvidos e sistematizados pela área no Relatório Quadrienal de 2021 (https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_c_omnotaAntropologia_Arqueologia.pdf). Esse relatório se constituiu, na prática, como um quarto documento orientador de grande relevância para a realização deste ciclo de qualificação e classificação de Produções Artístico-Culturais.



Os trabalhos da Comissão de Avaliação de Produtos Artístico-Culturais foram conduzidos de forma virtual, por meio de reuniões remotas pela plataforma Google Meet, com operacionalização e registro na Plataforma Sucupira, por meio da ficha específica de avaliação, seguindo a pontuação e os parâmetros definidos pela área. A Plataforma Sucupira foi utilizada como principal ferramenta para a avaliação, embora sem dispensar o uso adicional das planilhas disponibilizadas na plataforma *Teams*, o que evidenciou tanto a centralidade da Sucupira quanto suas limitações.

O trabalho foi conduzido com elevado compromisso e plena consciência de sua relevância estratégica para a Área, refletindo uma produção marcada pela diversidade temática, variedade de formatos e elevada qualidade acadêmica, artística e técnica. As atividades da Comissão foram desenvolvidas de forma colaborativa, com participação ativa da Coordenação de Área, que, em igualdade de condições com os demais consultores e consultoras, se engajou tanto na análise dos produtos quanto na interlocução com os setores técnicos da CAPES, visando solucionar desafios operacionais, metodológicos e procedimentais identificados ao longo do processo.

II.4.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO

A produção artístico-cultural (etnografias visuais) é facultativa (não é obrigatória) aos programas da Área. Os produtos indicados são considerados no mesmo patamar que a produção em livros e artigos. Os produtos desta categoria agregam e não subtraem à produção do Programa.

A avaliação dos produtos artístico-culturais concentrou-se não apenas na análise da obra em si, mas também em seu alcance, impacto na formação de mestras/es e doutoras/es, e na adoção de parâmetros qualitativos, apoiados em indicadores simples e transparentes. Tais parâmetros foram amplamente divulgados aos Programas e são revisados periodicamente em diálogo com a comunidade acadêmica da área.

São reconhecidas como etnografias audiovisuais as produções que articulam imagens, sons e textos, abrangendo filmes etnográficos, videodocumentários, ensaios fotográficos e gráficos, etnografias sonoras, registros fonográficos, podcasts, blogs, websites, museus virtuais e canais online. Também se incluem participações na elaboração de roteiros, performances e artes cênicas. Para que sejam avaliadas, essas produções devem estar inseridas em projetos de pesquisa vinculados às áreas de concentração, linhas e projetos dos PPGs.



As obras devem apresentar fundamentos conceituais, metodológicos e temáticos consistentes, mobilizando linguagens artísticas e recursos tecnológicos que expressem processos criativos e interpretativos próprios da pesquisa antropológica e arqueológica. Materiais brutos, sem edição ou estrutura narrativa, foram excluídos da categoria de produções audiovisuais. Cabe notar que produções audiovisuais publicadas em livros ou em periódicos ficaram sujeitas às avaliações dessas modalidades de produção intelectual.

A ficha de avaliação seguiu o modelo implementado pela CAPES e adaptado pela área desde o quadriênio anterior, compreendendo os seguintes critérios: aderência às áreas de concentração, linhas e projetos; análise do projeto artístico-cultural; análise de registro e difusão; análise da realização técnica e das veiculações. Além desses critérios, a ficha inclui a análise qualitativa de impacto social e cultural em relação ao público contemplado, inovação em termos de avanço do conhecimento e relevância da abrangência conforme os objetivos de pesquisa do Programa. Nesta etapa preparatória da avaliação quadrienal de 2025, a CAPES decidiu limitar a pontuação da ficha a 100 pontos e, portanto, e vedar a inclusão de quesitos adicionais de avaliação qualitativa, tal como havia ocorrido na avaliação de 2021. Em decorrência, a ficha de avaliação foi validada na Plataforma Sucupira por meio de um reajuste do modelo de distribuição de pontos pela Coordenação de Área, de modo a contemplar critérios de análise qualitativa de produções destacadas pelos programas, relacionados ao impacto social e cultural, à contribuição para o avanço do conhecimento e à relevância da produção em relação aos objetivos de pesquisa dos programas.

Segue o modelo da ficha, tal como validada na Plataforma Sucupira, com o reajuste da distribuição de pontos:



Quesitos

[Ocultar todos os quesitos / Mostrar todos os quesitos]

o **ADERÊNCIA**

Total de Pontos do Quesito: 1

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
1 - ADERÊNCIA DA OBRA À ÁREA DE AVALIAÇÃO E AO PERFIL INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO DO PROGRAMA	1	SIM	1
		NÃO	0

o **PRODUTO - PROJETO ARTÍSTICO/CULTURAL**

Total de Pontos do Quesito: 28

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
(PAC) Composição do comitê curador, científico ou organizador do evento	0	INTERNACIONAL	0
		NACIONAL	0
		LOCAL	0
		REGIONAL	0
(PAC) Composição da Equipe de Criação	7	INTERNACIONAL	7
		NACIONAL	6
		LOCAL	5
		REGIONAL	5

(PAC) A produção recebeu financiamento, apoio, incentivo ou patrocínio?	7	SIM	7
		NÃO	0
(PAC) Aval Institucional	7	CONVITE	7
		EDITAL	7
		PROJETO DE EXTENSÃO	7
		PROJETO DE PESQUISA	7
		SELEÇÃO	7
(PAC) Premiação	7	SIM	7
		NÃO	0
◦ IMPACTOS - REGISTRO E DIFUSÃO ^			

Total de Pontos do Quesito: 24

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
(PAC) A Produção possui materiais para registro e difusão?	10	SIM	10
		NÃO	0
(PAC) Frequência da apresentação	7	APRESENTAÇÃO MÚLTIPLA	7
		APRESENTAÇÃO ÚNICA	4
(PAC) Existência de processos de acessibilidade	7	SIM	7
		NÃO	0

◦ **ANÁLISE DA QUALIDADE DA REALIZAÇÃO TÉCNICA E DAS VEICULAÇÕES** ^

Total de Pontos do Quesito: 47

Item	Pontos	Indicadores	* Pontos
Qualidade da realização técnica do produto audiovisual de acordo com a sua proposta	0	Qualidade da realização técnica do produto audiovisual de acordo com a sua proposta	0
Veiculações em redes de rádio, televisão e outras mídias	7	Veiculações em redes de rádio, televisão e outras mídias	7
Resolução adequada ao suporte	4	Não	0
		Sim	4
Coerência narrativa	7	Não	0
		Sim	7
informações de produção/ficha técnica	4	Não	0
		Sim	4
Sincronicidade som-imagem	4	Sim	4
		Não	0
		Não se aplica	0
Avanços para o conhecimento(inovação social, cultural e/ou tecnológica)	7	Avanços para o conhecimento(inovação social, cultural e/ou tecnológica)	7
Impacto social e cultural com relação ao público contemplado (houve atendimento a público especial em situação de risco social, etc.	7	Impacto social e cultural com relação ao público contemplado.	7
Relevância da abrangência de acordo com os objetivos da pesquisa do PPG	7	Relevância da abrangência de acordo com os objetivos da pesquisa do PPG	7

Conforme as orientações da Área estabelecidas documento *Anexo da Ficha de Avaliação da área de Antropologia e Arqueologia (Área 35) – Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais* (https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_7.AntropologiaeArqueologia_Resultadoseproduesintelectuais_2025.pdf), “só serão avaliados qualitativamente produtos indicados pelos programas para comporem uma amostra de no máximo 10 produtos por programa, sendo de autoria de

docentes permanentes, e/ou de discentes e egressos/as”. Dessa forma, os três últimos itens da ficha que compunham os critérios de análise qualitativa — avanço do conhecimento, impacto social e cultural, e relevância — foram aplicados exclusivamente às produções artístico-culturais destacadas pelos programas.

RESULTADOS

Os registros de produções artístico-culturais foram disponibilizados pela DAV/CAPES em dois eventos de classificação, correspondentes aos períodos 2021-2023 e 2024, respectivamente. Após as unificações, 934 produções foram distribuídas e analisadas pela comissão de avaliação de PAC da área, composta por nove (9) pessoas, sendo seis (6) consultoras/es mais a/os três (3) integrantes da coordenação da área, divididas em três duplas e um trio. O intervalo de pontuação utilizado para a delimitação dos estratos está expresso no quadro a seguir:

Estrato	Pontuação
A1	91 a 100
A2	81 a 90
A3	71 a 80
A4	61 a 70
B1	51 a 60
B2	41 a 50
B3	31 a 40
B4	21 a 30
C	1 a 20
ANC	Não classificado, sem pontuação

A comissão manteve as travas aos estratos superiores:

$A1 < A2$

$A1 + A2 + A3 + A4 \leq 40\%$

$B1 + B2 + B3 + B4 + C \geq 60\%$

Foram classificadas com ANC as produções: 1) que não demonstraram aderência às áreas de concentração, linhas de pesquisa, missão e perfil institucional dos programas. 2) que não se configuraram como produção artística-cultural conforme os parâmetros definidores da área; 3) que não apresentaram comprovação; 4) cuja comprovação apresentada não possibilitou a avaliação adequada da produção (links ou anexos não auditáveis).

O Quadro a seguir apresenta a produção pontuada por estrato de classificação:

Estrato	Nº absolutos	%
A1	20	5,2%
A2	65	17,1%
A3	52	13,7%
A4	74	19,5%
B1	71	18,7%
B2	63	16,6%
B3	18	4,7%
B4	14	3,7%
C	03	0,8%
ANC	554	59,3%

Breve comentário comparativo dos resultados da classificação de PAC (2021-2025)

Verificou-se um aumento generalizado na classificação de produtos em todos os estratos qualificados. Esse aumento se deve ao fato de a comissão ter avaliado o conjunto de PACs informados pelos PPGs, e não apenas a amostra destacada. Como a CAPES estabeleceu uma limitação de 100 pontos atribuídos a cada produto, o ajuste na ficha de avaliação destinou 21 pontos exclusivamente à análise qualitativa dos produtos destacados pelos Programas, o que levou a que apenas a amostra destacada alcançasse os patamares A1 e A2. Em compensação, todas as demais produções puderam ser



classificadas entre os estratos A3 e C. No entanto, o dado mais preocupante refere-se ao número expressivo de produtos enquadrados como ANC, quase 60% dos produtos cadastrados no quadriênio 2021-24. Esse dado revela um acentuado agravamento nos problemas de comprovação e compromete seriamente a possibilidade de avaliação de uma parcela substancial da produção. A situação exige atenção imediata dos Programas, especialmente no que se refere à consistência, à completude e à qualidade das informações registradas na Plataforma Sucupira. Por outro lado, foram registradas (e avaliadas) inúmeras produções que não se enquadram em etnografias visuais, como páginas de Instagram, vídeos curtos de redes sociais, entre outros produtos ligados à divulgação científica, sugerindo a necessidade de a área discutir o que seguirá sendo avaliado como Produção Artístico Cultural. Na mesma linha, a curadoria de mostras e exposições, no lugar de avaliada como PAC, está sendo considerada como Produção Técnica e Tecnológica (PTT). A atualização da ficha deve ser considerada: há detalhes a serem revistos (como a perda de 4 pontos quando a sincronicidade de som-imagem não se aplica) de modo que a comissão não precise estar atenta a contornar esse problema durante os trabalhos de avaliação.

Apesar dos desafios identificados em relação à comprovação de parte da produção, a análise das etnografias audiovisuais destacou um conjunto expressivo de obras de alta qualidade, fortemente vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. Os produtos avaliados revelam articulação consistente com grupos de pesquisa, projetos acadêmicos e trabalhos de pós-graduação, atestando a maturidade e a diversidade temática das produções. De modo geral, observou-se elevado padrão técnico, com crescente atenção à acessibilidade e à circulação em múltiplos formatos e plataformas digitais, o que amplia o alcance e a relevância social das obras.

As produções analisadas e pontuadas demonstram coerência com os objetivos formativos dos programas, alicerçadas em fundamentos das duas disciplinas que compõem a área, concepções teóricas sólidas e compromisso ético com os princípios da área. Destaca-se a participação crescentemente ativa de comunidades quilombolas, indígenas e periféricas nos processos criativos, além da produção de conteúdos voltados à resolução de demandas práticas. A ampla difusão em plataformas de acesso aberto, a presença em eventos internacionais e as coproduções com instituições estrangeiras reforçam o caráter inovador e colaborativo da produção analisada. Observa-se, ainda, impacto formativo relevante e uma inserção geográfica abrangente, com articulação em redes interinstitucionais e contribuição para o fortalecimento da área em escala nacional e internacional.

II.4.2 COMITÊ AVALIADOR

Nome completo	IES	Função
ANA PAULA SILVA	UFF	Consultora
ANDRES ZARANKIN	UFRJ	Consultor
FABIANA COMERLATO	UFRB	Consultora
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	UFPI	Coordenador Adjunto Acadêmico
JÚLIO ASSIS SIMÕES	USP	Coordenador de Área
LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO	UFPEL	Coordenadora Adjunta de Profissionais
LISABETE CORADINI	UFRN	Consultora
LUIS FELIPE KOJIMA HIRANO	UFG	Consultor
VITÓRIA PINHEIRO GRUNVALD	UFRGS	Consultora

II.5 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE DESTAQUE

A Avaliação Qualitativa da Produção de Destaque da Área de Antropologia / Arqueologia baseou-se nas orientações contidas nos seguintes documentos: “Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais” (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_7.AntropologiaeArqueologia_Resultadoseproduesintelectuais_2025.pdf); “Tutorial para a indicação de destaques” (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/6.AntropologiaeArqueologia_Tutorialparaaindicaodosdestaques.pdf); “Diretrizes para comprovações de destaques” (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/3.AntropologiaeArqueologia_Diretrizesparacomprovaesdedestaques2025.pdf).

Por força do Termo de Autocomposição firmado entre a CAPES e o Ministério Público, em 2022, estes três documentos foram mantidos integralmente como base para a avaliação qualitativa de Destaques no quadriênio 2021–2024, sendo atualizadas apenas as datas e os nomes da equipe de coordenação da área.

A atual coordenação e a comissão de consultoras/es puderam se apoiar ainda nos procedimentos desenvolvidos e sistematizados pela área no Relatório da Avaliação Quadrienal de 2021 <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de->



[conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_c_omnotaAntropologia_Arqueologia.pdf](#). Esse relatório se constituiu, na prática, como um quarto documento orientador de grande relevância para a realização deste ciclo de avaliação qualitativa da produção de destaque.

A Ficha de Avaliação da Área (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/1.AntropologiaeArqueologia_Ficha.pdf) adotou como critério a análise da produção total por tipo, juntamente com a análise qualitativa das produções destacadas. As amostras foram definidas com base no documento “Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais”, referido acima.

A Comissão Preparatória de Análise de Destaques da Área 35 foi composta, com apenas uma exceção, pelas mesmas pessoas integrantes da Comissão de Avaliação dos PPGs da área. Essa composição teve como objetivo assegurar uma análise mais integrada e consistente, permitindo compreender a qualidade da atuação de cada Programa a partir das produções indicadas como destaques. Tais produções foram concebidas como evidências do desempenho e do êxito do PPG no cumprimento de sua Proposta de Programa, considerada em função da missão institucional autodefinida, do âmbito prioritário de sua atuação (local, regional, nacional e/ou internacional), de seus objetivos, do perfil de egressa/o pretendido, da área de concentração e das linhas de pesquisa.

Os trabalhos de avaliação de produções de destaque foram conduzidos de forma virtual, por meio de reuniões remotas pela plataforma Google Meet. A Plataforma Sucupira foi utilizada como ferramenta para acesso às fichas das produções, complementada com consulta às planilhas de destaques disponibilizadas pela DAV/CAPES na Plataforma Teams. A avaliação propriamente dita foi realizada por meio de fichas produzidas pela Área com base em modelo utilizado na avaliação quadrienal de 2021. Foram elaborados pareceres gerais de responsabilidade compartilhada de toda comissão, por tipo de produção para cada PPG, conforme será relatado adiante.

II.5.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO

A avaliação das produções de destaque da Área de Antropologia e Arqueologia, no período de 2021–2024, incidiu sobre um total de 4.042 produções. Esse número resulta do somatório, por tipo de produção, das informações disponibilizadas na Plataforma Sucupira, incluindo produções em coautoria entre docentes de um mesmo PPG e eventuais repetições de indicação em diferentes subtipos.

O Quadro a seguir apresenta a distribuição de cada tipo de produção em números absolutos e percentuais:



Tipo de produção	Total	%
Artigos	332	8,21%
Egressas/os	432	10,69%
Demais tipos e subtipos	810	20,03%
Docentes permanentes	1895	46,89%
Ciclo avaliativo	346	8,57%
TCC	227	5,61%
Total	4042	100%

A tabela a seguir resume os tipos e quantidades de produções consideradas para análise qualitativa, com base nos critérios gerais estabelecidos pela CAPES e as orientações específicas da Área.

Tipo	Orientação geral (Quantidade)	Orientação da área
Produtos destacados por subtipo, para fins de classificação		
Livros	Não há	“5) A Comissão de área para livros avaliará qualitativamente (Quesito 3: Avaliação de Formal de Conteúdo da Obra com base nos critérios de inovação, relevância e impacto) uma amostra composta por no mínimo 2 e no máximo 15 obras por programa, sendo no mínimo 1 e no máximo 10 de autoria (ou que contenham contribuições) de docentes permanentes e no mínimo 1 e no máximo 5 de discentes e egressos/as ”.
Artigos	Não há	“A área seguirá o Qualis Referência-Humanidades em sua dimensão quantitativa e analisará qualitativamente uma amostra de no mínimo 1 e no máximo 10 artigos de docentes permanentes indicados pelo programa ao fim do quadriênio, sendo que 4 destes produtos devem estar qualificados em estratos superiores (A1/A4) na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio, considerando os efeitos científicos e sociais dos conhecimentos veiculados, e sua relação com a proposta do programa ”.
Teses/ Dissertações	Não há	“7) análise qualitativa de quatro (4) teses e quatro (4) dissertações, ou trabalhos finais equivalentes, indicados pelo programa como suas melhores durante o quadriênio. Estes produtos deverão ser apontados na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio e estar disponíveis online, de modo a que possam ser consultados para fins de avaliação. Para fins de avaliação qualitativa serão seguidos os critérios de inovação, relevância e impacto. ”

Produtos técnico-tecnológicos (Quantos destacados?)	Não há	<p>“A área analisará quantitativamente todos os produtos técnicos declarados dos dez tipos de produtos técnicos e tecnológicos (PTT) referidos abaixo, compatibilizados pela Comissão de Produtos Técnicos e Tecnológicos com os produtos mais frequentes da área.</p> <p>Será analisada qualitativamente uma amostra dos produtos técnicos e tecnológicos composta por no mínimo 2 e no máximo 15 produtos indicados por cada programa, sendo no mínimo 1 e no máximo 10 de autoria de docentes permanentes e no mínimo 1 e no máximo 5 de discentes e egressos/as</p>
Produtos técnico-tecnológicos		<ol style="list-style-type: none"> 1 Produto bibliográfico 2 Tecnologia Social 3 Curso de formação profissional 4 Produto de editoração 5 Material Didático 6 Evento organizado 7 Relatório técnico conclusivo 8 Tradução 9 Acervo 10 Carta, mapa ou similar”
Artístico	Não há	<p>“A produção artístico-cultural (audiovisual) é facultativa aos programas. Caso o programa tenha produção indicada serão avaliados de acordo com os parâmetros gerados pelo GT Produção Qualis Artístico e Classificação de Eventos, adaptados pela Comissão de Produtos Artístico-Culturais/Audiovisuais da área de Antropologia e Arqueologia. Os produtos indicados serão considerados no mesmo patamar que a produção em livros e artigos. Os produtos desta categoria agregam e não subtraem à produção do Programa.</p> <p>(...)</p> <p>Só serão avaliados qualitativamente produtos indicados pelos programas para comporem uma amostra de no máximo 10 produtos por programa, sendo de autoria de docentes permanentes, e/ou de discentes e egressos/as”.</p>
Melhores produtos do quadriênio		
Produtos por docente permanente	<p>Até 4 produtos por docente permanente no quadriênio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para o cálculo: o número máximo de produtos dependerá do tempo de atuação do docente no programa como permanente (por exemplo, se atuou 2 anos como docente permanente, poderá indicar até 2 produtos; se atuou 4 anos, poderá indicar até 4 produtos. 	<p>“No caso dos destaques da produção de docentes, a área seguirá esta orientação, ou seja, avaliará no mínimo um (1) e no máximo quatro (4) produtos considerados por cada docente permanente como os seus melhores, sejam bibliográficos (artigos, livros e capítulos de livros), técnicos e tecnológicos, sejam artístico-culturais segundo a orientação da CAPES da proporcionalidade de tempo de participação no programa/nº de produtos. Estes produtos deverão ser indicados na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio, tendo em vista os efeitos científicos e sociais dos conhecimentos produzidos e veiculados.”</p>



Produtos do programa	De 5 a 10 melhores produtos por quadriênio, independentemente do tipo de produto	“No caso dos destaques da produção dos programas, a área avaliará os dez (10) melhores produtos destacados por cada programa no quadriênio, sejam eles bibliográficos (artigos, livros e capítulos de livros), técnicos e tecnológicos, sejam artístico-culturais/audiovisuais. Estes produtos deverão ser indicados na Plataforma Sucupira ”.
Egressos/as	<ul style="list-style-type: none">• Até 5 casos exitosos por período (máx. 15). A área define quais períodos<ul style="list-style-type: none">– 1º período: até 5 anos de titulação– 2º período: de 5 a 10 anos pós titulação– 3º período: de 10 a 15 anos pós titulação	“Indicação na Plataforma Sucupira da atuação de entre cinco (5) e 15 (quinze) egressos/as considerados/as exitosos/as, segundo os objetivos do programa , reconhecendo a aderência de sua atuação ao perfil de egresso e ao âmbito de atuação primordial definido pelo programa, de acordo com os seguintes períodos: para programas com entre quatro (4) e dez (10) anos de existência, até cinco (5) egressos/as titulados/as no intervalo de 2020- 2024; de dez (10) a quinze (15) anos de existência, até dez (10) egressos/as titulados/as nos intervalos de 2015-2019 e 2020-2024; programas com mais de 15 (quinze) anos de existência, até 15 (quinze) egressos/as titulados/as nos intervalos de 2010-2014; 2015- 2019 e 2020-2024. ”

Fonte: “Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais” (disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_7.AntropologiaeArqueologia_Resultadoseproduesintelectuais_2025.pdf)

O processo avaliativo teve início com a leitura das Propostas de Programa, com base nos dados abertos da Plataforma Sucupira, considerando também as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa de cada PPG.

Em seguida, foram verificados tanto o atendimento aos parâmetros numéricos definidos pela área quanto a qualidade das informações fornecidas sobre cada produção destacada, observando sua consistência, contextualização e precisão.

Após o debate coletivo dos parâmetros qualificadores e a definição dos indicadores qualitativos presentes na ficha de avaliação e em documentos complementares, as/os consultoras/es receberam conjuntos de PPGs com os quais não mantinham vínculos. Procederam então à análise dos subtipos de produção e, em reuniões coletivas, esclareceram dúvidas e construíram pareceres consensuais sobre a produção qualitativa de cada PPG. Esses pareceres foram revistos pela comissão e pela coordenação de área, contendo análises por subtipo e uma apreciação geral.

A base da avaliação qualitativa das amostras de produções destacadas foi a verificação da coerência e adequação entre as produções indicadas e a proposta do Programa, considerando seu escopo de atuação, objetivos, perfil da/o egressa/o, áreas de concentração, linhas de pesquisa e matriz curricular.

No caso das produções bibliográficas — artigos, livros e capítulos —, a análise qualitativa considerou o fornecimento de informações conforme as orientações específicas para cada tipo de produto; a autoavaliação do PPG sobre a qualidade e impacto das produções à luz

de sua missão institucional; e a análise dos próprios produtos, a partir de indicadores que contemplam as dimensões teórico-metodológica e etnográfica, o potencial de inovação teórica e a possibilidade de impacto social. Essa análise considerou as definições de impacto, relevância e inovação propostas pela CAPES, bem como as especificidades da área, em coerência com os objetivos do PPG, o perfil de egressa/o, sua matriz curricular, áreas de concentração e linhas de pesquisa.

Quanto às produções técnicas e tecnológicas, avaliou-se a conformidade das informações com as orientações específicas para cada subtipo; a autoavaliação do PPG em relação à qualidade e ao impacto dessas produções com base em sua missão institucional; e os próprios produtos, considerando indicadores como qualidade teórica e metodológica, base etnográfica, caráter de tecnologia social e capacidade de transferência de conhecimento à sociedade. A análise levou em conta os parâmetros definidos pela CAPES e pela documentação específica da área, bem como sua adequação à proposta do programa, à sua estrutura curricular e às suas linhas e áreas de atuação.

Na avaliação das trajetórias de egressas/os destacadas/os, foram consideradas a relação entre formação acadêmica e inserção profissional; a atuação no ensino superior, básico ou técnico-tecnológico; a inserção em institutos de pesquisa, cargos de gestão pública, terceiro setor e iniciativa privada. No caso dos cursos de mestrado, também foi avaliado o ingresso de egressas/os em cursos de doutorado, na mesma ou em outras instituições. Esses aspectos foram analisados em relação à coerência com os objetivos do programa, seu perfil de egressa/o, matriz curricular, áreas de concentração e linhas de pesquisa.

Já no caso dos trabalhos de conclusão — dissertações e teses —, a avaliação qualitativa considerou a aderência e a distribuição equilibrada dessas produções em relação às áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, bem como sua adequação aos objetivos do programa e ao escopo territorial de excelência definido. Foram também considerados aspectos como as dimensões teórico-metodológica e etnográfica, o potencial de inovação teórica e/ou impacto social, a diversidade institucional das bancas de defesa, a existência de prêmios recebidos, a realização de cotutelas, bolsas sanduíche e parcerias interinstitucionais, bem como a publicação em forma de livro, artigos ou outras formas de divulgação.

Os conceitos utilizados seguiram a orientação mais geral para seu uso na avaliação da área, segundo o exposto no quadro a seguir:

CONCEITO	DEFINIÇÃO
MUITO BOM	Conceito a ser atribuído quando há total adequação no preenchimento dos critérios qualificadores estabelecidos correspondendo ao que se define como DESTACADO segundo os valores da área para o indicador.
BOM	Conceito a ser atribuído quando há adequação no preenchimento dos critérios qualificadores estabelecidos, correspondendo ao que se define como o PLENAMENTE SATISFATÓRIO segundo os valores da área para o indicador.



REGULAR	Conceito a ser atribuído quando há reduzida adequação no preenchimento critérios qualificadores, correspondendo ao que se define como BÁSICO segundo os valores da área para o indicador.
FRACO	Conceito a ser atribuído quando não há sequer reduzida adequação no preenchimento dos critérios qualificadores, correspondendo apenas ao que se define como MÍNIMO ACEITÁVEL segundo os valores da área para o indicador.
INSUFICIENTE	Conceito a ser atribuído quando as informações apresentadas evidenciam que não há preenchimento dos critérios qualificadores, correspondendo ao que se define INCOMPLETO e INADEQUADO segundo os valores da área para o indicador

A área adaptou o modelo de ficha única para parecer de análise qualitativa do PPG utilizado da Avaliação Quadrienal de 2021, conforme reproduzido no quadro a seguir:

Atividade: Análise global dos destaques
Área de Avaliação: ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA
Instituição:
Nome do Programa/ Código:
Modalidade: Acadêmico
Consultor/a: Comissão Preparatória da Análise Qualitativa de Destaques

Análise qualitativa dos destaques do Programa:

Muito Bom () Bom () Regular () Fraco () Insuficiente ()

Parecer com justificativa para o conjunto de destaques do Programa:

Roteiro Ideal: 1º Parágrafo Comum: O parecer foi elaborado a partir da leitura “Proposta de Programa”, assim como dos dados disponibilizados pela DAV/CAPES por meio da Plataforma Sucupira, em especial das justificativas informadas pelo PPG para a escolha dos destaques. Com base neste material avaliou-se a coerência e consistência da qualidade da produção destacada pelo [nome completo do PPG/IES] tendo em vista os critérios de avaliação estabelecidos nos documentos da Área 35 para o quadriênio 2021-2024. 2º Parágrafo:



Breve caracterização da proposta do PPG, em termos do âmbito prioritário de sua atuação, dos seus objetivos gerais e específicos, do perfil de egressa/o ser formada/o, a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa, e a matriz curricular.

3º Parágrafo:

Caracterização da amostra da produção destacada do PPG em relação à proposta anexada na Plataforma Sucupira informada pela Capes.

4º Parágrafo:

Caracterização geral da informação oferecida pelo PPG em relação à proposta anexada na Plataforma Sucupira (se necessário e conveniente destacar subtipos se houver diferenças).

5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º parágrafos: análise por tipos aglutinados pela Plataforma Sucupira.

5º Artigos

Muito Bom () Bom () Regular () Fraco () Insuficiente ()

6º Egressas/os:

Muito Bom () Bom () Regular () Fraco () Insuficiente ()

7º Produções de destaques dos demais tipos/subtipos: (livros, capítulos, audiovisuais, PTT, a depender do que foi indicado)

Muito Bom () Bom () Regular () Fraco () Insuficiente ()

8º Produções de destaque de docentes permanentes (artigos, livros, capítulos, audiovisuais, PTT, a depender do que foi indicado)

Muito Bom () Bom () Regular () Fraco () Insuficiente ()

9º Produções de destaque do ciclo avaliativo (artigos, livros, capítulos, audiovisuais, PTT, a depender do que foi indicado)

Muito Bom () Bom () Regular () Fraco () Insuficiente ()

10º Indicação de TCCs de destaque

Muito Bom () Bom () Regular () Fraco () Insuficiente ()

Parecer final de justificativa do conceito geral atribuído:

A Área considera que a introdução da análise qualitativa das produções destacadas tem representado um avanço significativo e promissor no aprimoramento do processo avaliativo da pós-graduação. Essa abordagem responde a demandas históricas da Área, ao permitir uma avaliação mais aderente à qualidade e ao impacto das produções dos Programas, especialmente no que se refere à formação de egressas/os, à transferência de conhecimento e à superação de desigualdades regionais e sociais. A avaliação qualitativa permite uma compreensão mais densa e contextualizada da atuação dos PPGs, ao proporcionar uma visão mais profunda do que os programas efetivamente realizam, em coerência com suas missões institucionais e perfis formativos.

Com vistas ao aperfeiçoamento contínuo desse modelo, a Área entende ser necessário empreender um papel formativo junto à nova geração de docentes e coordenadoras/es, cuja atuação ainda reflete uma orientação acadêmica centrada em métricas individualistas. A consolidação de uma avaliação orientada pela qualidade dependerá também da capacidade de interlocução e reflexão coletiva da área, especialmente diante do desafio de integrar os campos da Antropologia e da Arqueologia em um processo avaliativo mais justo, plural e contextualizado.

II.5.2 COMITÊ AVALIADOR

Nome completo	IES	Função
ANDRÉS ZARANKIN	UFRJ	Consultor
CARLOS EMANUEL MANZOLILLO SAUTCHUK	UNB	Consultor
CÍNTIA BEATRIZ MULLER	UFBA	Consultora
FABIANO DE SOUZA GONTIJO	UFPA	Consultor
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	UFPI	Coordenador Adjunto Acadêmico
JÚLIO ASSIS SIMÕES	USP	Coordenador de Área
LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO	UFPEL	Coordenadora Adjunta de Profissionais
LUIS FELIPE KOJIMA HIRANO	UFG	Consultor
MARIANA PETRY CABRAL	UFMG	Consultora
PATRICE SCHUCH	UFRGS	Consultora
ROZELI MARIA PORTO	UFRN	Consultora
VIVIANE MARIA CAVALCANTI DE CASTRO	UFPE	Consultora



II.6 ANÁLISE DE INDICADORES

A Comissão de Análise de Indicadores iniciou suas atividades a partir da disponibilização da planilha com os dados consolidados da Área 35, com foco na revisão dos qualificadores presentes na Ficha de Avaliação e na definição dos parâmetros considerados tecnicamente viáveis e pertinentes para análise quantitativa e qualitativa.

As atividades da comissão foram conduzidas integralmente em ambiente remoto, por meio das plataformas Google Meet. A Comissão foi composta pelas três pessoas integrantes da Coordenação da Área e um consultor. Os trabalhos contaram com o apoio técnico da empresa Anascience Inteligência Analítica ao Negócio Ltda., representada por Glauco Roberto Munsberg dos Santos, mestre em Ciência da Computação.

Em articulação com a Comissão de Avaliação, a Comissão de Indicadores procedeu à reavaliação da aplicabilidade dos qualificadores previstos na Ficha de Avaliação da Área 35 – Antropologia/Arqueologia (link: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/1.AntropologiaeArqueologia_Ficha.pdf), buscando assegurar a adequação metodológica dos parâmetros às especificidades do campo e sua efetividade no processo de mensuração.

II.6.1 CRITÉRIOS E METODOLOGIA PARA ESTRATIFICAÇÃO /QUALIFICAÇÃO

A Área 35 adota a designação “qualificadores” para os descritores constantes na Ficha de Avaliação, reservando o termo “indicadores” para os parâmetros mensuráveis que podem ser aferidos ao final do processo avaliativo. Essa distinção é central para que a avaliação se configure como um processo analítico e contextualizado, orientado à compreensão dos percursos formativos, científicos e institucionais dos Programas, bem como à verificação dos resultados efetivamente alcançados.

A articulação entre indicadores qualitativos e quantitativos teve como objetivo evidenciar os resultados das atividades de ensino, pesquisa e transferência de conhecimento, assim como aferir o impacto das produções geradas no âmbito dos Programas. Essa estratégia analítica favorece a identificação das transformações ocorridas ao longo do quadriênio e o grau de concretização dos objetivos institucionais declarados.



Em 2025 a Área deu continuidade às ações iniciadas em 2021, com o objetivo de recompor as séries históricas de indicadores afetadas por uma descontinuidade, ocorrida em 2017, que comprometeu a consistência e a comparabilidade dos dados ao longo do tempo. No âmbito da Avaliação Quadrienal 2021, a Área de Antropologia/Arqueologia desenvolveu uma aplicação tecnológica voltada à integração e visualização dos dados qualitativos e quantitativos do processo avaliativo. Esse instrumento voltou a ser utilizado na Avaliação Quadrienal 2025. Essa solução foi concebida com vistas a:

- a) Disponibilizar suporte visual para os indicadores elaborados pela Coordenação da Área na avaliação quadrienal 2025;
- b) Definir conceitos (muito bom, bom, regular, fraco e insuficiente) a partir dos dados das planilhas, processados estatisticamente;
- c) Permitir a visualização integrada dos dados quantitativos (planilha 35) e dos qualitativos (análises dos pareceristas);
- d) Oferecer subsídios para o entendimento da distribuição e da qualidade dos indicadores da Área, a partir da articulação entre dados qualitativos e quantitativos e seus respectivos subitens.

A ferramenta foi concebida para oferecer uma visão panorâmica da Área, com base nos indicadores e nas informações qualitativas e quantitativas reunidas. A metodologia de desenvolvimento comportou: análise estatística dos qualificadores propostos na ficha de avaliação; desenho da arquitetura da aplicação; criação de uma ferramenta de apoio à avaliação qualitativa por pareceristas; e elaboração de uma dashboard visual.

A solução construída é composta por três elementos principais: a) as planilhas de pareceristas, com as notas atribuídas aos itens e subitens da ficha de avaliação; b) a planilha de indicadores quantitativos, extraída da Planilha 35 fornecida pela DAV; c) uma dashboard interativa que consolida essas informações por programa e por quesito. Essa dashboard organiza os dados em formato tabular, com os programas dispostos nas colunas e os itens da avaliação nas linhas. Os valores atribuídos a cada indicador são apresentados em células coloridas de acordo com os conceitos definidos, o que permite uma visualização clara e comparativa dos resultados. A ferramenta realiza cálculos automáticos para a atribuição dos conceitos quantitativos e o ranqueamento qualitativo, permitindo ainda ajustes com base na análise interpretativa realizada pelos pareceristas.

cada indicador, a maior e a menor pontuação atribuída a todos os programas no respectivo quesito, bem como a média, o desvio padrão e a projeção dos conceitos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente) calculados a partir desses parâmetros, como se vê na imagem abaixo:

										Maior	Menor	Muito Bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente	Média	Desvio Padrão	Diferença
2.2.2.1	Porcentagem de discentes com de artigos de A1 a B4	0,20%	5,17	11,94	4,48	1,61	0,91	0,00	0,00	21,54	0,91	11,24	8,70	6,15	3,61	<004	8,70	5,09	2,58

A avaliação dos indicadores qualitativos foi realizada diretamente pelas/os pareceristas. Para tanto, elaborou-se uma planilha com os quesitos qualitativos da avaliação e campos controlados, nos quais cada parecerista atribuiu notas inteiras, de 1 a 10, a cada item e subitem, com base na leitura da ficha preenchida pelo programa e nos indicadores quantitativos. Cada programa foi avaliado por uma dupla de pareceristas e, após o registro das notas, foi calculada a média da soma atribuída. Esses dados foram armazenados em banco de dados e utilizados para a formulação dos conceitos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Insuficiente) referentes aos quesitos da Área (ver a figura a seguir):

Avaliação Quadrienal 2025 - Ficha de Avaliação Consolidado						
Informações de Identificação		Respostas				
Quesito	Item/Subitem	Classificação (Parecerista 1)	Classificação (Parecerista 2)	Classificação(Comissão)	Observação (Parecerista 1)	Observação (Parecerista 2)
1.1.	Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa. (35%)	Não Selecionado	Não Selecionado	Não Selecionado		
1.1.1.	Coerência e Consistência da Proposta do Programa com o perfil egresso que se pretende formar. (Qualitativo)	Não Selecionado	Não Selecionado	Não Selecionado		
1.1.2.	Articulação entre projetos de pesquisa e corpo docente. (Qualitativo)	Não Selecionado	Não Selecionado	Não Selecionado		
1.1.3.	Relação entre estrutura curricular, formação e pesquisa. (Qualitativo)	Não Selecionado	Não Selecionado	Não Selecionado		
1.1.4.	Infraestrutura e recursos financeiros para pesquisa. (Qualitativo)	Não Selecionado	Não Selecionado	Não Selecionado		
1.2	Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa. (35%)	Não Selecionado	Não Selecionado	Não Selecionado		
1.2.1.	Dimensões, Composição e Distribuição do Corpo Docente. (Quali-quantitativo)	Não Selecionado	Não Selecionado	Não Selecionado		

A distribuição das pontuações de cada indicador relativo aos programas serviu de base para a formulação dos conceitos, permitindo traçar um panorama geral da Área e situar cada programa no conjunto. As faixas de cada conceito quantitativo foram estabelecidas a partir das propriedades matemáticas da média e do desvio padrão, de modo a refletir a oscilação e a dispersão natural de dados em grupos heterogêneos. Optou-se pela média, em vez da mediana, a fim de capturar a influência de valores discrepantes no conjunto e evitar que o pivô central fosse identificado com um programa específico.

A partir da média, os conceitos laterais foram definidos pela distribuição dos desvios padrão:

- a média (M_e) corresponde ao pivô do conceito “Regular”;
- o desvio padrão (σ) baliza a amplitude dos conceitos;
- valores entre M_e e $M_e - \sigma/2$ compõem o conceito “Regular”;
- valores entre M_e e $M_e + \sigma/2$ são considerados “Bom”;
- valores acima de $M_e + \sigma/2$ são “Muito Bom”;
- valores entre $M_e - \sigma/2$ e $M_e - \sigma$ correspondem a “Fraco”;
- valores abaixo de $M_e - \sigma$ são “Insuficiente”.

Para facilitar a interpretação, adotou-se um gradiente de cores: do verde (Muito Bom) ao rosa (Insuficiente), conforme o quadro a seguir:

CONCEITO	COR	FÓRMULA
Muito Bom	Verde	$> M_e + \sigma/2$
Bom	Azul	$> M_e < M_e + \sigma/2$
Regular	Amarelo	$> M_e - \sigma/2 < M_e$
Fraco	Bege	$> M_e - \sigma/2 < M_e - \sigma$
Insuficiente	Rosa	$< M_e - \sigma$

No caso dos indicadores qualitativos, as faixas conceituais foram definidas por meio de um ranqueamento baseado na correlação direta entre pontos atribuídos e conceitos, conforme o quadro a seguir:

CONCEITO	COR	INTERVALO
Muito Bom	Verde	entre 9 e 10
Bom	Azul	entre 8.9 e 8
Regular	Amarelo	entre 7.9 e 7
Fraco	Bege	entre 6.9 e 5
Insuficiente	Rosa	< 5

A dashboard consolidou os valores dos indicadores quantitativos e qualitativos, estes últimos resultantes da avaliação por pareceristas. A partir dela, foram gerados automaticamente os conceitos quantitativos (por cálculo estatístico) e os qualitativos (por ranqueamento), além de permitir ajustes baseados em interpretação qualitativa. A estrutura da dashboard garante a visualização rápida de quesitos, itens e subitens, articulando cores e dados das planilhas dos pareceristas e da planilha 35 da CAPES. Na representação tabular, os programas aparecem nas colunas e os indicadores/itens/subitens nas linhas; cada célula contém o valor numérico correspondente e sua cor indica o conceito (ver a representação figura a seguir).



A construção da dashboard envolveu um conjunto de tecnologias voltadas à automatização da extração de dados e dos cálculos. Contudo, mesmo com apoio estatístico e tecnológico, a análise exige uma dimensão intelectual e qualitativa indispensável, capaz de traduzir indicadores textuais em fórmulas matemáticas, números em indicadores e faixas em conceitos interpretativos.

É importante destacar que a opção pelo uso do desvio padrão na construção dos conceitos quantitativos implica que sempre haverá programas classificados como “fracos” ou “insuficientes”. Isso ocorre porque o método é comparativo e segmenta os programas em faixas que precisam ser preenchidas, independentemente da qualidade absoluta das notas ou do desempenho de cada programa — de modo que aqueles que

se distanciam mais do nível de excelência esperado para programas de nível 6-7 são automaticamente enquadrados nas categorias inferiores.

Assim, a geração automatizada de conceitos e amplitudes forneceu uma primeira visualização esperada da Área. Entretanto, a análise qualitativa posterior foi fundamental para que os conceitos atribuídos refletissem não apenas a distribuição matemática, mas também as tendências e necessidades do desenvolvimento da Área.

A atribuição de conceitos seguiu a escala qualitativa já apresentada (seção II.5.1 deste relatório) e reproduzida a seguir, conforme as cores adotadas na dashboard.

CONCEITO	DEFINIÇÃO
MUITO BOM	Conceito a ser atribuído quando há total adequação no preenchimento dos critérios qualificadores estabelecidos correspondendo ao que se define como DESTACADO segundo os valores da área para o indicador.
BOM	Conceito a ser atribuído quando há adequação no preenchimento dos critérios qualificadores estabelecidos, correspondendo ao que se define como o PLENAMENTE SATISFATÓRIO segundo os valores da área para o indicador.
REGULAR	Conceito a ser atribuído quando há reduzida adequação no preenchimento critérios qualificadores, correspondendo ao que se define como BÁSICO segundo os valores da área para o indicador.
FRACO	Conceito a ser atribuído quando não há sequer reduzida adequação no preenchimento dos critérios qualificadores, correspondendo apenas ao que se define como MÍNIMO ACEITÁVEL segundo os valores da área para o indicador.
INSUFICIENTE	Conceito a ser atribuído quando as informações apresentadas evidenciam que não há preenchimento dos critérios qualificadores, correspondendo ao que se define INCOMPLETO e INADEQUADO segundo os valores da área para o indicador

Os pareceres utilizaram a escala quantitativa convencionada:

MB – A QUASE TOTALIDADE (100-90%)

B – A MAIORIA (89-70%)

R – MAIS DA METADE (69-50%)

F – MENOS DA METADE (49-30%)

I – POCOS (<30%)

II.6.2 COMITÊ AVALIADOR

Nome completo	IES	Função
ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA	UFRJ	Consultor
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	UFPI	Coordenador Adjunto Acadêmico
GLAUCO ROBERTO MUNSBERG DOS SANTOS	Anascience	Consultor
JÚLIO ASSIS SIMÕES	USP	Coordenador de Área
LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO	UFPEL	Coordenadora Adjunta de Profissionais

III. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

a) CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ATRIBUIÇÃO DE NOTAS

Como explicitado no item I.b deste relatório, após a leitura das Propostas de Programa apresentadas pelos PPGs no quadriênio e da análise qualitativa da produção destacada por cada programa, a Comissão de Área debateu e buscou sintetizar – para além da atribuição estrita de notas aos quesitos e itens da ficha – o melhor enquadramento dos perfis de desempenho que dão conteúdo às faixas de notas atribuídas aos cursos autorizados a funcionar (notas de 3 a 7), de acordo com os valores da área.

No que diz respeito ao **perfil da nota 3**, estão incluídos: os programas recém-criados que iniciaram atividades no quadriênio e estão implementando o planejado no APCN; os que cumpriram neste quadriênio seu primeiro ciclo avaliativo completo, bem como aqueles que, embora mais antigos, não conseguiram estabilizar processos organizacionais de planejamento e gestão que definam claramente sua missão, prioridades de atuação, objetivos e metas de curto, médio e longo prazo. Esses programas não consolidaram ainda uma base de planejamento estratégico que oriente a produção docente e discente como meta institucional. Dessa forma, sua inserção social nos âmbitos local e regional, embora muitas vezes de grande impacto, não se traduz em projeção nacional, e eventuais ações docentes em âmbito nacional ou internacional tendem a ser pontuais. A capacidade formativa de mestrados/es não se converte em propulsor sólido para a formação de doutoras/es, e a oferta de disciplinas e projetos de pesquisa permanece restrita. Em alguns casos, a formação é de qualidade suficiente para que egressas/os ingressem em doutorados de outros PPGs ou se insiram no mercado de trabalho, seja como docentes, seja como profissionais técnico-científicos, mas sem capitalizar para o fortalecimento institucional do programa.



No que concerne ao **perfil da nota 4**, considera-se que são programas que conseguiram, ao longo de sua existência, estabilizar sua missão e definir objetivos e metas organizacionais voltados à formação de egressas/os, com base em uma produção científica relativamente robusta, ainda que desigual. Tais programas apresentam destaque em algumas linhas temáticas, possuem impacto local e regional relevante e verificável, contam com corpo docente estabilizado e integrado, demonstram condições de suportar a formação de doutoras/es em um escopo temático mais abrangente, possuem inserção nacional em vias de consolidação ou recém-consolidada e realizam ações internacionais, mesmo que de forma individual e não necessariamente via convênios institucionais. O desempenho intelectual, aliado ao planejamento e funcionamento integrado, reflete-se na atuação do programa como centro de formação, produção de conhecimento e intervenção social. A produção discente mostra-se mais sólida e sistemática, e as/os egressas/os encontram inserção no mercado local, regional e nacional.

Em relação ao **perfil da nota 5**, o programa deve demonstrar consolidação comprovada em seu planejamento, missão, objetivos, perfil de egressas/os e procedimentos de gestão, estáveis e eficazes no tempo. Espera-se que possua corpo docente consolidado, com maior senioridade, protagonismo em linhas de pesquisa distintivas e capacidade de renovação, e que seja capaz de formar mestras/es e doutoras/es cuja atuação profissional se associe à produção intelectual consistente, refletida na inserção de egressas/os. Tais programas demonstram atuação em redes de solidariedade com programas menos estruturados; apresentam desempenho estável de impacto local, regional e, sobretudo, nacional, com transferência de conhecimentos; e se projetam como centros formadores de excelência. Essa excelência se evidencia pela capacidade de captação de recursos para pesquisa e cooperação, com especial valorização quando realizada em contextos de escassez, e por sua atuação internacional consolidada, disseminada pela maioria do corpo docente, por meio de convênios, protocolos e redes de cooperação. Os programas de nota 5 atraem docentes e discentes internacionais e demonstram liderança no cenário nacional por meio da organização de eventos científicos, da manutenção de periódicos qualificados e da consolidação de núcleos e grupos de pesquisa, cuja produção se dissemina também em âmbito internacional.

Cabe ressaltar que na atribuição das notas aos PPGs a Comissão de Área observou o prescrito nos Artigos 27 da Portaria nº 122/2021, que estabelece em seu artigo 27, I, os parâmetros para atribuição de notas de 1 (um) a 5 (cinco):

Art. 27 – (...)

I - na primeira etapa, atribuir-se-á a cada PPG uma nota, podendo ser de 1 (um) a 5 (cinco), atendidos os seguintes parâmetros:

- a) o programa receberá nota 1 (um) quando tiver recebido conceito "Insuficiente" nos quesitos 1 ou 2, independentemente dos conceitos recebidos no quesito 3 ou quando tiver recebido conceito "Insuficiente" em dois ou mais quesitos;
- b) o programa receberá nota 2 (dois) quando tiver recebido conceito "Fraco" no quesito 2,



independentemente dos conceitos recebidos nos quesitos 1 e 3; e/ou quando tiver recebido conceito "Insuficiente" em um dos demais quesitos (1 ou 3) e/ ou quando não se enquadrar nos incisos subsequentes;

c) o programa receberá nota 3 (três) quando tiver recebido conceito "Regular" no quesito 2 e pelo menos mais um conceito "Regular" em um dos demais quesitos (1 e/ou 3), não podendo ter recebido conceito "Insuficiente" em qualquer dos quesitos;

d) o programa receberá nota 4 (quatro) quando tiver recebido conceito "Bom" no quesito 2 e pelo menos mais um conceito "Bom" em um dos demais quesitos (1 e/ou 3), não podendo ter recebido conceito "Fraco" ou "Insuficiente" em qualquer dos quesitos; e

e) o programa receberá nota 5 (cinco) quando tiver recebido conceito "Muito Bom", no quesito 2 e pelo menos mais um conceito "Muito Bom" em um dos demais quesitos (1 e/ou 3), não podendo ter recebido conceito "Regular", "Fraco" ou "Insuficiente" em qualquer dos quesitos.

Quanto aos programas A da clientela da área, que ainda não titularam discentes em virtude de não terem completado um ciclo formativo, a Comissão da Área seguiu o prescrito nas Orientações Gerais para a Avaliação Quadrienal 2025 aprovadas pelo CTC na 236ª Reunião realizada de 10 a 14 de março de 2025, submetendo-os a uma avaliação ponderada nos termos do que está sinalizado nos incisos I a VIII do Art. 28 da Portaria nº 122/2021, ampliando o entendimento do inciso I do referido Art. 28 para “a análise sobre o programa de pós-graduação em relação ao seu perfil, a seus objetivos e à adequação à proposta original apresentada na APCN.”

Os parâmetros relativos às notas seis (6) e sete (7) serão tratados na seção V deste relatório.

b) CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DOS QUESITOS DA ÁREA

A avaliação desenvolvida pela área 35 teve caráter comparativo e classificatório entre os programas, seguindo o princípio de que cada área estabelece parâmetros para diferenciar os níveis de desempenho de seus programas. Ao mesmo tempo, em consonância com os parâmetros gerais compartilhados entre todas as áreas de avaliação, adotaram-se os mesmos princípios em relação às diferentes áreas, pautando-se por um conjunto comum de quesitos avaliativos. Resguardou-se, contudo, a autonomia relativa de cada área para definir a forma de aferição da qualidade de seus programas. A partir dessas orientações gerais foi conduzido o processo avaliativo dos quesitos da ficha de avaliação.

O modelo da ficha apresenta as seguintes características. Em primeiro lugar, atribuíram-se conceitos com peso para a nota final quanto ao primeiro quesito/dimensão (Programa), estabelecendo-se pontos para seus itens. Em segundo lugar, definiu-se o segundo quesito (Formação) como a dimensão central da avaliação dos PPGs. O componente produção intelectual manteve relevância, e o item relativo ao destino e à trajetória de egressas/os ganhou destaque. Em terceiro lugar, foram parametrizados os



entendimentos de impacto, transferência de conhecimento e internacionalização, o que conferiu maior consistência ao terceiro quesito/dimensão (Impacto na Sociedade). Por fim, a proposta de realizar uma avaliação de caráter qualitativo abriu a possibilidade de análise apenas de amostras dos melhores produtos. Entretanto, a Área 35 respondeu a esse desenho compondo uma metodologia que incluiu a análise quantitativa de toda a produção qualificada pelas comissões preliminares, ao lado da apreciação das amostras de produtos indicados como de destaque (artigos, livros, capítulos, teses, dissertações, egressas/os, produtos técnicos e tecnológicos e produtos artísticos-culturais), conforme definido no documento “Anexo da Ficha de Avaliação da Área de Antropologia e Arqueologia (Área 35) – Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais”. https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy_of_7.AntropologiaeArqueologia_Resultadoseproduesintelectuais_2025.pdf

Considerando que a Avaliação Quadrienal de 2025 reproduziu integralmente o modelo de ficha adotado em 2021, todas essas informações já eram de pleno conhecimento dos programas da área e podem ser aferidas no Relatório da Avaliação Quadrienal de 2021. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_c_omnotaAntropologia_Arqueologia.pdf

Cabe ressaltar que não foram incluídos novos indicadores desde o quadriênio anterior, em respeito ao princípio da anterioridade.

A ficha da Área 35 foi elaborada de modo particularmente descritivo, com a finalidade de sedimentar a memória da área e recuperar a linha histórica dos descritores priorizados, trazendo, assim, uma explicitação minuciosa dos qualificadores de cada item e subitem (ver a seção IV deste Relatório). Alguns conceitos gerais nela presentes foram definidos pelos GTs criados pelo CTC-ES para tratar de temas específicos. Esses conceitos serviram de base para a definição de critérios e indicadores de resultados (descritos adiante). Consideramos importante mencioná-los sinteticamente aqui, uma vez que orientaram o trabalho dos consultores da comissão de avaliação da área 35.

Quadro – Conceitos Fundamentais

Aplicabilidade

“O critério aplicabilidade faz referência à facilidade com que se pode empregar o Produto a fim de atingir os objetivos específicos para os quais foi desenvolvida. Entende-se que uma produção que possua uma alta aplicabilidade apresentará uma abrangência elevada, ou que poderá ser potencialmente elevada, incluindo possibilidades de replicabilidade como produção técnica. Para avaliar tal critério, as características a seguir deverão ser descritas e justificadas:

- Abrangência realizada;
- Abrangência potencial; •Replicabilidade”.

(<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf> p. 23-24)

Impacto

É o efeito ou benefício percebido pela sociedade, derivado dos Produtos desenvolvidos no âmbito da PG.

A expressão “desenvolvidos no âmbito da PG” significa que a medição de impacto será restrita, num primeiro momento, aos produtos e serviços resultantes de pesquisa desenvolvida no âmbito das atividades do PPG cujas formas de aplicação puderem ser registradas e demonstradas.

Impacto potencial: efeito ou benefício de uma produção previsto pelos autores da obra antes de esta ser efetivamente utilizada pelo público-alvo. É o efeito planejado ou esperado por autoras/es.

Impacto real: efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade, ou seja, as mudanças diretamente atribuíveis a um Produto.

Impacto direto: é o efeito primário esperado quando o Produto da PG é disponibilizado ao uso para um público-alvo específico (p. ex. uso de uma vacina para evitar a doença Zika).

Impacto indireto: representa a extensão de benefícios (efeitos secundários) que poderão advir como consequência de um benefício direto alcançado pelo público-alvo original. Depende da participação de agentes externos à PG e de como o uso vem sendo feito pela sociedade (p. ex. uso de uma vacina para a Zika proporciona maior longevidade e a qualidade de vida)

Impacto instrumental: é o efeito ou benefício percebido pela sociedade, derivado dos Produtos desenvolvidos no âmbito da PG, que redundam em ferramentas seja de trabalho científico, seja de intervenção na sociedade.

Impacto conceitual: é o efeito ou benefício percebido pela sociedade, derivado dos Produtos desenvolvidos no âmbito da PG, que geram uma transformação nos modos de se conceber atividades, permitindo sua reelaboração.

Impacto amplo: é o efeito ou benefício percebido pela sociedade, derivado dos Produtos desenvolvidos no âmbito da PG, que geram alterações nos paradigmas de reflexão ou de intervenção social.

Impacto econômico: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de geração de riqueza, seja por aumento ou por diminuição de desigualdades da renda.

Impacto social: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições ao bem-estar social e à qualidade de vida de indivíduos ou coletividades. Pode ser:

Impacto político: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições à produção de marcos legais, jurisprudência, tecnologias de gestão, elaboração de políticas públicas.

Impacto organizacional: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições à gestão de instituições e empresas, sob o aspecto das tecnologias de organização do trabalho e dos recursos humanos envolvidos.

Impacto ambiental: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições à conservação e manejo da biodiversidade, dos efeitos da agência humana sobre o meio ambiente (poluição) e de sua capacidade de compreensão do funcionamento do clima e das diversas dimensões da geomorfologia planetária.

Impacto cultural: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições nas habilidades e atitudes societárias de indivíduos e coletividades, em termos de suas capacidades de compreensão e expressão comunicacional sob diversas formas de linguagem (as artísticas e literárias inclusive), por meio de padrões de comportamento e novas tecnologias, seja na interação com a natureza ou outras sociedades.

Impacto simbólico: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições a uma valorização do trabalho de empresas e/ou da administração pública pela agregação do valor propriamente científico.

Impacto sanitário: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições a uma melhoria da expectativa e da qualidade de vida de indivíduos e coletividades, à prevenção e ao tratamento de doenças, assim como ao desenvolvimento de tecnologias e processos destinados à gestão dos sistemas de saúde.

Impacto educacional: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições ao funcionamento dos diversos níveis dos sistemas de ensino, sob a forma de instrumentos e tecnologias sociais para melhoria da qualidade e quantidade da oferta de serviços destinados ao ensino e à aprendizagem de novos conhecimentos.

Abrangência do impacto: designa o grupo ou população ao qual o benefício se destina: se local, regional, nacional ou internacional (p. ex. desenvolvido para atender a uma demanda específica, não podendo ser replicado como tal para outros públicos sem que o produto tenha que sofrer profundas modificações ou ser refeito).



(<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf/view> páginas 43-45)

A área 35 considera para a avaliação o impacto potencial daqueles produtos (dissertações; teses; trabalhos finais em outros formatos no caso de cursos profissionais; trabalhos técnicos e tecnológicos; tecnologias sociais) que demonstrem contribuir para o desenvolvimento técnico-científico, social, político e cultural e para reflexão crítica sobre questões locais, regionais, nacionais e internacionais. Consideram-se também como potenciais indicadores de impacto: obras com circulação e distribuição prevista; língua da publicação; tradução, reedição; resenhas, citação em editais e/ou referências de componentes curriculares. O impacto também pode ser aferido por possíveis usos no âmbito acadêmico, científico, tecnológico, econômico, jurídico, legislativo, social, cultural, ambiental e na formulação de políticas públicas considerando as possíveis mudanças causadas no ambiente em que o PPG está inserido.

Inovação

Consiste na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características à produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. A Inovação pode ser classificada em Inovação radical ou disruptiva, Inovação incremental e Inovação em Tecnologia Social. A Inovação radical ou disruptiva é a que causa um impacto significativo em um mercado e na atividade econômica das empresas nesse mercado. No caso da Inovação Incremental, o novo produto incorpora novos elementos ao produto anterior, sem que, no entanto, sejam alteradas suas funções. A Inovação em Tecnologias Sociais refere-se à criação de novas tecnologias sociais e resgate de técnicas e práticas tradicionais, assim como a introdução de melhorias, avanços e aperfeiçoamentos em tecnologias sociais existentes.”

(<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-inovacao-e-transferencia-de-conhecimento-pdf> página 9)

A área 35 classificará como inovadores os produtos (dissertações; teses; trabalhos finais em outros formatos no caso de cursos profissionais; trabalhos técnicos e tecnológicos; tecnologias sociais) que demonstrem originalidade na formulação e apresentação dos dados empíricos e construção do problema de investigação, caráter inovador do objeto, da formulação teórica, da pesquisa empírica realizada e da metodologia adotada e contribuição renovadora para o campo do conhecimento, para aplicações técnicas e/ou sociais, bem como formas inovadoras e amplamente disseminadas de transferência de conhecimento à sociedade.

Internacionalização

“A avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes

em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio.” “A recomendação do grupo de trabalho é de que todas as áreas de avaliação utilizem na avaliação as quatro dimensões gerais de Internacionalização relacionadas a formação de pós-graduação definidas como:

3.1) PESQUISA:

Abrangendo as atividades de pesquisa desenvolvidas por grupos e/ou indivíduos vinculados aos PPGs que tenham caráter de cooperação internacional;

3.2) PRODUÇÃO INTELECTUAL: Compreendendo as atividades de produção intelectual desenvolvidas por docentes e/ou discentes vinculados aos PPGs que revelam o estabelecimento de cooperação internacional;

3.3) MOBILIDADE E ATUAÇÃO ACADÊMICA: Trata das iniciativas de mobilidade de discentes e docentes dos PPGs estabelecendo trocas com instituições estrangeiras, enviando e recebendo pessoas, fomentando o trabalho em parceria e o aprendizado de diferentes saberes e metodologias qualificando o processo de pesquisa e as interações estabelecidas entre as instituições. Compreende ainda a atuação institucional internacional.

3.4) CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS: Abrangendo planejamento estratégico, autoavaliação e atividades de governança que demonstram o compromisso institucional com a internacionalização.”

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>

p. 47).

Mecanismo de transferência

É o conjunto de atividades e processos na forma de um instrumento ou protocolo formalizado utilizado como modo de operação pelo programa de PG para que a sociedade possa usufruir dos produtos e tecnologias desenvolvidos no âmbito da pós-graduação”.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf/view> p.45).

Relevância

É a importância que se atribui ao resultado/saída (Produtos) de um processo ou conjunto de atividades. A importância é atribuição do cliente/receptor e não do executor, ou seja, a importância depende da utilidade que o cliente externo à academia possa enxergar ao buscar satisfazer uma dada necessidade ou problema.”

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf/view> p.45).

A área 35 classificará como relevantes aqueles produtos (dissertações; teses; trabalhos finais em outros formatos no caso de cursos profissionais; trabalhos técnicos e tecnológicos; tecnologias sociais) que demonstrem consistência teórica, empírica,

analítica e/ou crítica, coerência e integração dos conceitos e da terminologia utilizada. Contribuição para o desenvolvimento técnico-científico da área; contribuição para a resolução de problemas locais, regionais, nacionais e internacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico; proposição e precisão de conceitos, terminologia e dados empíricos; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade dos dados, ilustrações, linguagem e estilo, modalidades técnicas em meio digital (audiovisual etc.).

Saída ou resultados da PG

“São os produtos gerados pelas atividades do PPG quantificados para um determinado período de tempo (p. ex. nº de titulados, nº de teses, nº de livros, nº de patentes, nº de artigos, nº de laudos periciais elaborados; nº de consultorias desenvolvidas; nº de avaliações de políticas institucionais; nº de eventos de dança organizados; nº de exposições científicas e artísticas organizadas; nº de produtos audiovisuais etc.), bem como cuja qualidade possa ser avaliada a partir de parâmetros compartilhados”.

(<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf/viewp.43>).

Tempo [de um produto da pós-graduação]

“Tempo de carência: representa o período mínimo de tempo necessário para que os produtos da PG comecem a gerar benefícios mensuráveis.

Tempo de vida média: representa o período médio de tempo que um produto da PG permanece em uso pela sociedade, surtindo os efeitos desejados.”

(<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf/view> p.46).

Tecnologia/Tecnologia Social

“Aplicação de conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidos no âmbito da PG, para a criação de soluções transformadoras na forma de produtos, processos ou serviços” (GT produtos, 2019). Cada tecnologia pode se materializar por diversos documentos/produtos, dissertação, tese, artigo, patente, software registrado, livro, material didático, cultivar etc.” (<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de->

[conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf/view](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf/view)
p. 46).

“Tecnologia Social: conjunto de atividades desenvolvidas mediante processo coletivo de organização, desenvolvimento e aplicação, que podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico científico, voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida e geradoras de efetiva transformação social, relacionadas ao planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação de técnicas, procedimentos e metodologias; produtos, dispositivos, equipamentos e processos; serviços; inovações sociais organizacionais e de gestão.”

(<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-inovacao-e-transferencia-de-conhecimento-pdf> p. 36).

Transferência de Conhecimento

“A transferência do conhecimento é definida como transmissão, absorção e uso do conhecimento entre organizações públicas e/ou privadas. No contexto da pós-graduação, refere-se à transferência de conhecimento da instituição de ensino para organizações públicas ou privadas. O objetivo da transferência do conhecimento é melhorar a capacidade de realizar atividades, aumentar seu valor, aumentar a produtividade e competência. Ainda que a transmissão e absorção aconteçam não trará resultado se isso não gerar uma mudança, não gerar ações. Ou seja, a transferência de conhecimento necessariamente resulta em novos produtos, processos ou serviços, ou ainda no aperfeiçoamento de produtos, processos ou serviços já existentes.”

(<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-inovacao-e-transferencia-de-conhecimento-pdf> p. 45).

c) CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS PROFISSIONAIS

A clientela da Avaliação Quadrienal de 2025 da Área 35 foi composta exclusivamente por programas acadêmicos.

d) CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DAS FORMAS ASSOCIATIVAS

A área 35 conta apenas com um programa de mestrado sob a forma associativa. A área optou por utilizar a mesma ficha de avaliação com atenção especial à experiência do curso avaliado. Tivemos como parâmetro as considerações do Documento de Área, que diz:

“A proposta de curso em forma associativa se distingue do que se convencionou chamar de Mestrado Interinstitucional, Minter, ou Doutorado Interinstitucional, Dinter, que são cursos com

oferta sob condições especiais, ou de turmas fora de sede, no caso dos Mestrados Profissionais. A existência de parceria, cooperação, intercâmbio nacional com outras IES é parte integrante de qualquer programa de pós-graduação, não sendo, portanto, condição suficiente para ser definido como um curso em rede. Um curso em forma associativa deve ter as responsabilidades, competências e atribuições compartilhadas pelas instituições proponentes. Sua proposta deve apresentar um regimento, uma proposta do curso e os aspectos formais e operacionais do convênio firmado entre as instituições deixando claro as condições desta associação, em especial, a forma de administração e condução desses cursos e como sanar eventuais conflitos de competência e de interesses. Um curso em forma associativa é um empreendimento complexo cujo êxito pressupõe o empenho das instituições interessadas. As redes de cooperação na pós-graduação em Antropologia e Arqueologia devem ser criadas para atender formações curriculares especializadas ou concentrações temáticas específicas. Devem propiciar o intercâmbio de pesquisadores e estudantes, o uso comum de equipamentos e a realização de pesquisa interdisciplinar e/ou multiinstitucional, visando a construção de estratégias para a otimização dos recursos humanos e materiais, bem como uma nucleação mais equilibrada de cursos e grupos de pesquisa no território nacional. As redes devem ainda buscar atenuar a apresentação de propostas de cursos de pós-graduação com equipes e currículos que não atendam as regras mínimas formuladas pela CAPES.” (*Documento de Área – Área 35: Antropologia e Arqueologia*, p 19. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/antropologia-pdf>).

IV. FICHA DE AVALIAÇÃO

PROGRAMAS ACADÊMICOS		
Quesitos / Itens	Pesos	Definições e Comentários sobre os Quesito/Itens
1 – PROGRAMA		
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa	35%	<p>Calculado pelo somatório e média dos pontos dos itens 1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
	25%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p><i>Indicadores:</i></p> <p>1) definição do âmbito espacial prioritário de excelência (local, regional, nacional e internacional) de atuação do PPG, de sua relação com os objetivos da proposta de programa e com o perfil de egresso/a que se quer formar;</p> <p>2) delineamento do perfil de egresso/a e dos seus potenciais espaços de atuação;</p> <p>3) áreas de concentração formuladas de acordo com as demandas contemporâneas e clássicas da disciplina e ao âmbito espacial ao qual o programa é voltado, em consonância com os objetivos do</p>

1.1.1. Coerência e Consistência da Proposta do Programa com o perfil egresso/a que se pretende formar		curso, e com o perfil de egresso/a que se quer atingir; 4) coerência e consistência de áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos com os objetivos do programa. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
1.1.2. Articulação entre projetos de pesquisa e corpo docente	25%	Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo com ênfase no número médio de projeto coordenados por Docentes Permanentes (DP), no número de projetos sem linha de pesquisa, no número de turmas por linha de pesquisa e no número de linhas de pesquisa sem turmas. Indicadores: 1) vinculação de cada docente à coordenação de um mínimo de um (1) projeto de pesquisa; 2) existência de grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa, expressando as linhas e projetos de pesquisa; 3) existência de projetos de equipes institucionais sediados no programa e coordenados por docentes permanentes. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
1.1.3. Relação entre estrutura curricular, formação e pesquisa	25%	Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo. Indicadores: 1) matriz curricular e fluxo de curso claramente delineados com disciplinas obrigatórias e eletivas compatíveis com os objetivos da formação; 2) equilíbrio na distribuição de disciplinas e docentes por áreas de concentração e linhas de pesquisa; 3) regularidade e diversidade na oferta de disciplinas durante o quadriênio. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
1.1.4. Infraestrutura e recursos financeiros para pesquisa	25%	Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo com ênfase no percentual de PD com projetos financiados. Indicadores: 1) infraestrutura para pesquisa (laboratórios, equipamentos etc.), ensino e apoio administrativo (secretaria acadêmica e coordenação de curso); 2) biblioteca(s) e acesso digital a bases de dados bibliográficos, com destaque para as bibliografias utilizadas nas disciplinas. 3) percentual de professores permanentes com projetos financiados em relação ao número total de docentes permanentes; 4) convênios e projetos de cooperação ou em associação; 5) outras formas de financiamento. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa	35%	Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 1.2.1+1.2.2 ponderadas pelo peso de cada subitem. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
	50%	Pontuação quali-quantitativa baseada em dados quantitativos dos indicadores abaixo com ênfase no percentual de DP com titulação na área, no ano médio da titulação dos DPs, na carga horária média dos DPs, no número e percentual de DPs e DCs com mais de 3 atuações como DP em outros programas, no percentual de DP e DC com orientação, e no atendimento do mínimo de 8 DP para nível de

<p>1.2.1. Dimensões, Composição e Distribuição do Corpo Docente</p>		<p>Mestrado e 10 para Doutorado. <i>Indicadores:</i> 1) perfil acadêmico/formação de pesquisadores e sua adequação à estrutura e proposta do programa; 2) titulação dos docentes permanentes compatível com a proposta do programa e com as orientações vigentes para a área: no mínimo 70% do NDP de cursos que se proponham a conferir os títulos de mestre e doutor em Antropologia e Arqueologia devem ser preferencialmente portadores de títulos de doutor <i>stricto sensu</i> em Antropologia e/ou Arqueologia, ou Ciências Sociais/Antropologia e/ou História/Arqueologia, Epidemiologia em Saúde Pública/(Bio)Arqueologia-Bioantropologia, os demais 30% podendo ter títulos de doutor em áreas afins compatíveis com a proposta do programa e com interfaces interdisciplinares; no caso de cursos interdisciplinares com foco em Antropologia e/ou Arqueologia, 40% do CDT deve ter título de doutor na área, os demais podendo ser titulados em áreas afins compatíveis com a proposta do programa. Exceções serão consideradas em função de justificativas compatíveis com o tempo de existência dos programas e com a história da consolidação dos dois campos disciplinares no Brasil; 3) diversificação dos docentes em relação às instituições nas quais se doutoraram; 4) tempo de titulação dos docentes equilibrado entre seniores e juniores de acordo com o tempo de existência do programa e com o planejamento institucional futuro; 5) distribuição equânime dos docentes entre as linhas de pesquisa; 6) regime de dedicação de docentes permanentes ao curso; relação proporcional entre docentes permanentes e colaboradores compatível com as orientações vigentes para a área, considerando o número mínimo de 70% de docentes permanentes, e máximo de 30% de colaboradores. número mínimo de oito (8) docentes permanentes para cursos apenas de mestrado, e de dez (10) docentes permanentes para cursos de doutorado.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
<p>1.2.2. Desempenho, aprimoramento e trajetória do corpo docente permanente</p>	<p>50%</p>	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo, com ênfase no percentual de DPs bolsistas do CNPq. <i>Indicadores:</i> 1) coordenação de projetos de pesquisa; 2) participação em equipes, núcleos, grupos e laboratórios de pesquisa; 3) bolsas de produtividade em pesquisa e outros tipos de financiamentos de pesquisa (FAPs, fundos setoriais, cooperação internacional, fundações filantrópicas, terceiro setor, setor privado etc.); 4) coordenação e participação em projetos e redes de investigação de âmbito nacional e internacional; 5) estágio pós-doutoral e licenças de capacitação, no Brasil e no exterior; 6) participação em diretorias e conselhos de associações científicas nacionais e internacionais; 7) participação em conselhos editoriais de editoras, em editorias e conselhos editoriais de periódicos qualificados nacionais e internacionais;</p>

		<p>8) participação em comissões e conselhos técnicos especializados e diretorias de associações profissionais ou técnicas; participação em atividades de formação de graduação e/ou ensino fundamental/médio, quando existir.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
<p>1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística e ainda às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.</p>	15%	<p>Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 1.3.1+1.3.2+1.3.3 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
<p>1.3.1. Planejamento das formas de gestão institucional e acompanhamento do fluxo discente</p>	34%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo. <i>Indicadores:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) estruturas de gestão colegiada para a tomada de decisões institucionais; 2) formas de monitoramento dos processos seletivos; 3) mecanismos institucionais de suporte aos discentes para a permanência e conclusão do curso (auxílios para realização de viagens acadêmicas, pesquisa de campo, cursos de idiomas, ajuda de custo para discentes indígenas e quilombolas etc.); 4) formas de participação de discentes nas decisões colegiadas do programa; 5) formas de gestão do fluxo de discentes; 6) processos seletivos diferenciados em função de ações afirmativas e de bolsas do tipo PEC-PG. <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
<p>1.3.2 Processos de planejamento estratégico visando formular planos de otimização e adequação do PPG para melhor oferta de formação acadêmica às condições institucionais e financeiras</p>	33%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo. <i>Indicadores:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) diagnóstico das metas alcançadas; 2) definição de metas futuras à luz das condições institucionais e financeiras vigentes, em especial quanto à formação de discentes; 3) estratégias de redefinição de processos seletivos e fluxo de curso e de suplementação da formação discente, considerados o perfil de alunos ingressantes, à luz das políticas de ações afirmativas, de igualdade de gênero e de suporte à maternidade; 4) metas e cronogramas de capacitação e estágios pós- doutoral para os docentes; 5) políticas e processos de seleção, integração e acompanhamento da supervisão de estágio pós- doutoral; 6) planejamento das políticas de monitoramento, credenciamento, descredenciamento e credenciamento de docentes; 7) políticas de acompanhamento de alunos egressos; 8) estratégias de aperfeiçoamento das demais atividades docentes (captação de recursos, editoria, divulgação científica, extensão

vigentes		<p>universitária etc.);</p> <p>9) planejamento de gestão de periódicos e de coleções de publicações, caso existentes;</p> <p>10) planejamento de curadoria de coleções científicas, arquivos e acervos de diferentes naturezas;</p> <p>11) formas de monitoramento e atualização dos dados produzidos sobre o próprio programa;</p> <p>12) formas de guarda e tratamento de acervos documentais do programa.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
1.3.3 Relação entre programa, instituição e contexto social de inserção	33%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <p>1) participação do programa em projetos, conselhos e comissões institucionais;</p> <p>2) vinculação do planejamento estratégico do programa ao Plano de Desenvolvimento Institucional da IES;</p> <p>3) estratégias de inserção nos âmbitos espaciais local, e/ou regional, e/ou nacional, e/ou internacional, de acordo com o perfil de atuação definido para o programa.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual	15%	<p>Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 1.4.1+1.4.2 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
1.4.1. Definição de processos e procedimentos para instauração de práticas de autoavaliação	50%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <p>1) preparação de modelo que seja adequado à proposta, objetivos e recursos do PPG, envolvendo docentes, discentes, e funcionários técnico-administrativos, com objetivos claramente definidos e exequíveis;</p> <p>2) estratégias, métodos (técnicas e instrumentos a serem utilizados, as formas de tratamento de coleta de dados), e equipe de realização da autoavaliação;</p> <p>3) cronograma e periodicidade de sua realização;</p> <p>4) incorporação e envolvimento de interlocutores internos (docentes, técnicos administrativos, discentes e egressos) e externos (debatedores, mediadores, comentadores etc.) ao programa como parte do processo de autoavaliação;</p> <p>5) relação entre os processos de autoavaliação do programa e os da instituição;</p> <p>6) formas de avaliação da política de monitoramento, credenciamento, descredenciamento e credenciamento de docentes de acordo com os parâmetros fornecidos pela autoavaliação.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
		<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <p>1) resultados do planejamento das formas pelas quais os conhecimentos adquiridos no processo de autoavaliação serão disseminados no âmbito do programa, da instituição, e no campo</p>

1.4.2. Processos de disseminação dos resultados alcançados no planejamento da autoavaliação	50%	científico no seu âmbito de atuação (local, regional, nacional, internacional), assim como na área disciplinar; resultados do planejamento das formas de divulgação mais ampla, junto à comunidade local e/ou regional, e/ou nacional e/ou internacional dos dados e conclusões produzidos. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
2 – FORMAÇÃO		
2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa	15%	Equivalente ao resultado da pontuação do subitem 2.1.1. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
2.1.1. Qualificadores para avaliação da qualidade das dissertações e teses	100%	Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo com ênfase em dados quantitativos relacionados aos trabalhos finais e na produção discentes. <i>Indicadores:</i> 1) aderência e distribuição dos temas das dissertações e teses com áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos do programa; 2) diversidade institucional na composição das bancas de defesa e qualificação dos membros da banca para a avaliação das dissertações e teses; 3) dissertações e teses premiadas em concursos por associações científicas, agências de governo ou pela própria instituição; 4) realização de bolsas sanduíche, cotutela ou formas equivalentes; 5) proporção de discentes matriculados que publicaram em periódicos qualificados (A1 a B4), em livros e capítulos de livros em relação ao total de discentes matriculados no quadriênio; 6) proporção de egressos que publicaram em periódicos qualificados em estratos superiores (A1 a A4), em livros e capítulos de livros em relação ao número total de egressos no quadriênio. 7) análise qualitativa de quatro (4) teses, dissertações ou trabalhos finais equivalentes indicados pelo programa como suas melhores durante o quadriênio. (Estes produtos deverão ser apontados na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio e estar disponíveis online, de modo a que possam ser consultados para fins de avaliação). MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos	15%	Equivalente ao resultado da pontuação do item 2.2.1. MB=30.66-22.30; B=22.29-20.89; R=20.88-19.48; F=19.47-18.07; I<18.07
		Pontuação quantitativa baseada no percentual de discentes e egressos com produção de A1 a B4 ou com qualificação em livros (incluindo produção de L1 a L5, artigos de A1 a B4, e produção de A1 a A4). <i>Indicadores:</i> 1) produção total de discentes e egressos (nos últimos cinco anos) em periódicos qualificados (A1/B4), em livros e capítulos de livros, em produtos artísticos/culturais (audiovisuais) e em produtos técnicos e tecnológicos, em relação ao número de discentes matriculados e egressos no período de cinco anos após a titulação; 2) produção média ponderada de discentes e egressos (nos últimos

2.2.1. Volume e distribuição da produção de discentes e egressos	100%	<p>cinco anos) em periódicos qualificados (A1/A4), em relação ao número de discentes matriculados e egressos no período de cinco anos após a titulação;</p> <p>3) produção média de discentes e egressos de trabalhos completos e resumos relacionados aos trabalhos acadêmicos publicados em anais de congressos no período, proporcional ao número de discentes matriculados e egressos no período;</p> <p>4) proporção entre o número de discentes-autores de produtos bibliográficos, produtos artísticos/culturais (audiovisuais), e técnicos e tecnológicos, e o número total de discentes matriculados;</p> <p>5) proporção entre egressos-autores em relação ao número total dos egressos no período de cinco anos.</p> <p>MB=30.66-22.30; B=22.29-20.89; R=20.88-19.48; F=19.47-18.07; I<18.07</p>
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida	15%	<p>Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 2.3.1+2.3.2 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
2.3.1. Estratégias de acompanhamento de egressos	35%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <p>1) proporção do total de egressos (nos últimos cinco anos) e o percentual de egressos de que o PPG tem informação sobre o destino e atuação profissional;</p> <p>2) instrumentos de registro e vinculação de egressos desenvolvidos no quadriênio.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
2.3.2. Atuação dos egressos	65%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <p>1) relação entre a formação recebida, o destino e a atuação profissionais;</p> <p>2) atuação em ensino superior, básico, ou técnico e tecnológico;</p> <p>3) atuação em institutos de pesquisa;</p> <p>4) atuação em gestão pública;</p> <p>5) atuação no terceiro setor;</p> <p>6) atuação na iniciativa privada;</p> <p>7) indicação e avaliação na Plataforma Sucupira da atuação de cinco (5) egressos titulados, no máximo, por cada período (num total máximo de 15) considerados exitosos, segundo os objetivos do programa, reconhecendo a aderência de sua atuação ao perfil de egresso e ao âmbito de atuação primordial definido pelo programa, de acordo com os seguintes períodos: 2006-2010; 2011-2015 e 2016-2020.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	30%	<p>Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 2.4.1+2.4.2 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
		<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo com ênfase na Produção Bibliográfica, Artística e Cultural em relação ao total de DPs, no total de DPs sem produções de Artigos, Livros, Artísticos e/ou</p>

<p>2.4.1. Produção bibliográfica e artística/cultural (audiovisual)</p>	<p>60%</p>	<p>Técnicas, na produção em periódicos qualificados de A1 a B4 em relação ao total de DPs, e na produção média de DPs com discentes ou egressos. Indicadores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) produção bibliográfica e artística/cultural (artigos, livros e produtos artístico/culturais-etnografias audiovisuais) total em relação ao número de docentes permanentes; 2) produção total em periódicos qualificados (A1 a B4) em relação ao número total de docentes permanentes; 3) produção bibliográfica qualificada em estratos superiores de periódicos (A1 a A4) de docentes permanentes em relação ao número total de docentes permanentes; 4) produção média de docentes permanentes com discentes/egressos (artigos, resenhas, livros, capítulos, produtos artísticos/culturais (etnografias audiovisuais) em relação ao número total de docentes permanentes; 5) análise qualitativa de uma amostra de quatro (4) livros qualificados em estratos superiores (L1 a L2) publicados pelos docentes permanentes no quadriênio indicados pelo programa; 6) análise qualitativa de uma amostra de quatro (4) capítulos de livros qualificados em estratos superiores (L1 a L2) publicados pelos docentes permanentes no quadriênio, indicados pelo programa; 7) análise qualitativa de uma amostra de quatro (4) produtos artísticos/culturais (etnografias audiovisuais) qualificados em estratos superiores (AV1 a AV2) produzidos pelos docentes permanentes que produziram produtos artísticos/culturais (etnografias audiovisuais) no quadriênio; 8) distribuição equilibrada da produção total (de periódicos, livros e produtos artístico/culturais – etnografias audiovisuais) entre docentes permanentes do programa. <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
<p>2.4.2. Produção técnica e tecnológica</p>	<p>40%</p>	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo com ênfase na produção técnica e tecnológica total e na produção técnica (T1, T2) em relação ao total de DPs, na concentração da produção técnica e tecnológica total e da produção técnica e tecnológica total com discentes, nos PT qualificados em relação ao total de DPs, e no grau de concentração da produção técnica e tecnológica por DPs. Indicadores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) produção técnica e tecnológica total em relação ao número total de docentes; 2) produção técnica e tecnológica qualificada em estratos superiores (T1, T2) do programa em relação ao número de docentes permanentes; 3) distribuição do número absoluto de produções técnicas e tecnológicas entre os membros do corpo docente permanente; 4) produção média de produtos técnicos e tecnológicos de docentes permanentes com discentes/egressos, em relação ao número total de docentes permanentes; 5) distribuição do número de produções qualificadas entre os membros do corpo docente permanente; 6) grau de concentração da produção entre docentes permanentes do programa; 7) análise qualitativa de uma amostra de quatro (4) produtos

		técnicos e tecnológicos qualificados em estratos superiores (T1 a T2) produzidos pelos docentes permanentes no quadriênio, indicados pelo programa. MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5
2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa	25%	Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 2.5.1+2.5.2+2.5.3 ponderadas pelo peso de cada subitem. MB=7.44-4.24; B=4.23-4.10; R=4.09-3.42; F=13.34-2.75; I <2.75
2.5.1. Engajamento em atividades de pesquisa	60%	Pontuação quantitativa baseada no percentual de DP com projetos financiados, na distribuição e concentração de projetos dos DPs, e na média de discentes em projetos. <i>Indicadores:</i> 1) percentual de docentes que coordenam e/ou participam de projetos financiados em relação ao total de docentes permanentes; 2) equilíbrio da distribuição dos projetos às áreas de concentração e linhas de pesquisa propostas; 3) equilíbrio na distribuição do número de projetos pelo número de docentes permanentes; 4) percentual de envolvimento de discentes (graduação e pós-graduação) nos projetos de pesquisa. MB=5.89-2.96; B=2.95-2.85; R=2.84-2.33; F=2.32-1.80; I <1.80
2.5.2. Atividades de formação em disciplinas	20%	Pontuação quantitativa baseada na distribuição de disciplinas oferecidas por DPs na pós-graduação, na distribuição de disciplinas oferecidas entre os DPs, e nas disciplinas ofertadas na graduação pelos DPs. <i>Indicadores:</i> média ponderada das disciplinas na pós-graduação oferecidas no programa por docente permanente; distribuição de disciplinas oferecidas entre o corpo docente permanente; média ponderada das disciplinas ofertadas pelos docentes permanentes na graduação (Nos PPGs localizados em unidades sem vinculação direta com a graduação, o indicador "3" não foi avaliado). proporção de disciplinas oferecidas por docentes permanentes em conjunto com bolsistas de estágio pós- doutoral supervisionados em relação ao conjunto de disciplinas totais do programa no período de avaliação; proporção de disciplinas oferecidas por docentes permanentes em conjunto com não bolsistas de estágio pós- doutoral supervisionados em relação ao conjunto de disciplinas totais do programa no período de avaliação. MB=23.86-9.28; B=9.27-8.79; R=8.78-6.33; F=6.32-3.87; I <3.87
		Pontuação quantitativa baseada no percentual de DPs com orientação no período de avaliação em relação ao total de DPs, no número de dissertações defendidas em média em relação ao número de DPs, e no número de teses defendidas em média em relação ao número de DPs.

2.5.3. Atividades de Orientação e Supervisão	20%	<p>Indicadores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) distribuição equilibrada de orientações entre os docentes permanentes; 2) percentual de docentes permanentes com orientação no período de avaliação em relação ao total de docentes permanentes; 3) percentual de docentes colaboradores com orientação no período de avaliação em relação ao total de docentes permanentes; 4) percentual de docentes permanentes com atividades de orientação em nível de graduação (Orientação de TCC, Iniciação Científica); 5) percentual de docentes permanentes envolvidos em atividades de extensão; 6) número de teses e dissertações defendidas em média pelo número de docentes permanentes; 7) número médio de estágios pós-doutorais supervisionados por docente permanente no período de avaliação; número médio de estágios pós-doutorais de bolsistas supervisionados por docentes permanentes no período de avaliação; 8) número médio de não bolsistas em estágios pós-doutorais supervisionados por docente permanente no período de avaliação. <p>MB=3.64-3.14; B=3.13-3.12; R=3.11-2.99; F=2.98-2.87; I <2.87</p>
3 – IMPACTO NA SOCIEDADE		
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa	40%	<p>Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 3.1.1+3.1.2 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
3.1.1. Formas de reconhecimento do caráter inovador da produção intelectual do PPG	50%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) formação das linhas estruturantes de pesquisa das áreas de Antropologia e Arqueologia no Brasil; 2) nucleação de linhas, grupos, centros e redes de pesquisa, e de cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior; 3) nucleação de linhas, grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação por docentes e egressos do PPG em outras áreas disciplinares ou multidisciplinares no Brasil e no exterior; 4) participação de docentes e egressos em cargos de direção e conselhos em sociedades científicas nacionais e internacionais; 5) prêmios, medalhas e comendas a integrantes do corpo docente permanente do programa; 6) prêmios atribuídos a produções do PPG (teses, dissertações, livros, artigos, filmes, exposições etc.) por organizações públicas ou privadas; 7) gestão editorial e manutenção financeira e organizacional de periódicos científicos qualificados do programa em regime <i>open access</i>. <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>

<p>3.1.2. Impacto científico da produção bibliográfica e artística/cultural (etnografias audiovisuais)</p>	<p>50%</p>	<p>Pontuação qualitativa baseada em dados quantitativos da produção bibliográfica e artística/cultural do PPG.</p> <p>Indicadores:</p> <p>Avaliação de dez (10) produções bibliográficas e artísticas/culturais (etnografia audiovisual) indicadas pelo programa como as suas melhores, tendo em vista os efeitos científicos e sociais dos conhecimentos produzidos e veiculados. Estes produtos deverão ser indicados na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio.</p> <p>Avaliação de no mínimo uma (1) e no máximo quatro (4) produções consideradas por cada docente como as suas melhores nas categorias bibliográfica ou artística/cultural (etnografia audiovisual), de acordo com o número de anos em que o docente atuou no programa. Estes produtos deverão ser indicados na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio, tendo em vista os efeitos científicos e sociais dos conhecimentos produzidos e veiculados.</p> <p>A área considera que no mínimo 80% da publicação em periódicos deve se dar em veículos exógenos ao programa.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
<p>3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa</p>		<p>Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 3.2.1+3.2.2 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
<p>3.2.1. Atividades de transferência de conhecimentos gerados a partir da atividade de produção intelectual do PPG</p>	<p>50%</p>	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) cursos de extensão universitária e/ou capacitação ofertados por docentes e discentes do PPG; 2) produção de material didático escrito ou audiovisual elaborado por docentes e discentes do PPG; 3) convênios, acordos de cooperação ou outras iniciativas para capacitação de profissionais da Educação Básica e de outras agências dos setores públicos e de organizações da sociedade civil; 4) cursos de especialização para segmentos profissionais específicos; 5) relatórios de trabalhos de intervenção em contextos específicos de atuação profissional; 6) relatórios periciais destinados a diversas instâncias judiciais e administrativas; 7) organização de eventos de difusão de conhecimentos aplicados; 8) gestão editorial e manutenção organizacional de periódicos técnicos e tecnológicos e de divulgação científica qualificados do programa em regime <i>open access</i>; 9) desenvolvimento de produtos de cunho normativo ou instrumental para a gestão pública ou institucional; 10) aplicativos e softwares específicos para a área; 11) construção e manutenção de sites de difusão científica e/ou intervenção técnica; produção de mídias (cds, DVDs, vídeos educativos etc.); 12) programas de rádio e TV, assim como matérias e colunas em periódicos de alta circulação da grande imprensa; 13) curadoria de coleções antropológicas e arqueológicas; 14) organização de exposições e mostras;



		<p>15) elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental; 16) vistorias e perícias técnicas; 17) projetos de educação patrimonial; 18) produção técnica e desempenho de funções de gestão pública; 19) participação em comitês (nacionais e internacionais) ligados ao patrimônio cultural e genético e em conselhos de participação popular; 20) elaboração de dossiês patrimoniais (como os para o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais); 21) criação de protocolos de pesquisa e acesso ao patrimônio histórico e arqueológico; 22) construção de sistemas de georreferenciamento do patrimônio arqueológico; 23) prêmios, medalhas e comendas atribuídos por organizações públicas e do terceiro setor a docentes, egressos e discentes do programa pela sua atuação técnica; 24) ações de cooperação entre instituições visando a redução de assimetrias regionais na produção do conhecimento.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
3.2.2. Impacto e relevância econômica e social da produção técnica do programa	50%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo e considerando dados quantitativos da produção técnica do PPG.</p> <p>Indicadores: Avaliação de dez (10) produções técnicas e tecnológicas indicadas pelo programa como as suas melhores, tendo em vista os efeitos econômicos, sociais e culturais dos conhecimentos produzidos e veiculados. Estes produtos deverão ser indicados na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio. Avaliação de no mínimo uma (1) e no máximo quatro (4) produções técnicas e tecnológicas consideradas por cada docente como as suas melhores, de acordo com o número de anos em que o docente atuou no programa, tendo em vista os efeitos econômicos, sociais e culturais dos conhecimentos produzidos e veiculados pelo programa. Estes produtos deverão ser indicados na Plataforma Sucupira no relatório referente ao último ano do quadriênio.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa	30%	<p>Calculado pelo somatório e média das pontuações dos itens 3.2.1+3.2.2 ponderadas pelo peso de cada subitem.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
3.3.1. Internacionalização e Inserção (local, regional, nacional)	60%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo com ênfase em dados quantitativos relacionados à internacionalização e inserção local, regional e nacional do PPG.</p> <p>Indicadores: 1) publicação de artigos em periódicos, em livros e capítulos de livros publicados em outros países, incluindo-se aí edições revistas (e em geral traduzidas) de livros primeiramente publicados no Brasil; 2) publicação de artigos em periódicos, em livros e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior voltados para a análise e proposição de soluções para problemas de seu âmbito de inserção (local, regional, nacional); 3) apresentação de produtos artísticos/culturais (etnografias</p>



		<p>audiovisuais) em espaços internacionais;</p> <p>4)apresentação de produtos artísticos/culturais (etnografias audiovisuais) em espaços extra-acadêmicos de acordo com o âmbito de atuação privilegiado do programa;</p> <p>5) realização de pesquisas de campo (etnográficas, arqueológicas e bioantropológicas) por docentes permanentes, discentes e egressos em contextos nacionais e estrangeiros;</p> <p>6) realização de pesquisas de campo (etnográficas, arqueológicas e bioantropológicas) para elaboração de textos orientados à solução de problemas sociais no âmbito de atuação do programa;</p> <p>7)coprodução de pesquisas e copublicações com pesquisadores de outras regiões do mundo;</p> <p>8)coprodução de pesquisas e textos com atores e organizações de coletividades e da administração pública atuantes no âmbito privilegiado de atuação do Programa;</p> <p>9)publicações qualificadas com inserção internacional e em periódicos internacionais;</p> <p>10)convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior;</p> <p>11)convênios, intercâmbios e programas de cooperação ativos com instituições nacionais em regime de cooperação recíproca voltados a questões próprias do âmbito privilegiado de atuação do Programa;</p> <p>12)programas institucionais de cooperação internacional envolvendo estratégias bi ou multilaterais de mobilidade (docente e discente) para fins de pesquisa e possibilidades de comparação;</p> <p>13)realização de pesquisas por discentes e egressos do programa fora das fronteiras brasileiras em diversos continentes;</p> <p>14)realização de pesquisas por discentes e egressos do programa voltadas para a solução de problemas sociais no âmbito de atuação do programa;</p> <p>15) estágios de formação pós-doutoral no exterior;</p> <p>16)estágios de formação pós-doutoral em outros programas no Brasil;</p> <p>17)ações propiciadoras de mobilidade discente em conjunto com outros programas no Brasil;</p> <p>18)recepção de discentes brasileiros externos ao programa em cursos e estágios de pesquisa;</p> <p>19)discentes estrangeiros presentes no PPG, seja como mestrandos, doutorandos, em estágios temporários, ou em pós-doutorado.</p> <p>20)coorientação de discentes em outros programas no Brasil e no exterior;</p> <p>21)orientação de doutorados sanduíches no exterior e supervisão em regime de coorientação de doutorados completos no exterior;</p> <p>22)orientação e defesa de teses desenvolvidas em cotutela e com dupla titulação entre instituições nacionais e estrangeiras;</p> <p>23)participação em mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos, regionais, nacionais e/ou internacionais de grande relevância para a área;</p> <p>24)prêmios nacionais e/ou internacionais (como lãureas e/ou como participação em júris nacionais e/ou internacionais);</p> <p>25)consultorias a organismos da administração pública, da cooperação técnica e do terceiro setor locais, regionais, nacionais e internacionais;</p> <p>26)participação em comitês editoriais e como pareceristas de periódicos nacionais e/ou internacionais;</p>
--	--	--

		<p>27)articulação em redes regionais, nacionais e/ou internacionais de pesquisa com publicação de resultados;</p> <p>28)participações em corpos diretivos de comitês em associações científicas nacionais e internacionais de grande relevância para a Área;</p> <p>29)oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no Brasil e no exterior;</p> <p>30)obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências locais, regionais, nacionais e internacionais;</p> <p>31)participação em redes de pesquisa estabelecidas com instituições acadêmicas em torno de temáticas regionais;</p> <p>32)organização de eventos sobre temáticas de relevância social locais, regionais ou nacionais;</p> <p>33)desenvolvimento de ações e projetos que atendam demandas locais em articulação com movimentos sociais, organizações do terceiro setor e agências da administração pública.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>
3.3.2. Visibilidade do programa	40%	<p>Pontuação qualitativa baseada nos indicadores abaixo.</p> <p>Indicadores:</p> <p>1)ações de difusão científica (seminários, palestras, debates científicos regulares abertos à comunidade em geral, e/ou projetos de divulgação científica);</p> <p>2)existência e qualidade de página web do PPG com informações básicas atualizadas em outra(s) língua(s) além do português;</p> <p>3)existência de página web e de redes sociais de laboratórios, núcleos e institutos de pesquisa vinculados ao PPG com funções de ampla disseminação de conhecimentos;</p> <p>4)oferta de publicações não periódicas em regime <i>open access</i>;</p> <p>5) garantia de amplo acesso a dissertações e teses on-line;</p> <p>6) política de transparência quanto aos atos administrativos do PPG (prestação de contas, processo seletivo, atas etc.);</p> <p>7)a difusão das atividades do PPG por meio de reportagens, entrevistas ou outras formas de mídia.</p> <p>MB=10,0-9,0; B=8,9-8,0; R=7,9-7,0; F=6,9-5,0; I <5</p>

Indicador Quantitativo	Muito Bom	Bom	Regular	Fraco	Insuficiente
Número médio de projeto coordenados por Docentes Permanentes (DP)	> 2,96	2,95 a 2,46	2,45 a 1,94	1,93 a 1,44	< 001
Número de projetos sem linha de pesquisa	> 0,96	0,95 a 0,43	0,42 a 0,02	0,02 a 0,01	< 000
Número de turmas por linha de pesquisa	> 0	-0,01 a 0,01	0 a 0,02	0,02 a 0,01	< 000
Número de linhas de pesquisa sem turmas	> 0	-0,01 a 0,01	0 a 0,02	0,02 a 0,01	< 000

Porcentagem de PD com projetos financiados	> 26,25	26,24 a 24,21	24,2 a 22,15	22,14 a 20,1	< 020
Porcentagem de DP com titulação na área de antropologia, antropologia das populações afro-brasileiras, antropologia rural, arqueologia, antropologia urbana, arqueologia histórica, arqueologia pré-histórica, ciência sociais, história, história antiga e medieval, história do brasil, história do brasil república ou saúde pública.	> 27,18	27,17 a 24,82	24,81 a 22,43	22,42 a 20,06	< 020
Ano médio da titulação dos DPs	> 2008	2008 a 2006	2006 a 2004	2004 a 2002	< 2.002
Carga Horária (CH) média dos DPs	> 28,14	28,13 a 24,17	24,16 a 20,18	20,17 a 16,19	< 016
DPs com CH < 15h ou > 40h	> 3,85	3,84 a 2,37	2,36 a 0,88	0,87 a 0,01	< 000
DPs com mais de 3 atuações como DP em outros programas	> 0	-0,01 a 0,01	0 a 0,02	0,02 a 0,01	< 000
Porcentagem de DPs com mais de 3 atuações como DPs em outros programa	> 0	-0,01 a 0,01	0 a 0,02	0,02 a 0,01	< 000
Docente Colaborador (DC) com mais de 3 atuações como DPs em outros programas	> 0	-0,01 a 0,01	0 a 0,02	0,02 a 0,01	< 000
Porcentagem de DCs com mais de 3 atuações como DPs	> 0	-0,01 a 0,01	0 a 0,02	0,02 a 0,01	< 000
Porcentagem de DP com orientação (concluídas ou em andamento basta uma orientação no quadriênio)	> 27,68	27,67 a 26,68	26,67 a 25,66	25,65 a 24,64	< 025
Porcentagem de DC com orientação (concluídas ou em andamento)	> 76,34	76,33 a 60,23	60,22 a 44,1	44,09 a 27,98	< 028
Programa atende o mínimo de 8 DP pra nível de Mestrado e 10 para Doutorado?	> 1	0,99 a 1,01	1 a 1	0,99 a 1	< 001
Porcentagem de DP bolsista CNPq	> 16,32	16,31 a 12	11,99 a 7,65	7,64 a 3,31	< 003
Porcentagem de discentes com produção de A1 a B4 ou com qualificação em livros	23,66	18,53	13,39	8,25	<008



Porcentagem de discentes com produção de L1 a L5	17,67	12,82	7,98	3,13	<003
Porcentagem de discentes com de artigos de A1 a B4	11,24	8,70	6,15	3,61	<004
Porcentagem de discentes e egressos com produção de A1 a A4	20,50	16,94	13,38	9,83	<010
Somatório das produções maior ou igual a A4 com discentes dividido pelo total de PD	3,33	2,46	1,59	0,73	<001
Porcentagem de discentes com produção	64,41	53,69	42,97	32,25	<032
Porcentagem de egressos com produção	33,46	27,06	20,66	14,26	<014
Porcentagem de egressos com artigos de A1 a A4	34,10	27,48	20,86	14,25	<014
Porcentagem de produtos em L1 a L5 de discentes	17,67	12,82	7,98	3,13	<003
Porcentagem de produtos em L1 a L2 de egressos	17,75	12,67	7,58	2,50	<003
Produção Bibliográfica, Artística e Cultural / total de DP	9,84	8,01	6,17	4,34	<004
Total DPs sem produções de Artigos, Livros, Artísticos e/ou Técnicas	0,87	0,44	0,02	0,01	<000
Periódicos Qualificados de A1 a B4 / total de DP	3,69	2,93	2,17	1,41	<001
Periódicos Qualificados de A1 a A4 / total de DP	2,74	2,15	1,56	0,97	<001
Produção média de DP com discentes ou egressos	5,38	4,07	2,76	1,45	<001
Produções (técnica e tecnológica total) / total de DP	19,73	14,62	9,51	4,40	<004
Produções Técnicas (T1, T2) / total de DP	1,06	0,58	0,11	0,01	<000
Produções (técnicas + tecnológicas) (Desvio padrão/Concentração)	19,33	14,33	9,33	4,32	<004
Produções (técnicas + tecnológicas com discentes) (Desvio padrão/Concentração)	6,43	4,32	2,20	0,09	<000
PT Qualificadas / Total DP	5,48	3,53	1,58	0,01	<000
Grau de concentração de produção (técnicas e tecnológicas) por DPs (Desvio Padrão/Concentração)	393,28	294,40	195,51	96,62	<097
% DP com Projetos financiados	26,25	24,20	22,15	20,10	<020

Projetos por linha de pesquisa (Desvio Padrão/Concentração)	31,28	22,96	14,64	6,32	<006
Projetos dos DPs (Desvio Padrão/Concentração)	4,81	3,99	3,16	2,34	<002
Projetos de DP não CNPq 1A a 1D (Desvio Padrão/Concentração)	2,70	2,25	1,80	1,34	<001
Média de discentes de Graduação em Projetos	5,94	2,44	0,02	0,01	<000
Média de discentes em Projetos	10,08	5,20	0,33	0,01	<000
Turmas / total DP	21,85	17,26	12,67	8,08	<008
Turmas de DP (Desvio padrão/Concentração)	1,52	1,11	0,70	0,30	<000
Orientações por DP (Desvio Padrão/Concentração)	27,68	26,67	25,66	24,64	<025
Número de Teses e Dissertações por DP (Desvio Padrão/Concentração)	5,84	4,81	3,79	2,76	<003
Porcentagem de DP com orientação de graduação	66,33	51,97	37,61	23,25	<023
Porcentagem de DP com orientação de graduação e Iniciação Científica	78,14	64,44	50,74	37,04	<037

V. CONSIDERAÇÕES PARA A ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

a) QUALIFICADORES PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7

A Portaria GAB/Capes Nº 122, de 05 de agosto de 2021, estabelece em seu artigo 27, II, os parâmetros para que cursos de nota 5 (cinco), sejam passíveis de sugestão às notas 6 (seis) e 7 (sete):

“Art. 27...

II - na segunda etapa, indicar-se-ão, dentre os PPGs que receberam nota 5 (cinco), quais deles seria são elegíveis para notas 6 (seis) e 7 (sete), atendidos os seguintes parâmetros:

- será elegível para nota 6 (seis) o programa que contar com curso de doutorado que tenha funcionado nos dois últimos quadriênios e que tiver recebido três conceitos "Muito Bom" nos três quesitos de avaliação, podendo ter recebido até dois conceitos "Bom" em itens dos quesitos; e
- será elegível para nota 7 (sete) o programa que contar com curso de doutorado que tenha funcionado nos dois últimos quadriênios e que tiver recebido três conceitos "Muito Bom" nos três quesitos de avaliação e em todos os itens dos quesitos 1 a 3.

III - na terceira etapa, para aferição das notas 6 (seis) e 7 (sete), a comissão de avaliação deverá considerar, ainda, que, para receber tais notas, os programas deverão:

- no Quesito 2 (Formação): apresentar clara distinção dos demais programas que receberam nota 5,

considerando os indicadores de excelência de formação e produção intelectual da Área e o nível de desempenho superior; e

b) no Quesito 3 (Impacto): apresentar notória demonstração de excelência nos indicadores qualitativos de impacto da produção intelectual; clara liderança, inserção e reconhecimento no cenário nacional e demonstrar padrão de atuação internacional nas seguintes dimensões, sem prejuízo de outras que as Áreas julgarem pertinentes;

IV - na terceira etapa, para aferição das notas 6 (seis) e 7 (sete), a comissão de avaliação poderá considerar, ainda, os seguintes requisitos em coerência com as respectivas fichas de avaliação:

a) Pesquisa: atividades de pesquisa desenvolvidas por grupos e/ou indivíduos vinculados aos programas que tenham caráter de cooperação internacional (financiamento internacional, equipe internacional e/ou realização no exterior);

b) Produção intelectual: atividades de produção intelectual desenvolvidas por docentes, discentes e/ou egressos vinculados aos programas que revelem o estabelecimento de cooperação internacional (divulgadas em veículos de circulação internacional, em coautoria com pesquisadores sediados em instituição estrangeira e/ou resultante de projetos de pesquisa internacionais colaborativos);

c) Mobilidade acadêmica: iniciativas de mobilidade de discentes, egressos e docentes dos programas, estabelecendo trocas com instituições estrangeiras, enviando e recebendo pessoas, fomentando o trabalho em parceria e as interações estabelecidas entre as instituições; e

d) Atuação institucional: inclusão das ações de internacionalização nos objetivos do programa, processo seletivo internacional, disciplinas em língua estrangeira, programas de cotutela, visibilidade internacional do programa (site em língua estrangeira).”

A Ficha de Avaliação da Área 35 estabelece, em seu item 3.3.1 – Internacionalização e Inserção (local, regional e nacional), um conjunto de qualificadores, já presentes em avaliações anteriores, para a análise qualitativa do desempenho de internacionalização.

É importante destacar que, além das relações que evidenciam o reconhecimento da produção intelectual dos PPGs em âmbito internacional no chamado “Norte Global” (países da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá e Austrália), a área valoriza de forma especial a cooperação Sul-Sul. Essa cooperação envolve países da América Latina, do Caribe, do continente africano, da Ásia e do chamado Oriente Médio, com os quais se têm estabelecido intercâmbios em torno de temas como deslocamentos, migrações, povoamento do continente americano, diáspora africana, religiões, gênero, povos etnicamente diferenciados, domesticação das paisagens, patrimônio, arte indígena, autoritarismos e conflitos sociais.

Cabe ainda ressaltar a difusão do modelo brasileiro de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia pela América Latina, que tornou os PPGs brasileiros centros formadores de grande relevância para estudantes de diversos países, os quais, mesmo após a conclusão de seus ciclos formativos, mantêm laços de cooperação. Essa realidade é comprovada nos relatórios e em egressos/as destacados/as por vários programas. Certamente, com mais recursos, poderíamos ampliar e qualificar ainda mais essas ações.

Com base nessas balizas, a Comissão de Área definiu, a partir da análise qualitativa comparativa dos relatórios dos PPGs e de seu desempenho em todos os quesitos, as características comuns aos cursos passíveis de indicação às notas 6 e 7, de modo a



reconhecê-los como de excelência na área. Em consonância com os elementos previstos na Portaria Capes nº 122/2021, a Área define os qualificadores como parte de um desempenho sistêmico e estabilizado:

1. mecanismos de planejamento e funcionamento organizacional consolidados, que incorporem a cooperação sistêmica em âmbito nacional e internacional como meta institucional, e não apenas como somatório de iniciativas individuais;
2. protagonismo em linhas de pesquisa de referência na produção brasileira, com repercussão internacional;
3. corpo docente estabilizado, de perfil majoritariamente sênior (com média superior a 10 anos de titulação);
4. produção intelectual de circulação internacional comprovada (livros, capítulos — inclusive traduções de obras resultantes de pesquisas do PPG —, artigos em periódicos, além de produtos artístico-culturais, técnicos e tecnológicos);
5. formação de mestras/es e doutoras/es;
6. inserção proativa (e não meramente acessória ou periférica) em redes internacionais de pesquisa e cooperação;
7. capacidade e liderança na organização de grandes eventos da área e na produção de obras de referência;
8. atuação nucleadora (formando docentes e pesquisadoras/es) em âmbito nacional e internacional, consolidada como política institucional e prática corrente;
9. capacidade de captar recursos nacionais e internacionais;
10. articulação e disseminação dos resultados de cooperação internacional junto a outras instituições brasileiras;
11. participação em fóruns internacionais de associativismo científico da área;
12. protagonismo na execução de projetos de alto impacto científico e social, bem como em ações de transferência de conhecimento.

No caso específico dos programas a serem indicados à nota 7, tais características devem ter alcançado um grau de permanência que os posicione como centros irradiadores da disciplina em nível nacional e internacional. Isso se expressa pela atuação em linhas de pesquisa e temáticas de referência, pela consolidação de modelos formativos e de pesquisa e pela composição de um corpo docente majoritariamente reconhecido em seu campo, capaz de atrair discentes e doutoras/es — docentes ou não — em estágio pós-doutoral, mantendo esse perfil por, no mínimo, dois quadriênios, conforme previsto na Portaria GAB-Capes nº 122/2021. Nesse patamar, a internacionalização deve atingir nível superior, especialmente considerando as dificuldades na captação de recursos. Entre os elementos distintivos a serem avaliados incluem-se processos seletivos internacionalizados, a realização de cursos e seminários em parceria com instituições estrangeiras e a presença contínua em redes e colaborações internacionais.

B) LISTA DOS PROGRAMAS AOS QUAIS FOI SUGERIDA A ATRIBUIÇÃO DE NOTA 6 OU 7

Código	Nome PPG	IES	Nível	Nota 2025
31001017021P5	Antropologia Social	UFRJ	M/D	7
53001010010P9	Antropologia	UNB	M/D	7
42001013034P0	Antropologia Social	UFRGS	M/D	7
33003017016P0	Antropologia Social	UNICAMP	M/D	6
33002010029P8	Ciência Social (Antropologia Social)	USP	M/D	6
41001010017P0	Antropologia Social	UFSC	M/D	6
31003010031P7	Antropologia	UFF	M/D	6
31001017125P5	Arqueologia	UFRJ	M/D	6
33002010151P8	Arqueologia	USP	M/D	6

VI. COMPARAÇÃO COM AS AVALIAÇÕES ANTERIORES: 2017 (ciclo 2013-2016) e 2021 (ciclo 2017-2020)

Comparar esta avaliação às anteriores implica reconhecer esforços e avanços na ampliação da dimensão qualitativa e multidimensional do processo avaliativo. Esse movimento, ainda em consolidação, reflete tanto as disputas em torno do modelo de avaliação quanto a capacidade de resposta da área, que buscou se apropriar positivamente da proposta. A sistematização dessa trajetória é tarefa que caberá à Capes e a futuros estudos, mas aqui importa assinalar que a experiência evidencia tensões entre inovação metodológica e limites institucionais.

a) COMPARAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Em termos de procedimentos, a avaliação de 2025 buscou manter e consolidar os objetivos alcançados pela Avaliação Quadrienal de 2021, notadamente a inserção, qualificação e tabulação da pontuação de todos os tipos avaliados via Plataforma Sucupira, de modo a consolidar os dados do período em uma única planilha.

Em 2017, a produção em livros ainda era tratada de forma separada, com problemas logísticos de operacionalização, e não foi computada para fins efetivos de avaliação. Além disso, a produção técnica e tecnológica não era devidamente avaliada, seja em sua totalidade, seja por meio de amostragens. Nesse mesmo ciclo, a sistemática do Qualis Periódicos, aplicada a posteriori, gerava distorções significativas, especialmente em relação às subáreas da arqueologia mais próximas das ciências duras e da vida. Ressalta-



se portanto que, em 2017, a área sofreu com a descontinuidade da produção histórica de seus indicadores, o que representou prejuízo em termos de comparabilidade e regularidade, em especial no que diz respeito à produção bibliográfica de livros e capítulos.

Por se tratar de um elemento muito relevante para a percepção da produção global, houve, em 2021, um esforço de recuperar essas informações e incorporar novos qualificadores, como a produção técnica e tecnológica, na construção dos indicadores qualitativos e quantitativos. Além disso, em 2021, a área desenvolveu uma aplicação tecnológica, reutilizada nesta avaliação de 2025, voltada à integração e visualização dos dados qualitativos e quantitativos do processo avaliativo. A ferramenta foi concebida para oferecer suporte visual à leitura dos indicadores, tratar estatisticamente os dados recebidos da Planilha 35 enviada pela Capes e viabilizar a formulação dos conceitos avaliativos.

No quadriênio de 2021, a adoção do modelo de Qualis Referência – com possibilidade de discriminação de subáreas temáticas e reconhecimento da publicação em diferentes países e línguas – permitiu uma avaliação mais realista e equânime da área. A parametrização geral pela Capes, incluindo a produção técnica e tecnológica, e o tratamento integrado de todos os produtos pela Plataforma Sucupira resultaram em um panorama inédito da atuação da área. Esse quadro evidenciou, entre outros pontos, a forte inserção social da produção antropológica e arqueológica, sua capacidade de transferência de conhecimentos e de operacionalização de tecnologias sociais, bem como a indissociabilidade entre formação acadêmica e atuação profissional.

Assim, em termos de procedimentos, a área superou os percalços de 2017 e alcançou, em 2021, um patamar mais consolidado e abrangente de avaliação, o qual a presente avaliação de 2025 buscou manter e reforçar. Tendo em vista o Termo de Autocomposição firmado entre a Capes e o Ministério Público, a avaliação de 2025 seguiu estritamente o formato e o conjunto de indicadores e qualificadores prescritos na Ficha de Avaliação do quadriênio anterior. Quanto à atribuição de conceitos e notas, cumpre destacar que, em 2025, a área observou rigorosamente o disposto nos Artigos 27 e 28 da Portaria Capes nº 112 e nas Orientações Gerais aprovadas pelo CTC na 236ª Reunião, realizada de 10 a 14 de março de 2025.

b) COMPARAÇÃO DE RESULTADOS

Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Modalid.	Nota 2017		Nota 2021	
					M	D	M	D
Centro-Oeste	DF	UNB	1972 / 1981	Acad.	7	7	7	7
	GO	UFG	2009 / 2015	Acad.	4	4	5	5
	MS	UFGD	2011	Acad.	3	-	4	-
	MT	UFMT	2014	Acad.	3	-	3	-
	MS	UFMS	2017	Acad.	-	-	3	-
Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Modalid.	Nota 2017		Nota 2021	
					M	D	M	D
Nordeste	PE	UFPE	1977 / 2001	Acad.	5	5	5	5
	RN	UFRN	2005 / 2015	Acad.	5	5	5	5
	BA	UFBA	2007 / 2007	Acad.	4	4	4	4
	PI	UFPI	2009	Acad.	3	-	3	-
	SE	UFS	2009	Acad.	3	-	3	-
	PB	UFPB/JP	2011 / 2018	Acad.	4	-	4	4
	AL	UFAL	2015	Acad.	3	-	3	-
	MA	UEMA	2013	Acad.	3	-	4	-
	PE	UFPE- Arq	2003 / 2003	Acad.	5	5	5	5
	SE	UFS- Arq	2011 / 2013	Acad.	4	4	4	4
	PI	UFPI -Arq	2012	Acad.	3	-	3	-
	CE	UFC/UNILAB	2017	Acad.	-	-	3	-
	BA	UFRB	2019	Acad.	-	-	3	-
	PI	UNIVASF-Arq	2019	Acad.	-	-	3	-
Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Modalid.	Nota 2017		Nota 2021	
					M	D	M	D
Norte	AM	UFAM	2008 / 2010	Acad.	4	4	4	4
	PA	UFPA	2010 / 2010	Acad.	4	4	5	5
	RR	UFRR	2016	Acad.	-	-	3	-
	PA	MPEG	2019	Acad.	-	-	3	-
Região	UF	IES	Ano da criação (M / D)	Modalid.	Nota 2017		Nota 2021	
					M	D	M	D
Sudeste	RJ	UFRJ	1968 / 1977	Acad.	7	7	7	7
	SP	UNICAMP	1971 / 2004	Acad.	5	5	6	6
	SP	USP	1972 / 1972	Acad.	6	6	6	6
	RJ	UFF	1994-2022	Acad.	5	5	6	6
	MG	UFMG	2006-2014	Acad.	4	4	5	5
	SP	UFSCAR	2007-2009	Acad.	5	5	5	5
	SP	USP-Arq	1989-1989	Acad.	5	5	6	6
	RJ	UFRJ-Arq	2006-2011	Acad.	4	4	5	5
	RJ	UFF-JS	2019	Acad.	-	-	3	-
Região	UF	IES	Ano da criação (M/D)	Modalid.	Nota 2017		Nota 2021	
					M	D	M	D



Sul	RS	URGRS	1979-1991	Acad.	6	6	7	7
	SC	UFSC	1985-1999	Acad.	5	5	6	6
	PR	UFPR	1991-2014	Acad.	4	4	4	4
	RS	UFPEL	2012-2016	Acad.	4	4	5	5

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO

a) SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

Consideramos que os resultados da Avaliação Quadrienal referente ao quadriênio 2021-2024 são positivos, apesar das dificuldades enfrentadas. Como observado nas considerações gerais da área (Seção I), a pandemia de Covid-19 ainda impactou fortemente o primeiro biênio do ciclo avaliativo, associando-se à redução de titulações – devido às prorrogações de prazos – e ao aumento da evasão, agravada pela crise econômica, pela queda no financiamento da pós-graduação e pela desvalorização das bolsas. Somaram-se a isso as incertezas políticas e a deslegitimação da ciência, especialmente das ciências sociais e humanidades. A partir de 2023, observam-se sinais de recuperação, com melhoria no valor das bolsas, reorganização de programas e efeitos das mudanças políticas. Assim, o quadriênio 2021-2024 transcorreu entre declínio e recuperação parcial, cujos reflexos apareceram na avaliação de 2025, sobretudo na queda da produção discente e na instabilidade formativa de alguns programas.

A expansão vivida pela área desde os anos 2000 foi refreada e qualificada no quadriênio 2021-2024, em parte em resposta à própria conjuntura resumida acima. Durante o quadriênio 2021-2024, cinco cursos cumpriram um ciclo avaliativo completo. Foram iniciados dois novos cursos de mestrado, um no Norte, outro no Nordeste. Além disso, foram aprovadas a abertura de quatro novos cursos de doutorado, com inícios previstos para 2025, dois deles no Centro-Oeste. Destaca-se a crescente presença da área em regiões de assimetria. Alguns dos cursos novos tem perfil interdisciplinar num movimento que se espera cresça e afirme o lugar da antropologia e da arqueologia em pós-graduações onde os temas limítrofes têm sido pautados pela produção da área.

Uma melhor análise dos dados da área neste ciclo avaliativo demandaria mais tempo, mas as informações contidas neste Relatório, juntamente com as detalhadas e circunstanciadas análises nas fichas de avaliação, dão base ao esforço de consolidação da operacionalização de uma avaliação de cunho qualitativo, em que o eixo da



formação passa a ser um dos elementos fundamentais, aos quais as demais dimensões estão subordinadas.

Os indicadores de inserção e trajetória de egressas/os dos PPGs de Antropologia e Arqueologia, bem como os produtos que demonstram o potencial de impacto na transferência de conhecimentos à sociedade evidenciam a relevância da atuação da Capes e do conjunto do Sistema Nacional de Pós-Graduação na melhoria da vida social brasileira, marcada pela desigualdade de oportunidades em todos os campos, especialmente na área educacional. Apesar das dificuldades postas por uma conjuntura política e econômica adversa, desenhada desde meados da década passada, a área esforçou-se para manter sua produção intelectual em patamares elevados e persistir na incidência pública que a caracteriza.

Destaque deve ser conferido às políticas institucionais de ações afirmativas, implantadas em toda a área no Brasil, retratada em detalhes nos relatórios dos PPGs, bem como a intensa atuação da área em processos formativos de coletividades com que tradicionalmente as duas disciplinas atuam. Além da ação institucional, produziu-se conhecimento inovador, voltado à elaboração de tecnologias sociais, que está sedimentado em artigos em periódicos, livros, relatórios técnicos, produções artísticas e culturais, dissertações e teses e numerosos outros registros. Espera-se que este retrato mais preciso e abrangente do fazer dos PPGs da área obtido nesta avaliação, seja aperfeiçoado em linhas muito mais definidas muito mais nos futuros ciclos avaliativos

O Brasil, pelas peculiaridades de sua história socioambiental, consolidou-se como referência mundial em antropologia e arqueologia. A produção realizada no país projeta-se internacionalmente e hoje participa ativamente de debates que, até os anos 1970, eram dominados por pesquisadores estrangeiros, mesmo em temas relacionados ao Brasil. Em diálogo constante com a literatura internacional, a área expandiu sua atuação para outros continentes. Embora marcada pela socialização primária em língua portuguesa, a produção dos PPGs tem ampliado de forma consistente sua publicação em inglês e espanhol, fortalecendo sua inserção global.

Em relação às duas subáreas que compõem a Área 35, pode-se fazer um conjunto de observações em perspectiva, com base no primeiro retrato oferecido pelos dados da Avaliação Quadrienal de 2025.

Na Arqueologia, nota-se sua expansão nas regiões Nordeste e Norte, atualmente superando, em número, os Programas de/com Arqueologia das regiões Sul e Sudeste. Tal crescimento, na esteira da criação de cursos de Arqueologia nestas regiões pelo REUNI, sinalizam tanto o envolvimento da subárea nos estudos técnicos prévios (ainda obrigatórios, em que pese a ameaça de projetos de lei como o dito PL da Devastação, à implementação de empreendimentos econômicos em regiões reconhecidamente



marcadas pelo racismo ambiental, quanto sua mobilização em torno da proteção de patrimônio arqueológico e de direitos de povos e comunidades associadas. Recomenda-se que a subárea de Arqueologia valorize, nos documentos enviados à Capes, os impactos locais e regionais de sua atuação, evitando que sejam ofuscados pelas ações de internacionalização. Estas devem avançar por meio de parcerias institucionalizadas em convênios de cooperação técnica, fruto da prática coletiva dos PPGs e não apenas de iniciativas individuais. Formas associativas entre PPGs de uma mesma região podem trazer avanços significativos. É igualmente importante dar visibilidade à produção técnico-tecnológica e à produção artística-cultural, bem como fortalecer a socialização do conhecimento produzido. O acompanhamento de discentes e egressas/os deve ser ampliado para incluir estímulo à produção intelectual, compondo parte essencial da missão do programa. Por fim, a qualidade das informações registradas na Plataforma Sucupira e em relatórios deve refletir o compromisso do PPG com o reconhecimento de seu próprio trabalho, tarefa coletiva tanto dos programas quanto da área de Arqueologia.

Na Antropologia, o quadriênio referendou a consolidação do descentramento da região Sul-Sudeste em favor do Nordeste, com alguma expansão também no Norte e no Centro-Oeste, abrindo perspectivas de crescimento para estas regiões de assimetria. Esse processo pode se dar em cursos interdisciplinares (Antropologia-Arqueologia ou Antropologia-Humanidades) ou disciplinares, por meio de associações entre programas de mestrado e doutorado. Apesar das limitações estruturais do sistema universitário e das exigências da administração pública, tais experiências seriam especialmente valiosas nas regiões Centro-Oeste e Amazônia, onde também se ampliam oportunidades de cooperação internacional com países fronteiriços. Mesmo em contexto de recessão, os dados de egressos/as — sobretudo em regiões mais carentes — mostram que há espaço para expansão, ainda que reconfigurada. O fortalecimento de núcleos acadêmicos consolidados nas duas disciplinas pode sustentar articulações do local ao internacional, desde que haja fomento adequado.

Acrescentamos a seguir as figuras com nuvens de palavras que apresentam os temas da produção bibliográfica, por região:



bibliográficas e de arquivo ou utilizando ferramentas de pesquisa na internet. Houve assim um revigorante aumento no interesse por perspectivas teórico-metodológicas voltadas para os contextos virtuais. Os resultados dessas reflexões e ações dos PPGs, além de mostrarem a capacidade, a responsabilidade e o empenho dos programas da área em apoiar os discentes e manter os cursos ativos, originaram, desde o final do quadriênio anterior, produção intelectual sobre esse período dramático por meio de dossiês e coletâneas reunindo as experiências, desafios e caminhos trilhados por pesquisadores e pesquisadoras da área durante a pandemia. A Área reconhece a validade, qualidade, relevância e empenho de todas as ações, mas segue preocupada com os possíveis efeitos que a não realização de pesquisas de campo possa ter em determinadas áreas temáticas no futuro.

Os enfrentamentos que atravessaram a vida de docentes e discentes, já registrados desde o final da quadrienal 2020, continuaram se manifestando no biênio 2020-2021. Pode-se notar que os efeitos da pandemia foram desiguais e tenderam a afetar sobretudo os PPGs situados em regiões de assimetria. Vários PPGs do Norte, Centro-Oeste e Nordeste trouxeram relatos de redução da capacidade de trabalho de docentes e discentes, agravamento de problemas de saúde mental, sobrecarga de tarefas e dificuldades de conciliação entre vida acadêmica e familiar. Houve casos de morte de docentes e discentes, algumas especialmente dolorosas e impactantes nos cenários locais. As restrições inviabilizaram trabalhos de campo, acesso a bibliotecas e laboratórios, causando atrasos, reformulações metodológicas e queda nas publicações. Em alguns casos, o quadro foi agravado por cortes de bolsas em 2021 e 2022, que afetaram especialmente estudantes de condições socioeconômicas precárias, forçando muitas/os a buscar atividades laborais em plena crise sanitária

Discentes foram afetados em muitas dessas situações. Em muitos casos, se acrescentaram os efeitos da exclusão digital, o afastamento ou abandono dos cursos para cuidar de familiares adoecidos, ou para buscar emprego nos inúmeros casos em que a renda familiar foi drasticamente reduzida. Vários PPGs, nos quais boa parte de seu corpo discente reside em localidades fora da sede, relataram que muitas/os discentes deixaram as sedes dos cursos e retornaram a seus locais de origem, defrontando-se com dificuldades para participação e acompanhamento das atividades remotas em decorrência das condições de acesso a computador, rede de internet ou mesmo espaço adequado para estudo. Estudantes indígenas e suas comunidades, em particular, foram rapidamente afetadas/os pela crise sanitária e pela insegurança alimentar. Há casos também de discentes que ingressaram nos programas já em meio a pandemia e que se mantiveram permanentemente distantes dos campi universitários.

Questões de saúde mental e de sofrimento psicossocial, já emergentes no cenário da pós-graduação, ganharam ainda mais evidência no contexto pandêmico. Foram ressaltadas as dificuldades discentes de obtenção de licença-saúde, associadas, entre outras coisas, ao risco de perda de bolsa. Pedidos de trancamento, prorrogação de prazo, desistências e reprovações aumentaram em vários PPGs; dificuldades no fluxo de entrada; dificuldades no fluxo de orientação (a permanência além do tempo regulamentar impactou a distribuição no número de orientações); impactos na produção acadêmica; e impactos na distribuição das bolsas (maior permanência implicou em menos bolsas disponíveis para estudantes de turmas subsequentes). Embora vários PPGs da área tenham sido pioneiros em suas instituições na oferta de vagas de ações afirmativas, assegurar ingresso e, sobretudo, permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade neste cenário se tornou cada vez mais difícil.

Alguns programas, notadamente no Norte, Centro-Oeste e Nordeste, enfrentaram grandes dificuldades relacionadas com o período de fechamento parcial das instituições, em termos de deterioramento de infraestrutura, espaço físico e equipamentos, além da escassez de recursos humanos e operacionais, que afetaram negativamente as rotinas de gestão. Em consequência, foram numerosos os relatos de aumento de evasão e abandono de estudantes; de cancelamento de processos seletivos, especialmente em 2022; e de redução no recrutamento de novas/os estudantes, tanto em termos de inscrições em processos seletivos quanto de candidatos aprovados e matriculados.

Os PPGs mantiveram o esforço de adaptação de suas rotinas posto em prática desde 2020, no final do quadriênio anterior, de modo a apoiar discentes em seus variados desafios. Em todos os PPGs houve prorrogação de prazos de defesa de dissertações e teses (ainda que adotadas de forma diversa, conforme os procedimentos das respectivas instituições) e a oferta de disciplinas de forma remota (empregando inúmeros formatos e plataformas). As medidas de flexibilização dos prazos, adoção de disciplinas em forma remota e prorrogação de prazos de bolsas foram avaliadas como imprescindíveis para acolher e motivar discentes neste cenário de grande dificuldade, bem como manter a pós-graduação da área ativa e produtiva. Em contrapartida, essas medidas afetaram o tempo médio de titulação, com seu efeito dominó sobre fluxo de orientações (a permanência além do tempo regulamentar impactou a distribuição no número de orientações) e na distribuição de bolsas (maior permanência implicou menos bolsas disponíveis para estudantes de turmas subsequentes).

Apesar desse cenário adverso, houve esforços institucionais para mitigar os danos: empréstimo de equipamentos, apoios financeiros e desenvolvimento de uma aplicação tecnológica para integração e análise de dados, reaproveitada na avaliação



de 2025. Com apoio de programas como PDPG e PRAPG, alguns PPGs conseguiram reequilibrar ingressos, orientações e permanência de docentes, além de manter a produção acadêmica consistente. Os dados apontam desempenho satisfatório e, em muitos casos, destacado, sobretudo pela qualidade e aderência da produção docente e discente às linhas de pesquisa, bem como pela relevância social das contribuições.

O retorno às atividades presenciais foi uma experiência complexa em várias instituições e programas. Houve descompasso entre os calendários de atividades letivas na graduação e na pós-graduação, levando à sobrecarga de trabalho dos docentes. As Coordenações de Programa muitas vezes se encontraram em meio a complicados processos de ajustes e negociações de conflitos decorrentes de prorrogações de prazo e esvaziamento de atividades presenciais de núcleos de pesquisa. No período pós-pandemia, manteve-se a flexibilização para atividades remotas e híbridas, o que facilitou a participação de colaboradores externos. Ainda assim, os desligamentos de discentes em 2021-2022 revelaram os efeitos acumulados da crise sanitária e da falta de bolsas, que só se estabilizaram a partir de 2023. As respostas dadas pelos programas, incluindo adaptações metodológicas e o uso intensivo de plataformas virtuais, permitiram a continuidade das atividades acadêmicas e reforçaram o papel da área na produção de conhecimento e no diálogo com a sociedade.

c) IMPACTOS DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

As enchentes de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul tiveram efeitos devastadores, atingindo de forma distinta, mas igualmente profunda, a UFRGS (Porto Alegre) e a UFPel (Pelotas), instituições que abrigam PPGs da Área 35 (PPGAS/UFRGS e PPGAnt/UFPEL, respectivamente). O volume inédito de chuvas e a elevação histórica das águas provocaram perdas humanas, isolamento de comunidades, destruição de moradias e interrupção de serviços básicos. Embora os campi centrais não tenham sido diretamente alagados, ambas as universidades sofreram com apagões, interrupções de transporte e danos indiretos, o que paralisou atividades acadêmicas por semanas e reduziu a produtividade científica. Entre os efeitos imediatos estiveram a suspensão de calendários, cancelamentos de matrícula, atrasos em defesas e pedidos emergenciais de prorrogação de bolsas.

Na UFRGS, o PPGAS criou uma Comissão de Emergência para acompanhar estudantes e docentes, oferecendo suporte material, psicológico e acadêmico. Foram lançados editais de auxílio emergencial, flexibilização de prazos e adaptações pedagógicas, além de campanhas de solidariedade, como a doação de mais de 3 mil livros para recompor bibliotecas perdidas. Núcleos de pesquisa atuaram em iniciativas sociais, como o



NAVISUAL (Núcleo de Antropologia Visual) que ajudou famílias a recuperar fotografias, e o NAM (Núcleo de Antropologia Multiespécie), que investigou desigualdades socioambientais. A universidade também articulou ações junto à Associação Brasileira de Antropologia para garantir a participação de pesquisadoras/es gaúchas/os na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, além de mobilizar múltiplos projetos de extensão em saúde, direito, engenharia, agronomia e outras áreas voltadas à recuperação do estado.

Na UFPEL, as enchentes impactaram a cidade de Pelotas pela elevação recorde da Laguna dos Patos e do Canal São Gonçalo, isolando comunidades, afetando o abastecimento e elevando preços. A universidade abriu abrigos para cerca de 400 pessoas e animais, com a participação de 350 voluntárias/os em ações de logística, saúde e assistência social. O PPGAnt adaptou o calendário acadêmico, autorizou prorrogações e flexibilizou exigências, mas enfrentou atrasos de pesquisas e defesas. Projetos extensionistas ganharam novo fôlego, como o “Pote dos Desejos” e o diário gráfico *Pelotas pelas Águas*, que coletaram e comunicaram experiências vividas durante a catástrofe. Também se destacaram a salvaguarda do acervo do Clube Cultural Fica Ahi Pra Ir Dizendo e a criação do projeto *Um Museu para o que me aconteceu*, voltado à memória de desastres. Egressas/os do programa atuaram em frentes de conservação patrimonial, como o resgate do Museu Joaquim Felizardo (Porto Alegre) e a elaboração de medidas emergenciais junto ao IPHAN.

Tanto na UFRGS quanto na UFPel, a catástrofe revelou a vulnerabilidade das instituições diante da crise climática, mas também mobilizou redes de solidariedade e inovação acadêmica. As ações emergenciais mostraram o papel central da universidade pública na mitigação de desastres e no amparo a populações afetadas, bem como sua contribuição na preservação da memória coletiva, na produção de conhecimento crítico e na preparação de profissionais para enfrentar cenários de emergência socioambiental que tendem a se repetir com maior frequência e intensidade.

Apesar das dificuldades enfrentadas, ambos os PPGs mantiveram desempenhos qualificados no quadriênio, não sofrendo perda de nota.

VIII. PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO CICLO AVALIATIVO

A Comissão da Área optou por apresentar sugestões e recomendações ao longo do Relatório, especialmente nas seções destinadas às comissões preliminares, e aqui



registra apenas alguns pontos centrais:

1. As mudanças incrementais rumo a uma avaliação qualitativa e multidimensional, uma vez iniciadas, devem ser estabilizadas, garantindo sua sedimentação e melhor execução no formato atual, ainda que com ajustes pontuais voltados à redução de esforços logístico-operacionais;
2. Para isso, é fundamental que a Capes disponha de recursos financeiros e humanos adequados ao redesenho da Plataforma Sucupira, originalmente concebida apenas para acolher a avaliação de artigos em periódicos — tipo de produção central para algumas áreas, mas não para toda a pós-graduação. Sua sobrecarga gerou desgaste visível para todos os envolvidos, apesar dos imprescindíveis e significativos esforços das equipes da DAV e da DTI/Capes;
3. A dinâmica de discussão no CTC-ES ampliado favoreceu o debate e a circulação das informações entre as coordenações de área, e poderá ser aperfeiçoada sem prejuízo da dinâmica de discussão nos colégios;
4. A Área, por meio do Fórum de Coordenadores de PPGs e de suas associações científicas, deve aprimorar as dinâmicas de comunicação interna e o treinamento de docentes e discentes em atividades que integram a pesquisa científica (como a prestação de contas de recursos), de modo que o perfil das disciplinas, amplamente compartilhado e de grande impacto social, seja mais bem registrado, sistematizado e visibilizado;
5. A área deve aprofundar a discussão sobre a novas sistemáticas de avaliação de artigos e de casos de impacto, previstas nos documentos de orientação da DAV/CAPES para o próximo ciclo avaliativo, tendo em vista assegurar e aperfeiçoar os procedimentos de avaliação qualitativa que já vem sendo praticados pela área.
6. Recomenda-se rediscutir a adaptação dos parâmetros de avaliação de livros, produtos técnicos, tecnológicos e artístico-culturais, atualizando as fichas de avaliação, quando necessário, à luz da experiência acumulada em dois ciclos, de forma a viabilizar a análise de produções de destaque.
7. A área deve debater a possibilidade, aberta pelas diretrizes do próximo ciclo avaliativo, de considerar programas de excelência nacional como elegíveis à nota 6;
8. As associações científicas devem se conscientizar e se capacitar para uma participação qualificada nas questões de fomento e de suporte a núcleos disciplinares em regiões onde os PPGs foram implantados mais recentemente;
9. É necessário repensar a quantidade de amostras utilizadas na avaliação qualitativa de cada tipo de produção da pós-graduação, assim como aprimorar seu registro e comprovação;
10. Considerando altamente positiva a reconceituação do processo avaliativo da pós-graduação, pautado pela apreensão da qualidade no desempenho dos PPGs, recomenda-se rediscutir a duração do período avaliativo, atualmente fixado no formato de quadriênio.

IX. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ÁREA

Nome completo	IES	Função
ANA PAULA MENDES DE MIRANDA	UFF	Consultora
ANDRÉS ZARANKIN	UFMG	Consultor
CARLOS EMANUEL MANZOLILLO SAUTCHUK	UNB	Consultor
CÍNTIA BEATRIZ MULLER	UFBA	Consultora
FABIANO DE SOUZA GONTIJO	UFPA	Consultor
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	UFPI	Coordenador Adjunto Acadêmico
JÚLIO ASSIS SIMÕES	USP	Coordenador de Área
LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO	UFPEL	Coordenadora Adjunta de Profissionais
LUIS FELIPE KOJIMA HIRANO	UFG	Consultor
PATRICE SCHUCH	UFRGS	Consultora
ROZELI MARIA PORTO	UFRN	Consultora
VIVIANE MARIA CAVALCANTI DE CASTRO	UFPE	Consultora

X. RECONSIDERAÇÃO

a) CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

a.1) Formação da comissão para análise dos pedidos de reconsideração

A comissão de reconsideração da área de Antropologia/Arqueologia foi constituída com base no disposto na Portaria Capes nº 5/2025 e na Portaria Capes nº 15/2026, cujo art. 23, §1º, estabelece que sua composição deve assegurar a “renovação em pelo menos 50% (cinquenta por cento) em relação à Comissão de Avaliação original”.

A área recebeu doze (12) pedidos de reconsideração, correspondentes a 31,6% do total da avaliação preliminar. Em conformidade com as determinações da DAV/CAPES, e considerando esse quantitativo, a área constituiu uma comissão composta por quatro (4) integrantes.



A composição da comissão incluiu dois (2) consultores que participaram da avaliação preliminar — o coordenador da área e a coordenadora adjunta de programas profissionais — e dois (2) consultores selecionados com base em critérios de disponibilidade e representatividade regional (um da região Nordeste e um da região Sul), assegurando, assim, a renovação mínima exigida.

a.2) Organização e desenvolvimento dos trabalhos realizados pela comissão de análise dos pedidos de reconsideração

Os trabalhos foram realizados remotamente, por meio das plataformas Teams e Google Meet, com comunicação contínua entre os consultores via WhatsApp. Foram realizadas três reuniões, destinadas ao alinhamento, à análise e à consolidação dos resultados. Como metodologia de trabalho, cada consultor/a ficou responsável pela análise inicial de três (3) pedidos de reconsideração. Todos os processos foram posteriormente revisados pela comissão em sua totalidade, com discussão colegiada dos pareceres. As decisões foram tomadas de forma consensual, sem divergências entre as/os componentes.

a.3) Análise de mérito dos pedidos de reconsideração

A comissão orientou sua análise pelos mesmos parâmetros e indicadores que fundamentaram a avaliação preliminar da Área 35 no quadriênio 2021–2024, conforme os documentos já referidos neste relatório. Tais parâmetros encontram-se consolidados nas fichas de avaliação dos programas que solicitaram reconsideração, homologadas pelo CTC-ES.

A atuação da comissão seguiu o regulamento estabelecido pela Portaria Capes nº 39, de 27 de fevereiro de 2025, bem como as disposições atualizadas da Portaria Capes nº 122/2021 (especialmente os Artigos 27 e 28), além das Portarias Capes nº 5/2025 e nº 15/2026, que tratam da composição, funcionamento e procedimentos recursais das comissões de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse marco normativo, a comissão buscou qualificar a análise dos programas, combinando indicadores quantitativos e qualitativos em relação aos perfis de notas definidos pela área. Esses perfis não se restringem a métricas rígidas, mas procuram refletir a dinâmica efetiva dos cursos e suas qualidades estruturais (ver seção III.a).

Cumprido destacar que a avaliação quadrienal da pós-graduação se organiza como um processo comparativo de estratificação entre todos os PPGs da área. Essa comparação se baseia em ficha de avaliação composta por quesitos e itens gerais, aprovados pelo CTC-ES, desdobrados em subitens avaliados por indicadores qualitativos e quantitativos definidos em conjunto com o Fórum de Coordenadores de PPGs da área.



Desse modo, a evolução de um programa é sempre aferida em relação ao conjunto da área, não podendo ser compreendida de forma isolada. Esse princípio orientou igualmente a etapa de reconsideração.

Os indicadores adotados estabelecem faixas correspondentes aos conceitos de MUITO BOM, BOM, REGULAR, FRACO e INSUFICIENTE, a partir do tratamento matemático dos dados fornecidos pela Diretoria de Avaliação/CAPES, por meio da Planilha 35 – Planilha de Indicadores Consolidados. Esses dados derivam exclusivamente das informações declaradas pelos PPGs nos Relatórios Coleta da Plataforma Sucupira. O tratamento matemático dos dados foi realizado com o apoio da empresa Anascience Inteligência Analítica ao Negócio Ltda., já responsável por serviço equivalente na Quadrienal de 2021.

A planilha consolidada pela DAV/CAPES reproduz objetivamente os dados informados pelos programas e constitui a única base admissível para a análise das comissões. A área trabalhou exclusivamente com essas informações, não tendo solicitado anexos ou documentos complementares. Os indicadores quantitativos foram aferidos a partir dos dados declarados nos campos estruturados da Plataforma Sucupira, e não a partir de descrições textuais. Em consonância com as diretrizes gerais do processo avaliativo, não foram considerados dados provenientes de outras bases ou sistemas.

Reitera-se que as informações textuais não incidem sobre os indicadores quantitativos consolidados na Planilha 35. Tampouco foram solicitadas outras formas de coleta de dados, e eventuais materiais enviados espontaneamente não foram considerados, em observância ao princípio da isonomia.

Na etapa de reconsideração, igualmente, não foram admitidos dados ou informações novos, nos termos da legislação vigente. Foram, contudo, consideradas requalificações de informações já prestadas, desde que não configurassem inserção de dados inéditos.

A análise conduzida pela comissão apoiou-se em dois instrumentos principais: o dashboard de tabulação geral da área, que organiza os itens segundo subitens e pesos, e o Painel de Visualização de Dados da Quadrienal disponibilizado pela DAV/CAPES. Com base nesses instrumentos e na releitura dos relatórios do quadriênio, a comissão procedeu à verificação dos dados apresentados, confrontando-os com as informações consolidadas na Planilha 35 e com os pareceres qualitativos. Esse processo permitiu aferir a consistência da aplicação dos critérios, a adequação da atribuição de conceitos e a coerência dos pareceres, promovendo as revisões consideradas pertinentes.

As respostas aos pedidos de reconsideração foram elaboradas e discutidas coletivamente, considerando a diversidade de situações apresentadas, com o objetivo



de esclarecer aspectos que não haviam sido adequadamente compreendidos pelos pleiteantes.

Como resultado desse processo, a comissão deferiu os pedidos de reconsideração do PPG de Arqueologia da Universidade de São Paulo (USP), com elevação da nota de 5 para 6; do PPG de Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com elevação da nota 4 para 5; e do PPG de Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (UFF), com elevação da nota 3 para 4. Os demais pedidos foram indeferidos.

b) COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – RECONSIDERAÇÃO

Nome completo	IES	Função
Ângelo Alves Corrêa	UFPI	Consultor
Arlei Sander Damo	UFRGS	Consultor
Júlio Assis Simões	USP	Coordenador de Área
Loredana Marise Ricardo Ribeiro	UFPEL	Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais

ANEXO I - Programas acadêmicos com as respectivas notas - 2025

Código	Nome PPG	IES	Nível	Nota Área	Nota CTC-ES	Nota Área Recons.	Nota CTC-ES Recons.
31001017021P5	Antropologia Social	UFRJ	M/D	7	7	-	-
53001010010P9	Antropologia	UNB	M/D	7	7	-	-
42001013034P0	Antropologia Social	UFRGS	M/D	7	7	-	-
33003017016P0	Antropologia Social	UNICAMP	M/D	6	6	6	6
33002010029P8	Ciência Social (Antropologia Social)	USP	M/D	6	6	-	-
41001010017P0	Antropologia Social	UFSC	M/D	6	6	-	-
31003010031P7	Antropologia	UFF	M/D	6	6	-	-
31001017125P5	Arqueologia	UFRJ	M/D	6	6	-	-
33002010151P8	Arqueologia	USP	M/D	5	5	6	6
23001011037P6	Antropologia Social	UFRN	M/D	5	5	5	5
25001019059P5	Arqueologia	UFPE	M/D	5	5	-	-
25001019013P5	Antropologia	UFPE	M/D	5	5	-	-
33001014023P3	Antropologia Social	UFSCAR	M/D	5	5	5	5
52001016043P8	Antropologia Social	UFG	M/D	5	5	-	-
42003016045P5	Antropologia	UFPEL	M/D	5	5	-	-
24001015060P0	Antropologia	UFPA	M/D	5	5	-	-
15001016060P5	Antropologia	UFPA	M/D	4	4	-	-
32001010072P1	Antropologia	UFMG	M/D	4	4	4	4
28001010058P0	Antropologia	UFBA	M/D	4	4	4	4
12001015029P2	Antropologia Social	UFAM	M/D	4	4	5	5
27001016033P1	Arqueologia	UFS	M/D	4	4	-	-
40001016027P9	Antropologia e Arqueologia	UFPR	M/D	4	4	-	-
20002017007P8	Cartografia Social e Política da Amazônia	UEMA	M/D*	4	4	-	-
51005018013P4	Antropologia	UFGD	M/D*	4	4	-	-
50001019037P2	Antropologia Social	UFMT	M/D*	4	4	-	-
28022017013P3	Arqueologia e Patrimônio Cultural	UFRB	M/D*	4	4	-	-
27001016026P5	Antropologia	UFS	M	4	4	-	-
21001014017P0	Antropologia	UFPI	M	4	4	-	-
21001014032P9	Arqueologia	UFPI	M	4	4	-	-
51001012174P2	Antropologia Social	UFMS	M	3	3	-	-
15027007040P0	Diversidade Sociocultural	MPEG	M	3	3	3	3
31003010173P6	Justiça e Segurança	UFF	M	3	3	4	4
25020013043P9	Arqueologia	UNIVASF	M	3	3	3	3
22001018171P1	Antropologia	UFC/UNILAB	M	3	3	-	-
13001019039P0	Antropologia Social	UFRR	M	3	3	3	3
26001012082P0	Antropologia Social	UFAL	M	3	3	3	3
26001012082P0	Antropologia e Arqueologia	UFOPA	M**	3	3	-	-
25020013044P5	Política, Cultura e Ambiente	UNIVASF	M**	3	3	-	-

*PPGs com cursos de doutorado recém-aprovados durante o ciclo avaliativo 2021-2024.

**PPGs com cursos de mestrado recém-aprovados durante o ciclo avaliativo 2021-2024.



ANEXO II - Comissão de Avaliação Quadrienal

Nome completo	IES
ANA PAULA MENDES DE MIRANDA	Universidade Federal Fluminense
ANDRÉS ZARANKIN	Universidade Federal de Minas Gerais
CARLOS EMANUEL MANZOLILLO SAUTCHUK	Universidade de Brasília
CÍNTIA BEATRIZ MULLER	Universidade Federal da Bahia
FABIANO DE SOUZA GONTIJO	Universidade Federal do Pará
FLÁVIO RIZZI CALIPPO	Universidade Federal do Piauí
JÚLIO ASSIS SIMÕES	Universidade de São Paulo
LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO	Universidade Federal de Pelotas
LUIS FELIPE KOJIMA HIRANO	Universidade Federal de Goiás
PATRICE SCHUCH	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ROZELI MARIA PORTO	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
VIVIANE MARIA CAVALCANTI DE CASTRO	Universidade Federal de Pernambuco

Júlio Assis Simões (USP)

Coordenador da Área

Flávio Rizzi Calippo (UFPI/ FURG)

Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos

Loredana Marise Ricardo Ribeiro UFPEL

Coordenadora de Programas Profissionais